

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO - IUPERJ

FELIPE OLIVEIRA SANTOS

ESTADO EM CAMPO: EFEITOS SOCIAIS DAS AÇÕES PÚBLICAS NAS COPAS
DE 1950 E 2014

Rio de Janeiro, 2019

FELIPE OLIVEIRA SANTOS

Estado em campo: efeitos sociais das ações públicas nas Copas de 1950 e 2014

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade Candido Mendes (UCAM) como requisito parcial para a Obtenção do grau de mestre em sociologia política, sob a orientação do prof. Dr. Rogério Ferreira de Souza.

Rio de Janeiro, RJ, 2019

FELIPE OLIVEIRA SANTOS

Estado em campo: efeitos sociais das ações públicas nas Copas de 1950 e 2014

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade Candido Mendes (UCAM) como requisito parcial para a Obtenção do grau de mestre em sociologia política, sob a orientação do prof. Dr. Rogério Ferreira de Souza.

Rio de Janeiro, RJ

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.Universidade

Prof. Dr.Universidade

Prof. Dr.Universidade

Dedico este trabalho aos meus pais e amigos que sempre me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por saber dos desígnios e tribulações pelos quais tive que passar para concluir esta etapa da vida. Foram inúmeras as provações pessoais que me enfraqueceram ao longo da jornada e fizeram com que eu perdesse o foco e questionasse a vida, me sentindo incapaz e fraco diante das dificuldades. Sem Ele, não teria sido levado a um caminho de luz, onde, através de Bezerra de Menezes e sua legião de espíritos amigos, pude travar o bom combate para me reerguer e me devolver a uma vida de paz e serenidade. É essa luta à qual me dedico diariamente, mas mais forte e conhecedor de minhas capacidades e limitações.

Agradeço à minha família. Especialmente à minha mãe, por ter sido meu alicerce quando mais eu precisei, apesar de toda dificuldade de relacionamento e convivência que temos. Um obrigado especial a todos os professores do Iuperj/UCAM. Em especial ao meu orientador, Rogério Ferreira de Souza, por me guiar e entender as minhas dificuldades especialmente ligadas às questões financeiras. Sem a ajuda dele, não teria sido possível concluir este curso. Além dele, saudações especiais a Fernando Vieira, Alexandre Camargo, Paulo Gracino, Janine Targino e Erika Resende. Tem um pouco de cada um neste trabalho. Obrigado por terem compartilhado tanto comigo a respeito das ciências sociais. Ainda no Iuperj, agradecimento também para Jéssica Soares, por todo o apoio administrativo durante o curso.

Obrigado também à Unicarioca, instituição onde descobri a vocação e a alegria de ser professor e que me possibilitou todo o apoio de estrutura para a realização deste estudo. Agradecimento especial a Antônio José Chaves e a Jean Pierre Hashimoto Barros pelo constante incentivo para a realização do mestrado. Igualmente especial à Leda Maria da Costa, não só pelos preciosos conselhos durante a minha banca de qualificação, mas por me ensinar todos os dias o apreço e o cuidado zeloso para o manuseio dos temas ligados à sociologia do esporte. Tenho muito orgulho de levantar essa bandeira ao seu lado e de Carolina Ferro.

Falando em amigos, não poderia esquecê-los. Em especial dos ouvidos de tantas pessoas amadas que, durante todo esse percurso, estavam abertos a mim, assim como seus corações e mentes, especialmente nos momentos de fraqueza, lágrimas e dúvidas: Aline Falcone, Fernanda Osternack, Antônio Carlos Duarte, Antônio Costa e Leandro Lacerda. Vocês foram – e são – incríveis.

Deixei para o final, exatamente por ser mais importante. Luciana Moura Martins Costa, vivemos tantas coisas neste processo e de forma tão similar, já que nossa sintonia compartilha a paixão pelos estudos. Aqui, quero usar a metáfora que nos define: obrigado por ter dado a mão a mim desde o primeiro dia que te vi. Quando a segurei, sabia que seria diferente. Foi. É. Somos. Obrigado por entender ausências, pela paciência, por me fazer resistir, persistir. Pela parceria, que só evidencia o quão diferente você é. Você foi minha melhor professora ao longo deste percurso. E me ensina todos os dias de forma doce, meiga e carinhosa. Você é responsável pela felicidade da minha caminhada.

“I’m still alive” (Eddie Vedder/ Stone Gossard)

RESUMO

O intuito desta dissertação é observar como o evento Copa do Mundo foi apropriado pelo Estado como uma estratégia discursiva que visava uma entrada no processo da modernidade, entendida como parte de um processo civilizador. Os dilemas políticos e sociais do Brasil acabaram também sendo expostos através do futebol, que, à medida que se popularizou, antes mesmo da Copa, passou a receber uma atenção especial do Estado, sem que isso se revelasse como um processo de inclusão social de fato. Um processo similar aconteceu no Mundial de 2014. Naquela ocasião, apareceu a força da Fifa como um ator global capaz de interferir na vida política de um Estado-Nação. Aliada ao capital internacional, a entidade determina um estado de exceção por onde passa, deixando um legado questionável, como endividamento do poder público e estádios que não geram sensação de pertencimento ao público de um jogo.

Palavras-chave: Estado, Futebol, Fifa, Copa do Mundo.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to observe how the World Cup event was appropriated by the State as a discursive strategy aimed at entering the modernity process, understood as part of a civilizing process. Brazil's political and social dilemmas were also exposed through football, which, as it became popular even before the World Cup, began to receive special attention from the state, without revealing itself as a process of social inclusion in fact. . A similar process took place at the 2014 World Cup. At that time, FIFA's strength emerged as a global actor capable of interfering with the political life of a nation state. Allied to international capital, the entity determines a state of exception wherever it goes, leaving a questionable legacy, such as public debt and stadiums that do not generate a sense of belonging to the public of a game.

Keywords: State, Soccer, Fifa, World Cup.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Aglomeração em frente a redação do Jornal O Globo para escutar a transmissão do jogo entre Brasil e Itália, na Copa de 1938.....	555
Figura 2 – Jornal O Globo ressalta a derrota para a Espanha na Copa de 1934.....	577
Figura 3 – Capa do Jornal dos Sports destacando o convite feito a Alzira Vargas para ser madrinha da seleção brasileira na Copa de 1938.....	588
Figura 4 – Críticas feitas pelo jornal Última Hora à arbitragem e à Fifa, pela derrota para a Itália na Copa de 1938.....	59
Figura 5 – Capa do Correio da Manhã faz alusão à aprovação da nova Constituição, como um gesto cívico.....	677
Figura 6 – Jornal dos Sports assume campanha pela construção do Estádio Municipal.....	699
Figura 7 – Mais um registro das negociações pelo estádio, desta vez pela solicitação de crédito para a obra.....	70
Figura 8 – Desta vez, o “passo dado” foi a nomeação do conselho responsável pela construção do estádio.....	71
Figura 9 – Jornal dos Sports retrata a construção do Maracanã, ainda pela metade. O periódico classifica como o processo como “marcha assombrosa”.....	722
Figura 10 – Anúncio da Rádio Continental tenta ensinar ao público como torcer na final da Copa de 1950.....	756
Figura 11– Jornal dos Sports prefere ignorar o mau desempenho na parte inicial do jogo-treino contra o Flamengo e enaltecer a virada que veio depois.....	833
Figura 12 – Coluna de Mario Pollo no Jornal dos Sports.....	855
Figura 13 – Jornal dos Sports exalta a vitória contra a Iugoslávia.....	866
Figura 14 – Mapa no Jornal dos Sports para orientar a entrada do público no Maracanã.....	877
Figura 15 – Capa do Jornal dos Sports no dia da decisão contra o Uruguai. O clima de otimismo predominava no periódico.....	88
Figura 16 – Capa do Jornal dos Sports de 17/07/1950. O periódico diz que o Brasil era o melhor <i>team</i> do mundo, apesar da derrota.....	91
Figura 17 – Tribuna da Imprensa adotou um tom neutro na capa, mas duro nas crônicas sobre o jogo.....	92

Figura 18 – Acidentes durante o jogo entre Brasil x Uruguai são relatados com uma matéria simples no Correio da Manhã.....	92
Figura 19 – Jornal dos Sports traz a repercussão da conduta da torcida brasileira após a derrota para os uruguaios em duas edições diferentes.....	933
Figura 20 – Coluna do Correio da Manhã ressaltando o clima de abatimento na cidade do Rio após a final da Copa de 1950.....	955
Figura 21 - Ingressos para os setores de geral e Arquibancada no Maracanã. O primeiro foi para o jogo entre Flamengo x Santa Cruz, em 9/7/1978, ao valor de Cr\$ 10,00 (Dez Cruzeiros). O segundo era para Vasco x Fluminense, no dia 03/10/1976, ao valor de Cr\$ 25,00.....	1045
Figura 22 – Ingressos de cadeira numerada do Maracanã e cadeira especial. Não são especificadas as partidas.....	1066
Figura 23 – Ingresso para a cadeira numerada de um jogo no Maracanã, pela Copa de 1950, no valor de Cr\$ 140,00. Não é especificada qual é a partida.....	1077
Figura 24 – Reportagem da versão on-line de O Globo criticando a organização da Copa das Confederações.....	1266
Figura 25 – Reportagem do jornal O Globo em sua versão on-line sobre a cartilha da Fifa.....	1299
Figura 26 – Alguns dos memes que circularam após o 7 x 1 contra a Alemanha....	14141
Figura 27 – Memes explorando a expressão “Todo dia é um 7 x 1 diferente”	14242
Figura 28 – Página do Facebook Quebrando o Tabu	14343
Figura 29 – Protesto contra o fechamento dos estádios Célio de Barros e Júlio Delamare	15050
Figura 30 – Cavalaria da PM age em confusão durante o jogo Flamengo x Independiente.....	15252

SUMÁRIO

1 – ESTADO MODERNO, BRASIL E SOCIEDADE: AS BASES PARA A COPA DO MUNDO NO BRASIL	199
1.1 – Estado Moderno e Desporto: Uma rede de Codependências	21
1.2 – Moderno e Arcaico	322
1.3 – A Modernização via um novo grupo social	39
1.4 – Vargas, Imprensa e a Relação com o Futebol	50
2 - MARACANÃ: SÍMBOLO DAS DISPUTAS E DA COMPLEXIDADE DAS MODERNAS CONTRADIÇÕES BRASILEIRAS	61
2.1 – Copa do Mundo como narrativa identitária	61
2.2 – Maracanã e a busca por integração	688
2.3 - 1950: A Construção de um trauma relativo.....	777
2.4 – Da tradição à modernidade	966
3 - 1950 PARA 2014: 7 X 1 E OS ESPAÇOS DE RESTRIÇÃO SOCIAL	1088
3.1 - A modernização no ambiente conservador	1122
3.2 – Sai o torcedor, entra o consumidor	12222
3.3 - FIFA e o Estado de exceção	1299
3.4 - 7 A 1: o jogo que virou categoria social.....	1377
3.5 - O novo modelo de futebol: um campo em disputa	1444
CONCLUSÃO.....	1544
BIBLIOGRAFIA	16060

INTRODUÇÃO

Receber convidados em sua casa é uma missão importante para qualquer anfitrião. É preciso tratá-lo bem e garantir conforto e segurança para lhe garantir uma boa impressão. Para tanto, há certos códigos de condutas que precisam ser seguidos, seja em uma humilde residência que recebe uma simples visita de um amigo, seja para um país que recebe turistas em seu território. Para este último, o papel do Estado é fundamental, pois, cabe ao Estado produzir políticas públicas capazes de prover as condições necessárias para um visitante. Aqui, o cafezinho só não basta. Tem de se ir além, garantindo pautas como segurança pública e infraestrutura de hotéis e transportes, por exemplo.

Disto isso, seria possível conferir ao Brasil um *status* de bom anfitrião? A resposta pode estar ligada ao ponto de vista de quem se discute. Para o cidadão, não é novidade que falem insumos básicos para uma vida digna em sociedade, tais como: moradia, saúde, saneamento básico, educação etc. Já para o turista, há um conjunto de procedimentos e atividades que precisam existir para que assim possa produzir no imaginário do turista uma boa impressão e uma sensação de bem-estar. Isso faz com que o turista volte e outros novos tenham interesse em conhecer o país. Falando de Brasil, inúmeras atrações turísticas e culturais atraem o visitante, dentre elas, o Carnaval.

Há, porém, um outro evento que, diferentemente do Carnaval, que acontece todo ano, possui um importante papel na atração turística, tanto interno quanto externo, o futebol. Esse esporte traz consigo uma marca identitária e simbólica para grande parte dos brasileiros e também é símbolo de comoção nacional. O futebol é um esporte dito como nacional e celebrado em praticamente em todos os estados do país. No entanto, sua celebração máxima é Copas do Mundo, realizada em quatro e quatro anos em diversos países diferentes. Sua primeira edição foi em 1930 e o Brasil foi anfitrião em duas ocasiões: em 1950 e 2014, respectivamente.

Entretanto, esses dois momentos em que o país sediou o momento máximo do futebol, em ambos foram deixados “um gosto amargo para os brasileiros”, com as derrotas para Uruguai e Alemanha, resultados que ainda permeiam o imaginário popular sobre o que teria dado de errado nas duas ocasiões. Mas, se esportivamente as

discussões ganham força quando acionadas pela memória, os impactos sociais desses dois eventos nem sempre recebem muitos holofotes. Especialmente no que diz respeito à preparação do país para receber o torneio nos dois momentos distintos. Se visita importante requer casa arrumada, o Brasil buscou organizar boas condições para receber a Copa do Mundo. Contudo, cabe o questionamento em relação ao papel do Estado e a sua interação com o evento em questão.

Dito isto, a presente dissertação se justifica e se objetifica pela necessidade de um melhor debate acerca da interação do Estado brasileiro, em sua transição para a modernidade, com uma manifestação cultural que, já nos anos 30 já demonstrara como seria um de fenômeno de massas. O futebol foi capaz de polarizar tensões sociais que foram determinantes para a construção do Brasil, envolvendo questões como raça e identidade, amadorismo e profissionalismo. Onde a primeira dualidade tem mais a ver com a construção de um ideário capaz de nos definir como coletividade. Neste caso, assume-se que a mestiçagem tenha funcionado como um elemento aglutinador importante para a realização desse amálgama, o que foi visto inclusive no futebol, como nos relatos de Gilberto Freyre¹ e José Lins do Rego². Outra questão tem mais a ver com o *ethos* da formação social brasileira. Inicialmente apropriado pelas elites, o futebol rapidamente cai no gosto popular e tem a sua prática dissociada do consumo, onde o futebol acabou sendo um espaço que espelhou o alto grau de hierarquização da sociedade.

Em todas essas interações, o Estado apareceu como elemento capaz de, nas palavras de Pierre Bourdieu (1930-2002), nomear a realidade. Ou seja, de fornecer princípios de construção da realidade social. E que as estruturas de nomeação “não são formas transcendentais, universais, como quer a tradição kantiana, mas formas historicamente constituídas” (BOURDIEU, 2014, p. 307). Desta forma, elas assumem um caráter arbitrário. E, frequentemente, o Estado assume esse papel de árbitro para os demais atores da coletividade. “O Estado é essa instituição que tem o poder extraordinário de produzir um mundo social ordenado sem necessariamente dar ordens” (BOURDIEU, 2014, p. 309).

¹ Escritor e ensaísta, considerado um dos mais importantes pensadores sobre a cultura brasileira do século XX (1900-1987).

² Escritor e romancista brasileiro (1901-1957).

Sendo assim, um objetivo importante desta pesquisa de dissertação é apresentar a forma como alguns atores importantes no cenário do futebol entendem o ente estatal, principalmente em suas interações com as estruturas de poder em sociedades modernas. De antemão, é importante observar que a modernidade se apresenta, ao longo da história, de diferentes maneiras em países diferentes e também em relação aos grupos sociais que os compõem. No caso brasileiro, assume-se para esta análise que o fenômeno da modernidade não pode ser entendido da mesma forma do que em outras nações. Para se encaixar enquanto processo, a modernidade foi adaptada de acordo com a ótica de que a construção de um conceito de cultura foi transformada em ação política junto às classes populares. A “questão nacional” sempre foi alvo de diferentes correntes de pensamento social.

Tal ação também foi perceptível no futebol, já que este é um esporte e, como tal, deve ser analisado à luz da prática social. Portanto, um outro objetivo desta dissertação é compreender a relação entre o Estado Moderno e o fenômeno esportivo, neste caso, o futebol. Destaca-se, aqui, o pensamento de Norbert Elias³, para quem o esporte é uma das principais características de que o processo civilizador, iniciado na Idade Média, ainda estaria em curso, pela passagem do jogo ao esporte. Posteriormente, Bourdieu iria assinalar que tal passagem obedeceria a critérios hierárquicos, saindo das escolas burguesas para as associações esportivas de massa.

Este acabou sendo o caminho da popularização do futebol no Brasil, mas com uma peculiaridade interessante: apesar de ter saído dos portões da elite para as classes populares, o futebol nunca foi administrado pelos setores mais baixos na escala social. E isso muito tem a ver com a ação estatal, ou melhor, sobre como o Estado foi tomado pela crescente burguesia no país para garantir a manutenção dos seus privilégios de classe. No futebol, isso se converteu no aparecimento de um campo de atuação que serviu a este intuito, ou seja, onde setores burgueses se locupletaram com o objetivo de garantir lucros financeiros e também simbólicos, onde as práticas de poder se correlacionavam com o Estado que, por sua vez, viu na modalidade um fenômeno capaz de lhe render bons frutos políticos, especialmente para uma sociedade de massas.

³ Sociólogo alemão, cujas obras focaram a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História (1987-1990).

O Estado brasileiro, especialmente durante a Era Vargas⁴, se apropriou do futebol para a divulgação de um ideário cujo objetivo era formar um “novo homem”, através “de uma educação física, moral, cívica e eugênica” (DRUMOND, 2008, p. 168). Foi nesta época que o futebol, já muito popular, passou a ser convertido em uma narrativa identitária, o que ganhou força a partir do aparecimento da Copa do Mundo. Depois de seu aparecimento, em 1914, a seleção brasileira de futebol foi sendo tomada como metáfora da relação de identidade entre povo, esporte e pátria. Após o sucesso da campanha em 1938, na Copa da França, começou a se alimentar a possibilidade de o país sediar uma edição de Mundial, o que aconteceria somente em 1950.

O campeonato não aconteceria sem a construção de um palco à altura do torneio. Desta forma, um dos objetivos deste estudo é também mostrar que a narrativa identitária na qual se constituiu a Copa do Mundo não teria ganho força no Brasil sem a construção do Maracanã, que teve o apoio irrestrito de um dos principais jornais da época, o *Jornal dos Sports*⁵. A ação do Estado se deu no sentido de tornar o local um símbolo do desenvolvimento moderno do Brasil e um palco do *status* civilizatório do povo brasileiro. Segundo Lopes (2014):

Naquela Copa, foi se constituindo uma nova maneira de torcer: a presença de mulheres e crianças, de famílias inteiras, contrastava com o público masculino habitual. Além disso, as dimensões do estádio (...) acabavam produzindo uma nova e marcante forma de sociabilidade, um sentimento coletivo de visualização imediata (LOPES, 2014, p. 43)

Houve uma grande preocupação em relação ao comportamento do público nos estádios, especialmente no momento em que o Brasil perde a Copa. Discute-se, neste momento, se a derrota para os uruguaiois foi um trauma capaz de gerar a comoção que ganhou posteriormente, ou mesmo se ele foi ganhando força ao longo do tempo. Na verdade, o que se percebeu foi uma atitude digna de exemplo. Os aplausos diante dos uruguaiois teriam elevado o patamar do Brasil. “O país perdera a Copa, mas alcançara o desejado status de civilização” (MOURA, 1998, p. 129).

Assim sendo, tem-se como uma das hipóteses que mesmo o fracasso em 1950 não abalou a paixão do brasileiro pelo futebol. O que se viu foi que o esporte se firmou

⁴ Período da história do Brasil entre 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos e de forma contínua.

⁵ Diário de notícias esportivas do Rio de Janeiro fundado pelo jornalista Argemiro Bulcão em 13 de Março de 1931. Sua última edição circulou no dia 10 de abril de 2010. Ficou famoso por suas páginas em cor-de-rosa.

ainda mais após as conquistas de 1958, 1962, e de 1970. Todavia, mesmo as vitórias acabaram demonstrando o caráter ambivalente da modernidade brasileira, onde há uma convivência (nem sempre harmônica) entre o tradicional e a demanda pelo moderno. As práticas de intervenção do Estado, inclusive durante o período militar no Brasil acabaram servindo apenas como propaganda do regime, pouco sendo considerado o desenvolvimento do futebol. Tais práticas tiveram como consequência campeonatos inchados e suscetíveis a “viradas de mesa”⁶, o que diminuiu a credibilidade das competições e afastou o público dos estádios.

Foi neste cenário que ganhou força um discurso que prometeu modernizações no futebol. Com destaque para as ações que a Fifa já vinha implementando em seu principal torneio, a Copa do Mundo. A entidade foi, ao longo do tempo, transformando um espetáculo esportivo em um grande negócio, seguindo uma política baseada em ações nem sempre legais, como ligações escusas com empresas de marketing e material esportivo, federações e até governos, acarretando escândalos de corrupção.

A fim de dar profundidade analítica a esta dissertação, um outro objetivo é proposto, qual seja: pretende-se pensar a Federação Internacional de Futebol (Fifa) não como uma entidade sem fins lucrativos (o que em tese ela é), mas como um ator que, graças ao seu aumento de poderio financeiro, se tornou uma das mais poderosas entidades supraestatais do mundo. E que ela usa a Copa do Mundo como instrumento de barganha financeira e política junto a Estados Nacionais, impondo seu código de conduta acima até das Constituições dos países que recebem a Copa. E também se apropriando do poderio político e militar dessas nações para contemplar ações de exclusão social. É importante ressaltar que também será discutido o papel do Estado dentro deste novo cenário, que prevê a adaptação dos países para receber o torneio, o que inclui construção de novas arenas e melhorias dos serviços urbanos, como transporte e segurança pública, além do desenvolvimento de redes hoteleiras e de telecomunicações. Dessa forma, uma hipótese mais geral é proposto nesta dissertação, ou seja, defende-se que todo esse processo não é feito dentro de práticas transparentes junto à população, especialmente a menos favorecida, que se vê alijada do futebol por não ter dinheiro para consumi-lo, já que este foi convertido em produto.

⁶ Atitude antidesportiva de quem, ao estar sendo derrotado num jogo de cartas ou de tabuleiro, mistura propositalmente as cartas ou peças do jogo, impedindo o seu prosseguimento. No futebol, pode também ser interpretado como recorrer ao tribunal para alterar um resultado feito no campo de jogo.

Esta prática, inclusive, pode contribuir não só para o afastamento do público dos estádios, mas para a elitização da frequência. Os gestores do futebol passaram a querer no estádio apenas quem possui poder aquisitivo para o consumo da modalidade, relegando os setores populares apenas à audiência da televisão que, cada vez mais, lucra com altas somas de verba publicitária. Na opinião de Ferreira (2014), “Nos países em desenvolvimento, o tsunami de capitais envolvidos aprofunda a dinâmica estrutural de desigualdade urbana e segregação socioeconômica” (FERREIRA, 2014, p. 10).

Na copa de 2014, tal fenômeno foi percebido no Brasil mesmo antes da Copa. Um ano antes, manifestações tomaram as ruas do país contrárias às políticas de exceção impostas pela Fifa e seus “parceiros”. A agitação social teve características próprias e, apesar de não ter derrubado o governo vigente, causou uma grande crise política cujos efeitos foram sentidos *a posteriori*.

Pretende-se também estabelecer um paralelo entre o significado social das derrotas de 1950 e de 2014. A hipótese é a de que a temporalidade das construções históricas foi diferente, muito por causa da repercussão provocada pelos meios de comunicação. Entende-se que a internet potencializou a divulgação em massa de significados sociais após o 7 a 1 para a Alemanha em 2014, dentro de um ambiente onde a seleção já não era mais tida como metáfora do povo. Um cenário diferente do que foi visto em 1950, quando ainda se buscava um significado maior acerca de uma identidade cultural brasileira.

Por fim, estabelece-se também como objetivo observar o aparecimento de um novo tipo de estádio, capaz de atender a demanda de um capital que busca cada vez mais excluir boa parte da população do processo de apropriação cultural do futebol. Como observa Mascarenhas (2013):

O novo modelo que se impõe, sem diálogo, não deixa de engendrar novos – e mais abrangentes – mecanismos de exclusão. Ademais, o velho estádio, por sua própria arquitetura simplificada, permitia liberdade muito maior de apropriação, bem como a movimentação dos coletivos de torcedores (MASCARENHAS, 2013, p. 166)

Ao entender que o estádio é um lugar de produção de memória, assume-se a hipótese de que este tipo de política acaba privando os indivíduos de uma experiência de sociabilidade, ainda que ela seja também uma construção. Todavia, terminados os

megaeventos, já se observam reações contrárias a esse modelo, bem como a negociação para o aparecimento de novas formas de sociabilidade dentro das novas arenas.

Para a realização desta dissertação, buscou-se lançar um olhar sociológico sobre a relação entre o Estado, o futebol, e as manifestações provocadas pela Copa do Mundo no Brasil, adotando uma perspectiva que pudesse abranger áreas de interesse das ciências sociais. A metodologia usada foi a de análise bibliográfica de autores capazes de elucidar questões sobre a modernidade e suas consequências para a realidade brasileira, incluindo o campo das análises sobre o futebol. Outra metodologia importante foi a busca de acervo em jornais de época e páginas de internet relacionadas a veículos de comunicação.

1 – ESTADO MODERNO, BRASIL E SOCIEDADE: AS BASES PARA A COPA DO MUNDO NO BRASIL

“O jogo de football monopolizou as atenções”
Getúlio Vargas

A proposta deste capítulo é apresentar a forma como alguns atores entendem o ente estatal, especialmente nas relações com outros entes sociais e também com as estruturas de poder em sociedades consideradas modernas. Uma das hipóteses se baseia no fato de que a modernidade se apresenta de diferentes maneiras não só em diferentes sociedades, mas também em seus fenômenos culturais, entre os quais se enquadra o esporte e, mais precisamente, o futebol.

Pode-se dizer que, na era moderna, o futebol obteve forte êxito em proporcionar experiências emocionais em níveis variados nos indivíduos, estabelecendo laços de conexão profundos entre eles e os grupos dos quais faziam parte. Tal e qual um jogo coletivo, “as ações são realizadas por todos os integrantes das duas equipes simultaneamente em co-presença, de modo interdependente, mutuamente referido, contínuo, unificado em seu desdobramento e finalidade” (NAZARETH, 2015, p. 63).

No caso do Brasil, esse vínculo provocado pelo futebol ganhou força nos 30 e 40 do século XX, especificamente com uma boa dose de influência do Estado, cujo ápice vai ser em 1950, com a organização da Copa do Mundo em solo brasileiro. Tal momento é bem diferente, por exemplo, do evento que foi organizado aqui 64 anos depois, em 2014. Neste momento, já é possível trabalhar o futebol sob uma ótica de modernidade tardia, ou de pós-modernidade, quando elementos da cultura do espetáculo e da mercantilização dos esportes redefinem o futebol como um produto a ser consumido em suas mais diversas formas pelo público. Neste caso, é possível observar “uma retração do Estado e uma expansão do mercado sobre esse setor” (HELAL & GORDON, 2002, p. 51). Como consequência deste avanço, os autores falam em perda de vínculos do futebol com temas importantes para o Brasil como os conceitos de nação e identidade:

À medida que se coloca a ênfase do futebol como um produto a ser consumido num mercado de entretenimento cada vez mais pulverizado e diversificado, sem um projeto que o articule a tais instâncias mais inclusivas, o que se consegue é esgarçar cada vez mais o vínculo estabelecido antes. A

metáfora perde a força. E ficamos com a sensação de que algo falta (HELAL & GORDON, 2002, p. 51)

Desta forma, antes de analisar tais mudanças no seio do futebol, este capítulo busca compreender a relação entre o Estado Moderno e o fenômeno esportivo. Uma das características desta nova forma de governo é o estabelecimento de uma imbricada rede de dependência entre os setores sociais. Esse amálgama não significa que as diferenças sociais sejam dirimidas em aspectos como o econômico, por exemplo, o que acentua a desigualdade. Todavia, existem espaços onde essa rede se estabelece como um ponto de aproximação entre setores sociais. No caso brasileiro, é possível afirmar que o futebol foi um dos símbolos dessa contradição trazida pela modernidade.

Ao mesmo tempo em que este esporte foi fundamental para ser um espaço de socialização entre diferentes camadas sociais no Brasil, ele também foi apropriado, inicialmente, pelas elites como fenômeno de distinção. Com o gradual avanço da prática pelos setores populares, coube ao Estado, juntamente com uma elite política e social, a organização da modalidade dentro de um projeto nacionalista, cujo objetivo principal foi o de contribuir para a construção de vínculos de identidade.

Particularmente, no caso brasileiro, este capítulo também tem o objetivo de citar como o futebol, esporte que traduz valores da modernidade, como a competitividade e a solidariedade entre os membros da coletividade, foi absorvido por aqui tendo que se adaptar a práticas tradicionais, como o amadorismo, que vetava o acesso às camadas populares. Especialmente pela emergente burguesia nacional, que se já se associava ao Estado para fazer valer seus interesses comerciais e culturais.

Durante este período de florescimento do futebol, ganhou destaque a figura de Getúlio Vargas, interessado em capitalizar politicamente a rápida aceitação popular do futebol. A estratégia encontrada foi a associação entre a seleção brasileira de futebol como o símbolo de uma nação que se pretendia moderna. Este laço começou a ficar mais evidente a partir da Copa de 1938, com o sucesso da seleção na competição. E atingiria seu ápice no desejo brasileiro de organizar uma Copa do Mundo.

As contradições políticas do Estado Novo durante o período da Segunda Guerra levaram à queda de Vargas, mas não puseram fim aos ideais de progresso desejados pela associação entre o Estado brasileiro e os setores dominantes, que viram

na possibilidade de organizar a Copa uma chance única de projeção do Brasil como uma nação inserida por completo em um ambiente moderno.

1.1 – Estado Moderno e Desporto: Uma rede de Codependências

Analisar a eclosão da modernidade como fenômeno social olhando para os seus vários prismas é uma tarefa difícil para o pesquisador. Observar como ela influencia os estilos de vida, ou as organizações coletivas. Ou mesmo debruçar-se sobre as transformações institucionais. Todavia, não há dúvidas de que ela significou um deslocamento – em seu sentido mais amplo. Isso se deve à unicidade das instituições modernas, diferentemente da ordem tradicional.

Não há uma única forma de se olhar para a modernidade. Ela é repleta de contradições, a começar pelo ritmo das mudanças, que será maior ou menor em alguns casos. Também não se pode dizer que ela afetou de forma equânime todas as partes do globo. Tal fato é perceptível mesmo se formos olhar para um centro urbano, por exemplo. Em seu seio, ele mesmo é repleto de convivências entre o novo e o velho.

Em sua ideia original, a modernidade cria em escala mundial um manancial de novas oportunidades de desenvolvimento para o homem ter uma existência plena, segura, consistente. Sólida. Esse viés de oportunidade foi observado desde a fundação da sociologia como expõe Anthony Giddens (1991):

Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais (GIDDENS, 1991, p. 13)

Um dado a ser destacado é que uma das promessas da modernidade dizia respeito ao fim da expansão do totalitarismo. Entretanto, ficou provado que uma das convivências da era moderna foi a possibilidade de haver, do mesmo lado, expansão econômica e consolidação da burocracia do Estado com regimes despóticos. Giddens

(1991) lembra Marx, que observou, por exemplo, que o Estado é o agente que representa o interesse de quem está no poder. Sendo assim, é o lugar da força. Da dominação de uma classe pela outra. Ele também rememora Émile Durkheim, que observava como o Estado pode ser o agente capaz de promover os direitos dos indivíduos perante os grupos sociais a que ele pertence. Max Weber, todavia, iria dizer que o Estado, em linhas gerais, é uma instituição burocrática que detém o monopólio do uso da violência, e que é dotado de um corpo de funcionários treinados e contratados de maneira pública que avaliam sua competência técnica. O Estado é ainda regido por regras relativamente estáveis e que seriam aplicadas de modo impessoal no conjunto de indivíduos os quais ele submete. Sua soberania estaria ligada à sua legitimidade. Nesse sentido, interessa observar a obediência dos indivíduos manifesta de uma forma interna, numa orientação de conduta para a ação racional. Para Weber, o Estado se separa do interesse dos indivíduos e cria uma força social independente.

A reflexividade, desta forma, orienta os indivíduos para a ação ao mesmo tempo que tem a capacidade de revisar a própria ação. É um processo contínuo, guiado pela mediação dos conflitos entre Estado e sociedade civil ou mesmo das cisões dentro da coletividade. Aqui, o conflito é tratado como uma realidade da dinâmica social. O Estado, assim, torna-se um ator a partir do momento que ele detém o monopólio legítimo do uso da força para fazer valer a lei. Um mecanismo político de governo controlando determinado território, com uma série de dispositivos legais que regem o cotidiano, capacidade de usar a força para a implementação de políticas dentro de fronteiras claramente definidas. O discurso estatal permite a nomeação da realidade, impõe um sentido comum. Mesmo assim, a relação entre população e Estado tende a ser cada vez mais complexa e permite visões diferentes acerca do papel deste na organização social.

Giddens (2001), ao analisar o Estado-Nação, salienta que há um jogo de negociações e resistências, uma dialética do controle: “quanto mais os Estados procuram efetivamente governar, mais há a possibilidade de contrabalançar na forma de envolvimento poliárquico” (GIDDENS, 2001, p. 349). Já em Michel Foucault (2009), o nascimento de uma nova forma de governar significa, na prática, a observação do problema das populações, afastando o modelo de análise baseado na família como unidade e tendo como base metodológica a verificação de dados que permitam a

construção e a implementação de medidas que se aplicam no corpo dos indivíduos, com o objetivo de controle reflexivo, através da informação. São:

Procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2009, p. 143)

Foucault, todavia, não observa a relação de privilégio de classes na biopolítica como forma governamental. Não há diferenciação dos interesses de grupos. Uma crítica que se faz ao método genealógico, usado por Foucault, é que, se ele, por um lado, permite formular questões sobre a realidade que outros pesquisadores não pensaram, por outro lado, não as responde. Fala-se de políticas e práticas governamentais que modificam o real, mas não se busca, neste raciocínio, as práticas que levam às mudanças. Entretanto, é inegável que a grande contribuição de Foucault para a análise do Estado é observar seu papel extremamente importante na orientação dos indivíduos para o cumprimento de normas que passam pela mudança no comportamento dos corpos das pessoas, seja pelo viés físico ou no psíquico, através da internalização das condutas.

Um dos autores influenciados pela análise foucaultiana, inclusive pelas que versam sobre a constituição e formação do Estado Moderno foi Pierre Bourdieu (2014). Para ele, o Estado é espaço social de lutas entre campos que se entrelaçam ou são autônomos, onde cada campo tem sua lógica própria na disputa pelo monopólio físico e simbólico. De acordo com Bezerra (2015), o sociólogo francês dá como principal contribuição para a análise do Estado o fato de ele ser entendido como uma ilusão fundamentada, onde “ao Estado é atribuído o poder de organizar a vida social através da imposição de estruturas cognitivas e de consensos sobre o sentido do mundo” (BEZERRA, 2015, p. 487).

Bourdieu vê que a eficácia do Estado reside no seu poder de nomeação da realidade, e que, portanto, está no campo do simbólico. Trata-se de um poder de “fazer crer”. Afinal, toda classificação é um princípio de representação da realidade. Ele sincroniza as atividades humanas. Tudo passa a ser organizado pelo calendário, que também se apropria da luta dos grupos e dilui a memória. Os compromissos públicos são mediados pelo tempo fornecido pelo Estado. Ele cria uma classificação universal,

pública: “Impor estruturas cognitivas e avaliativas idênticas é fundar um consenso sobre o sentido do mundo” (BOURDIEU, 2014, p. 312).

Essa classificação, contudo, promove o aumento da desigualdade na disputa pelo capital simbólico. Sendo assim, o Estado promove uma série de políticas que vão permitir a determinados grupos manter seus privilégios na economia das trocas simbólicas. Portanto, ele está falando da burguesia, classe que construiu melhores modos de garantir seus interesses na luta política. O conflito, em Bourdieu, ganha rosto. Numa visão baseada na distinção entre a integração lógica e a integração moral de Durkheim, Bourdieu (2014) analisa o Estado sob a ótica do conflito, lembrando que ele faz parte da sociabilidade: “Em outras palavras, para que o próprio conflito sobre o mundo social seja possível, é preciso haver uma espécie de acordo sobre os terrenos de desacordo e sobre os modos de expressão do desacordo”. (BOURDIEU, 2014, p. 35)

A sociogênese de Bourdieu, portanto, é distinta daquela dos historiadores, a quem ele acusa de assumir os critérios de classificação oriundos do Estado. Neste ponto, a metodologia dele não observa o presente como apenas mais uma possibilidade histórica. Um entre tantos “presentes”. O que importa é a realidade e, particularmente, como ela foi constituída através dos mecanismos de nomeação do Estado. Ao buscar suas respostas na construção e aplicação das linguagens, Bourdieu é realista ao afirmar que elas produzem diferenciais de poder, mas de maneira desigual, pelo acesso a bens simbólicos que uns terão e outros não. A violência simbólica estaria na apropriação desigual sobre o universal. Um acesso que não é de todos.

O Estado Moderno, para Bourdieu, tem a capacidade da integração lógica. A sincronização das atividades cria os diferentes espaços públicos que dependem do Estado para existir, mas que não se identificam como persona. Apesar da influência marxista, ele não vê o Estado como agente coercitivo, todavia, não considera possível ver o Estado Moderno sem as classes e, mais precisamente, a luta entre elas. As diferenças de classe nascem do simbólico, já que as escolhas são feitas na forma de hábito, são sistemáticas, dizem sobre estilos de vida e implicam formas de pertencimento a uma classe. Vai muito além do econômico. A luta de classes, para Bourdieu, não se resolve no campo econômico, no mundo produtivo. Mas ela está também na economia das trocas simbólicas, onde o Estado Moderno atua fortemente. A eficácia do Estado também atinge o nível do simbólico.

O Estado passa a ser uma espécie de metapoder, pois ele afeta a distribuição do poder quando se constitui a burocracia. Permite que campos se tornem invisíveis, se transformando no espaço do universal e do público. Quanto mais o governo se propõe universal e público, mais aumenta a rede de codependência entre o governante e os intermediários. Vale, aqui, uma interseção com Elias (apud Miceli):

Segundo Elias, a concentração de poder no Estado absolutista tende ao equilíbrio de forças entre o rei e os súditos: quanto mais se estende o poder do monarca, tanto maior a dependência em relação àqueles submetidos ao seu poder. A interdependência envolve todos os grupos, todas as ordens e classes, todos os indivíduos, uns em relação aos outros — ora amigos, aliados e parceiros, ora rivais e inimigos. Ao cabo dessa refrega, os recursos centralizados passam às mãos de um número cada vez mais numeroso de agentes interdependentes e detentores de princípios distintos e concorrentes de potência — religioso, burocrático, jurídico, econômico, cultural, militar —, na transição do controle privado de uma família, de uma linhagem, ao monopólio público. Ressalve-se que a interdependência entre desiguais sucede sempre ao abrigo de interesses dominantes (MICELI, 2014, p.22-23)

A autoridade do Estado aumenta quando essa rede se intensifica. Neste caso, passa a valer a ótica de que o capital cultural é a fonte da distinção social, uma vez que ele acaba se constituindo numa ferramenta importante para ocupar as posições burocráticas no Estado. Cada campo depende do Estado para fazer valer seus interesses. Ele, por sua vez, vai atuar como redistribuidor do capital simbólico, o que vai equilibrar ou desequilibrar a disputa dentro dos campos.

O capital cultural também é fonte de argumento para o universal e para a justiça. A partir do universal, o Estado consegue predispor à ação, mas não com todos. O universal também é fonte de lucros privados para a burocracia do Estado. Há uma grande disputa entre os grupos intermediários por este acesso. Segundo Bourdieu (2014), isso gera a corrupção que, para ele, é estrutural. As pessoas realimentam a ficção do Estado e, por outro lado, realimentam o diferencial de poder dos grupos intermediários, que vão realimentar a ficção universal do Estado puro.

Falar em Estado Moderno pode significar a expressão de um monopólio que jamais é completamente público. A interdependência não significa que ela ocorra entre entes iguais. Podem ocorrer relações de dominação. Todavia, é inegável que esse “metapoder” exerce grande influência na vida dos indivíduos, que, conscientes ou não, reagem aos estímulos provocados e exercidos pelo Estado. Também pode ocorrer a

convivência entre relações modernas e arcaicas em estado de convivência dentro do âmbito do Estado Moderno.

Cabe verificar, em certos ambientes onde predominem este tipo de relação, como se dão as imbricações entre estes setores da sociedade e se, em maior, ou menor grau, conseguem ter efeito as ações reflexivas. Ou seja, se os indivíduos acabam também reproduzindo certas formas de agir e pensar oriundas da eficácia simbólica do Estado, especialmente em determinados campos de interesses comuns dentro da esfera pública.

O pensamento weberiano influenciou grande parte do pensamento ocidental, especialmente no que diz respeito à construção de uma ação racional, não só no modelo de gênese do Estado. Um dos que buscou estudar e aperfeiçoar a teoria de Weber foi o alemão Norbert Elias, especialmente no que se refere monopólio do uso legítimo da violência, pensada por Weber como física, seja militar ou policial. Elias, contudo, acrescenta a este raciocínio é a sutileza da passagem do monopólio privado do uso da coerção para o público, o que não se dá somente pela via física. De acordo com o autor (1975)⁷, ao analisar as formas de organização do Estado absolutista, é possível comparar os processos de monopolização que constituem o Estado com os que acontecem no ambiente de mercado. Ao argumentar, em *La dynamique de l'Occident*⁸, que o Estado protege o cidadão mediante o pagamento de impostos, ele organiza uma forma de extorsão legítima, onde a pacificação interna provoca uma ambiguidade: ele instaura uma dominação que tem como meta a pacificação.

Todavia, Elias tem a ideia de que, à medida em que o poder se concentra, aumenta a rede de interdependência dos poderosos. Mas essa relação, vale lembrar, não é entre iguais, e sim entre valências religiosas, burocráticas, jurídicas e econômicas. Há um alongamento da cadeia de interdependências já no absolutismo: “O aparelho complexo e imenso no topo do qual se encontrava Luís XIV permanece, em muitos aspectos, privado, permanece uma extensão da casa do rei, e pode-se falar a seu respeito de burocracia patrimonial” (ELIAS, 2001, p.18).

⁷ ELIAS, Norbert; KAMNITZER, Pierre. *La dynamique de l'Occident*. Paris: Calmann-Lévy, 1975.
⁸ *A dinâmica do ocidente*, em tradução para o português.

Foi ao observar a sociedade de corte que Elias (2001) observou a densa rede de interdependência que se formava entre os pares que compunham a nobreza. E que a própria sociedade poderia ser pensada a partir do processo de dependência mútua entre grupos sociais distintos. Na corte, duas classes que sejam adversárias podem manter interesses em comum em nome da manutenção de privilégios, formando uma unidade. A relação aparece, então, numa sociogênese, numa espécie de constrangimento moral, onde as condutas serão pacificadas.

A modernização do Estado, então, se dá, antes, pela pacificação dos espaços sociais através da formação de redes de dependência entre grupos distintos, num processo civilizador. Essa civilização das condutas garante a estabilidade das rotinas sociais. Ela permite aos indivíduos conservarem sentimentos, vontades, internalizar proibições e, além disso, se olhar em perspectiva, o que vai permitir nascer o homem da modernidade.

Entretanto, como ressalta Elias (1993), o processo civilizador não é planejado visando a obtenção da civilização a longo prazo. Ele é muito mais encarado como uma mudança não intencional. Além disso, ele emana de múltiplas ações individuais que foram conformando as atitudes sociais dos indivíduos lentamente, o que leva a modelos de condutas que serão observados no entrelaçamento social. Ou seja, o aumento da diferenciação e da especialização social se associa ao longo do tempo em uma rede complexa. Passa-se a exigir um aparato mais forte para controlar os indivíduos. É onde ganha força a centralização do poder. Apesar de o autor usar como estudo de caso a sociedade de corte medieval, há também o desenvolvimento do monopólio do uso da violência legítima pelo Estado para o controle das pulsões. Mas este raciocínio será retomado mais adiante, observando como o futebol (e os esportes de uma maneira geral) contribuem para o processo de racionalização das condutas.

Por ora, o que vale observar é que os mesmos padrões de conduta são postos em movimento pela dinâmica da socialização. Neste âmbito, vale discutir o processo de socialização que foi transmitido geração após geração em uma sociedade. Um conjunto de ações que, segundo Elias (1993), exerce uma grande influência:

O estudo desses mecanismos de integração, porém, também é relevante, de modo mais geral, para a compreensão do processo civilizador. Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada,

uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente (ELIAS, 1993, p.195).

Os processos de interiorização de condutas e aprendizagem no mundo social são essenciais para as sociedades ocidentais mais complexas. Mas tem também seus reflexos em países de tecido social mais gelatinosos, onde a sociedade civil não é tão complexa. É interessante já, neste ponto, entender as ideias de Estado e de nação. As tentativas de se estabelecer critérios norteadores acerca da existência de uma nacionalidade geralmente são feitas em critérios como língua, ou etnia, por exemplo. Todavia, tais parâmetros geralmente são insuficientes para tal.

A ideia de nação, como entidade mutável, pertence a um período específico da história. Ela ganha esse contorno relacionada com o Estado territorial moderno, o Estado-Nação. Há uma construção de uma elaborada rede de tecidos e arranjos sociais que permitem a formação de uma nação. Pode-se dizer que, utilizando como marco teórico a teoria dos processos civilizadores de Elias, o Estado-Nação é fruto de uma série de processos de harmonização de rotinas sociais que permitem engendramentos comuns a uma coletividade num determinado intervalo de tempo. Ou seja, a organização social precede a forma política. De acordo com Hobsbawm (1990), “o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBSBAWN, 1990, p. 19). O autor também defende que as nações são fenômenos duais: construídas pelo alto, mas que não podem ser compreendidas sem serem analisadas de baixo, ou seja, a partir do ponto de vista das pessoas comuns. Sobre esta visão, em particular, Vilar (1978) escreveu que “o que caracteriza o povo-nação, visto de baixo, era precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio” (VILAR, 1978, p. 7).

O Estado-Nação é a forma pela qual se consegue a pacificação social na modernidade. Ele centraliza a violência que permite a formação do indivíduo autocontrolado e a previsibilidade das ações sociais. Este sujeito se vê em perspectiva ao internalizar um conjunto de disposições, provocando uma situação de estabilidade e sociabilidade. Nas palavras de Giddens (2001), “O poder administrativo penetra agora

cada vez mais nas minúcias da vida diária e nas mais íntimas ações pessoais e relações” (GIDDENS, 2001, p.320).

Esta nova formação social promove a integração de grupos sociais cada vez maiores, diferentes, e numerosos dentro de uma mesma cadeia de codependência. É o Estado-Nação que armazena as informações e os recursos que ele mesmo irá usar em um dado momento. Sincroniza e organiza as atividades humanas dentro de um mesmo espaço, entronizando a ideia de um governo à distância. As ações reflexivas deste ator permitem antecipar, induzir certas ações e mesmo constranger outras. Este monitoramento permite um campo de ação estruturado onde os atores são submetidos a uma tecnologia de governo, onde a vigilância é feita pela remoção da liberdade justificada pelo Estado. Daí a importância da rotinização das condutas, da qual Elias já falava e que foi fundamental para a organização de um tecido social que tenha servido de base para a consolidação das nacionalidades. E que, por sua vez, tenham possibilitado esta nova prática governamental.

Quando se fala em termos de desporto, Dunning e Elias (1992) lembram mais uma vez da teoria da codependência. De acordo com os autores, o esporte, na perspectiva sociológica, é caracterizado por:

Uma estrutura ou padrão que um grupo de seres humanos interdependentes forma entre si. Esta estrutura, padrão ou, de forma mais correta, configuração, compreende: 1) dois indivíduos ou equipes que cooperam uma com a outra numa rivalidade mais ou menos amigável; 2) agentes de controle, como árbitros e juizes de linha; e, 3), por vezes, mas nem sempre, um numero maior ou menor de espectadores (DUNNING; ELIAS, pp. 302, 1992)

Ou seja, jogos são organizados como configurações sociais. Como os autores lembram, eles estão intrinsecamente conectados com a estrutura social. Eles são: “intimamente interligados, muitas vezes de forma complexa, com a estrutura da sociedade em geral e com a maneira como esse tecido e entrelaçados no âmbito da estrutura das interdependências sociais” (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 302).

Um ponto importante que deve ser abordado é a dinâmica fluida de um jogo que nunca envolve apenas uma participação racional. Os indivíduos interagem com aquela dinâmica de modo orgânico, sentimental. Há sempre uma tensão compartilhada de forma cooperada. Não apenas por aqueles que disputam de forma direta, mas também por parte daqueles que o presenciam. É possível até estabelecer um paralelo

entre um jogo particular e uma dinâmica geral, global. É o que Elias e Dunning chamam de “complexo global de polaridades interdependentes”, que é caracterizado por alguns preceitos, que foram delineados da seguinte forma pelos autores:

1) A polaridade global entre duas equipas em oposição; 2) A polaridade entre ataque e defesa; 3) A polaridade entre cooperação e tensão entre as duas equipas; 4) A polaridade entre cooperação e competição em cada equipa; 5) A polaridade entre o controlo externo dos jogadores, a vários níveis (por exemplo, dirigentes, capitães, colegas de equipa, árbitros, juizes de linha, espectadores e por ai adiante), e o controle flexível que o jogador exerce sobre si próprio, quer seja de um ou de outro sexo; 6) A polaridade entre identificação afetuosa e rivalidade hostil em relação aos oponentes; 7) A polaridade entre o prazer da agressão manifestada pelos jogadores e a limitação imposta pelo padrão de jogo sobre esse prazer; 8) A polaridade entre flexibilidade e rigidez das regras (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 303)

A hipótese central dos autores é a de que o equilíbrio de tensão entre polaridades interdependentes deste tipo que determina o vigor de um jogo. Neste ponto, é possível traçar um paralelo entre as dinâmicas que regem o esporte e as que regem o plano social e, por que não, as que regem o fazer da máquina estatal. Afinal, o Estado não é uma disputa aberta entre classes somente, mas sim um jogo de forças que se rearranja conforme um determinado contexto.

Sendo assim, o esporte não só pode contribuir muito para as análises das dinâmicas de poder dentro do Estado, como também não pode mais ser dissociado da análise deste. A principal contribuição é observar como o esporte trabalha conflito e consenso não como opostos maniqueísticos, mas sim como forças complementares que vão organizando o todo social.

A grande virada no esporte moderno, concebido no século XIX, é a introdução do conceito de espetáculo e, principalmente do direcionamento do esporte ao espetáculo. Enquanto que em um primeiro momento deu-se a passagem do jogo ao esporte, em um segundo momento, esse esporte não mais se direciona a quem o pratica e sim para quem o assiste. O advento das massas faz com que o esporte se profissionalize voltado a agradar um público.

Foi essa expansão feita em larga escala que popularizou o esporte pelo mundo e, mais precisamente, o futebol. Essa virada é fundamental para entender as formas pelas quais os Estados Nacionais se apropriam da prática esportiva. Não só como uma maneira de propagar políticas higienistas, por exemplo, mas também para agradar a um

maior número de pessoas possível para assim, angariar a simpatia das pessoas. Sugere-se, portanto, que esse processo que deu ares de “seriedade” ao esporte moderno passa pela questão da formação dos Estados Nacionais. Pode haver uma ligação entre o processo de civilização e a crescente seriedade nas formas de participação no esporte. Isso culmina com a internacionalização do esporte moderno, de acordo com Elias e Dunning (1992):

Os Jogos Olímpicos e o Campeonato do Mundo proporcionam as únicas ocasiões, em tempo de paz, durante as quais nações inteiras podem unir-se com regularidade e de forma visível. A divulgação do desporto a nível internacional tem implicações no aumento da interdependência internacional e da existência, com várias exceções notáveis, de uma paz mundial frágil e instável. Confrontos como os Jogos Olímpicos permitem aos representantes das diferentes nações competirem entre si sem se matarem, ainda que o grau em que semelhantes provas de combates simulados se transformaram em confrontos reais esteja dependente, entre outros, do nível de tensão preexistente entre os Estados Nações envolvidos (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 325)

É neste sentido que a discussão aqui pretende avançar: a de que o esporte é um fenômeno que se transforma com o advento do Estado Moderno. Mais precisamente, ele se transforma na direção de um espetáculo que se direciona para o espectador e, posteriormente, é apropriado para uma capitalização política que varia de acordo com suas metas específicas, mas que, no geral, tende a ter como objetivo principal a perpetuação de uma série de atores no exercício do poder.

Contudo, procura-se estabelecer aqui, um paralelo. Cabe diferenciar a formação dos Estados Nacionais – principalmente se entendidos como um fenômeno da modernidade – quando ocorrida em lugares onde o capitalismo se encontra em um estágio mais avançado da ocorrência em lugares mais atrasados, onde a passagem para o paradigma moderno aconteceu de forma mais “solavancada”, atropelando etapas graças à ordem desses países no cenário de expansão comercial. A introdução do conceito de esporte moderno também se fará de forma diferente em países periféricos, como o Brasil.

Observando exatamente esse dado da desigualdade, é importante verificar as ambiguidades da formação do Estado brasileiro e introduzir uma breve passagem de como se dá a inserção do desporto nesta realidade – especialmente o futebol – para entender, posteriormente, como se dá a apropriação de uma modalidade que, ao longo da história, se tornou uma espécie de “síntese de Brasil”. Essa apropriação não teria sido

possível se, de alguma forma, o país não tivesse entrado – ainda que por vias tortas – no processo de modernidade, mesmo que submetido ao lugar de explorado. E, mais precisamente, verificar como foi construído um imaginário popular acerca dessa passagem.

A exemplo do que houve na Europa e em outros lugares, a passagem do jogo ao esporte no Brasil não ocorreu sem lutas e reproduzindo problemas sociais pesados, como o racismo, por exemplo. Mas o futebol se estabelece e se consolida no Brasil pelo seu caráter modernizante, que vai contrastar o tempo todo com aspectos arcaicos, numa trajetória que foi largamente apropriada pelo discurso oficial.

1.2 – Moderno e Arcaico

O Estado Moderno pode ser visto, então, como detentor de recursos simbólicos que vão servir de instrumentos para que os agentes disputem seus monopólios em determinados campos. É o lugar de um poder reconhecido por um consenso social e que se constitui também no espaço de verificação de regras tácitas, implícitas em sua aceitação. Seja uma lei elaborada durante meses ou anos, ou mesmo a adoção de um sistema métrico padrão, único. Portanto, é o lugar do universal, onde a cultura também está inserida neste processo.

Uma cultura que se apresenta como universal pode ser ditatorial do ponto de vista de que tudo aquilo que não está inserido nela não pode ser taxada, classificada, nomeada como... cultura. É aí que pode aparecer uma cisão onde aparecem de forma mais clara os instrumentos de dominação: entre os que tem ou não o monopólio desse “universal”. E, claro, do acesso a ele.

Todavia, um processo de modernização geralmente é composto por discontinuidades. No caso de um país como a Inglaterra, por exemplo, seria possível afirmar que a Revolução Industrial, uma transformação no campo econômico, foi acompanhada de uma mudança semelhante na esfera do Estado? Ou seria possível que uma forma mais arcaica de Estado criasse as condições necessárias para a reprodução dos mecanismos de dominação econômica? O caso inglês diz que foi possível conjugar

um Estado politicamente “arcaico” com uma revolução modernizante empreendida pelo capital. Uma tradição política bem estabelecida garantiu a unidade necessária para a expansão do desenvolvimento econômico.

A resposta pode estar no campo da cultura, mais precisamente nos mecanismos de nacionalismo. Estabelecer um código cultural comum, universal e amplo, é um dos primeiros pontos de trabalho do Estado Moderno. Ao que se percebe, essa universalidade é buscada de modo consensual, inclusive para além das fronteiras do lugar que a detém: há universalidade e até uma previsão imperialista na cultura. Quem detém o monopólio dos usos culturais consegue deter um capital simbólico poderosíssimo.

Todavia, não se chega ao universal sem antes passar por uma série de questões de unificação: idioma, leis, costumes etc. Caberá ao Estado monopolizar e depois redistribuir em uma teia muito complexa de organização todo o capital simbólico que ele acumulou. Não se consegue, contudo, domar todo esse processo e deve-se levar em conta o interesse de determinados grupos sociais em particular, o que torna sempre um problema a legitimação do Estado.

Um deles é a família. Quando nasce o Estado, substitui-se um modo de organização baseado nos laços de parentesco para um modelo mediado por instituições. Portanto, a impessoalidade na administração passa a ser uma premissa. A sucessão administrativa passa a ser orientada pelo mérito. E, além disso, o Estado passa a centralizar a nomeação e as decisões. Contudo, é extremamente difícil que a família não seja vista como unidade de autoridade e que, por consequência, tem regras próprias e que se reproduzem quando passam para a instância pública.

A família pode também ser vista não só como uma unidade de autoridade, mas também política e emocional. E que também se manifestam além da vida no seio do lar. Segundo a tese de Mosse (1981), unidades emocionais afetivas costumam ser reservadas a pequenas seitas, a pequenos grupos, mas essa construção social de uma unidade emocional pode se produzir na escala de todo um povo, e não somente na escala de pequenos grupos. O autor enumera, por exemplo, que o Estado nazista politiza a estética por uma espécie de religião civil. De acordo com Hobsbawm (1990), “os Estados requeriam uma religião cívica (‘patriotismo’) sobretudo porque necessitavam

mais do que a passividade dos seus cidadãos” (HOBBSAWM, 1990, p.106). Entende-se, assim, que a influência dessa nova organização política moderna faz gerar um sentimento de solidariedade quase que familiar, reforçado pela construção de sentimentos e símbolos que se fazem ver numa “comunidade imaginada”. A sensação de pertencimento a uma unidade – no caso, a Igreja – foi quebrada com o Iluminismo e a Revolução Francesa.

A ideia de patriotismo original estava baseada no Estado e não em uma ideia nacionalista, pois relacionava-se com a soberania do povo. O nacionalismo, então, tende a se tornar um instrumento poderoso para o governo, caso conseguisse ser integrado a uma esfera estatal para tornar-se seu componente emocional central. Nacionalismo, então, não era um patriotismo de Estado. Mas ele pode reforçá-lo com símbolos de pertencimento a uma “comunidade imaginada”.

Politicamente falando, o Estado Moderno é garantidor da confiança pública. De acordo com Giddens (2001), a expansão da soberania de Estado: “significa que aqueles a ele sujeitos são, de algum modo – inicialmente vago, mas cada vez mais definido e preciso – conscientes de sua vinculação a uma comunidade política e dos direitos e obrigações que tal associação confere” (GIDDENS, 2001, p.228). Sendo assim, parece correto afirmar que o nacionalismo não é totalmente ideológico, mas pode estar ligado a uma unificação administrativa que é também uma homogeneização econômica e cultural. O próprio Giddens (2001) assinala que:

As exigências do industrialismo demandam assim a difusão de modos comuns de pensamento e de crença para todo o conjunto da população. O nacionalismo é precisamente a ligação de tais modos de pensamento e de crença ao Estado, que são os meios de sua coordenação [...] O nacionalismo não somente oferece uma base para uma identidade de grupo, mas o faz em um contexto que mostra que esta unidade é resultado de aquisições distintas e preciosas (GIDDENS, 2001, p.231-232).

Esse espírito de compromisso coletivo pode ser visto como uma expressão cultural de uma soberania. Seus laços são mais unificados em relação aos Estados considerados tradicionais. Todavia, eles são geralmente usados por interesses particulares através de fomento por grupos dominantes. O nacionalismo oficial permite uma percepção do real que é construída. Além disso, o nacionalismo também pode ser visto como uma padronização cultural da sociedade ocidental. E quando tal noção se “transfere” para outras coletividades, pode ser imaginada através de outras associações.

Um item que merece ser ressaltado é a comunidade não se realiza no contato face a face. Mas é o nacionalismo, enquanto laço de coesão, que permite que a atitude empática permaneça mesmo na ausência física.

A análise ganha contornos particulares quando feita sob a ótica da construção dos Estados Coloniais, onde o processo de formação foi dado a partir da perda de elementos singulares de uma cultura e organização social. A ocupação sistemática pelo colonizador impõe padrões que, na maioria dos casos, são estranhos aos habitantes locais. As classificações, veridicações, distribuições de capital simbólico, entre outras características de atribuição de universalidade são totalizantes e recriadas artificialmente à luz da conveniência administrativa. Têm o objetivo de criar um espaço próprio para o controle do colonizado: escolas, tribunais etc.

Evidentemente, o grau de articulação da dominação colonial se deu através de laços mais ou menos frouxos de acordo com as características da ocupação pelo colonizador. Anderson (2008) compara as colonizações feitas no sudeste asiático e na América espanhola. Enquanto que na primeira houve intenso fluxo migratório de pessoas vindas da metrópole a título de aparelho burocrático e militar, o que garantiu superioridade, coesão, e ascendência sob os povos indígenas⁹, na outra, as migrações raramente foram planejadas pela metrópole e nem sempre criavam laços estáveis de subordinação, o que permitia espaços de tramitação entre colonizador e colonizado.

De acordo com Chaterjee (2000), o anticolonialismo busca seu próprio espaço de soberania dentro da esfera colonial mesmo antes da batalha política por emancipação. E isso acontece “dividindo o mundo das instituições e das práticas sociais em dois campos: o material e o espiritual” (CHATERJEE, 2000, p. 230). No aspecto material, o autor “reconhece” uma superioridade ocidental. Mas que a via espiritual é um campo que aponta aspectos essenciais da identidade cultural, onde o colonizado, em algumas ocasiões, consegue manter a integridade, sem ser dominado pelo poderio simbólico do colonizador oriundo do ocidente. Para Chaterjee, essa divisão é o que funda o Estado Colonial e esse “limite” entre os dois mundos era o que poderia gerar a resistência do ponto de vista cultural.

⁹ De acordo com o autor, no final do século XVIII, havia cerca de 3,2 milhões de “brancos” no total de 16,9 milhões de habitantes do império ocidental espanhol.

Para efeito neste estudo, interessa particularmente observar a relação entre moderno e arcaico na formação colonial brasileira através de uma breve passagem, sem se ater aos seus meandros, mas enumerando algumas características relevantes. Em primeiro lugar, as nações na América Latina, de um modo geral, foram constituídas através de guerras e revoluções de independência. Sem que as relações com a metrópole fossem cortadas umbilicalmente – visto que a dependência econômica continuaria.

Ao contrário do que ocorreu na formação dos Estados Nacionais Modernos na Europa, há, na América Latina, o que Ianni (1987) classificou de uma “sequência de desencontros” entre sociedade e Estado, que já se formava, segundo o autor, como um núcleo de interesses dominantes, onde esses núcleos eram formados por homens brancos, da elite, e escravocratas. O jogo do nacionalismo será apropriado, portanto, de cima pra baixo:

As atitudes nacionalistas e ainda o sentimento de pertencimento a uma nação, começaram sendo características das classes alta e média (daí, entre outras coisas, suas vinculações tradicionais com as posições de direita); somente mais tarde os sentimentos nacionalistas se difundem nas classes populares (GERMANI, 1960, p. 54)

No caso específico do Brasil, a formação também se deu de forma anacrônica. Ainda assim, toda discussão sobre a formação da sociedade brasileira traz consigo indagações sobre presente e futuro. Eacaba sendo interessante observar o papel do Estado na formação social do país. Ianni (2000) acredita que umas dessas visões classifica o Estado brasileiro como uma espécie de demiurgo. Trata-se de um lugar onde “a sociedade civil parece um subproduto da atividade demiúrgica do estado. Implícita ou explicitamente, essa tese estabelece que a sociedade civil é débil, pouco organizada, gelatinosa” (IANNI, 2000, p. 57).

Essa visão, especialmente compartilhada pelas elites brasileiras, explicita que o povo precisaria ser guiado, tutelado, num movimento vertical, de cima para baixo. Nomes como Alberto Torres¹⁰ e Oliveira Vianna¹¹, por exemplo, fizeram parte desta escola. Observaram problemas com os quais os governantes da época se viam: lidar com

10Alberto de Seixas Martins Torres (Itaboraí, 26 de novembro de 1865 — Rio de Janeiro, 29 de março de 1917). Pensador social brasileiro preocupado com questões da unidade nacional e da organização social brasileira.

11Francisco José de Oliveira Viana (Saquarema, 20 de junho de 1883 — Niterói, 28 de março de 1951). Foi professor, jurista, historiador e sociólogo brasileiro, além de imortal da Academia Brasileira de Letras.

escravos, índios, imigrantes, que atuavam dentro de uma economia agrária, onde as relações com a metrópole eram do tipo imperialista. Ianni (2000) aponta que:

Diante dessa realidade, o modelo jurídico-político de estado-nação adotado é o europeu com ingredientes norte-americanos, inspirado no liberalismo, constitucionalismo, divisão dos três poderes, democracia e cidadania; sem maiores compromissos com a efetivação desses princípios ou ideais. Essa a visão da história de boa parte das “elites” deliberantes e governantes, visão essa na qual está implícita ou explícita a ideia de que o povo, enquanto coletividade de cidadãos, precisa ser criado e tutelado, de cima para baixo. Inclusive porque a composição índios, negros e brancos, isto é, escravos e livres, ou dominantes e subalternos, pode ser explosiva (IANNI, 2000, p.4).

A composição social de estamentos inferiores pode ser ameaçadora ao domínio dos mais poderosos. Dentro de um ambiente patriarcal, são feitos arranjos conciliatórios, reformas feitas “pelo alto” que agradem a determinados setores e que, como consequência, impedem momentos de ruptura institucional. Deste modo, as estruturas de dominação não são reveladas.

O mesmo Ianni destaca a visão de Brasil como uma “história de tipos ideais”, acionando o recurso metodológico weberiano¹². É um outro raciocínio que coloca em jogo a possibilidade de a sociedade brasileira poder ser observada em suas especificidades. É como se “a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais; sem que se revelem relações, processos e estruturas de dominação e apropriação” (IANNI, 2000, p.59). É uma ênfase culturalista que acaba ordenando realidades complexas, onde o jogo de forças sociais nem sempre é visível.

Um dos autores que lançam mão desse recurso é Sérgio Buarque de Holanda (1995), especialmente ao estudar o “homem cordial”, que é aquele fortemente dominado pelas emoções, estabelecendo um contraponto com o elemento racional. Juntamente com outros “tipos”, comuns na sociedade brasileira, tais como o “jeca tatu”, ou o “sacipererê”, o “homem cordial” aponta um perfil de informalidade, descompromisso com o trabalho e a disciplina (a ponto de o trabalho ser visto como uma obrigação), uma sociabilidade maleável, de um caráter imprevisível.

¹²Instrumento de análise sociológica para o entendimento da sociedade que tem o objetivo de tipologias destituídas de um viés de avaliação, de forma a oferecer um recurso analítico baseado em conceitos, de acordo com o raciocínio de Max Weber.

Pode-se considerar a resistência em aceitar as mudanças impostas pela modernidade como uma característica da sociedade brasileira descrita por Sérgio Buarque de Holanda. Um argumento que corrobora tal visão é patriarcalismo, no qual o Estado e suas instituições descenderiam em linha reta por simples evolução da família. A valorização da organização familiar funde-se com a noção de Estado, que passa a ser visto como o “chefe de família”, tornando-se senhor, juiz e carrasco. Portanto, se constitui em prolongamento da família.

Isso provoca uma dicotomia entre os valores familiares com os sociais. A escravidão, por exemplo, estabeleceu ações de cooptação, além das relações de violência, o que acaba amenizando o conflito social. Os critérios personalistas não permitiriam a transparência dos conflitos entre capital e trabalho, mesmo em um ambiente de abolição e entrada da mão de obra imigrante, ocorrida no início do século XX no Brasil.

As condições da clássica vida moderna, intrinsecamente ligada a expansão do capital pressupunha a separação entre as classes produtoras. Há uma quebra das relações de proximidade no trabalho. O Brasil, de certa maneira, conseguiu empreender uma modernização na esfera da economia, o que não se transferiu para o social. As relações paternalistas e patriarcais persistiram na formação do estado brasileiro. Ter relações pessoais permite a alguns grupos obter vantagens e, assim, usar o aparelho estatal para a perpetuação de interesses pessoais.

A cordialidade, portanto, pode ser entendida como a supremacia do indivíduo sobre a sociedade, que passa a ser constituída de forma individualista: não sabe partilhar seus ganhos. As normas sociais determinam um respeito aos padrões estabelecidos e partilhados entre todos, criando uma rede de relações. A cordialidade, desta forma, mascara o conflito. E traz profundas modificações nas cidades e sob o aspecto urbanístico e nas formas de comunicação:

No Brasil onde imperou, desde os tempos remotos, o tipo primitivo de família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar em um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje (HOLANDA, 1995, p.145)

Parece correto afirmar que, no Brasil, houve um casamento entre uma organização mais formal de estado e da vida social com um jeito de ser mais informal de resolver os problemas da modernidade. Na prática, as relações pessoais acabam mantendo privilégios e marcar fronteiras sociais. Mas também criam formas de se opor à excessiva burocratização e impessoalidade estatal. Trata-se de uma dificuldade em mesclar as demandas modernas com características peculiares do país. Então, moderno e arcaico, público e privado se entremeiam em relações sociais extremamente complexas, mas que afirma o hibridismo de normas socialmente compartilhadas.

1.3 – A Modernização via um novo grupo social

A formação de uma sociedade voltada para a nova ordem moderna contrastava com as relações sociais tradicionais num país de economia agrária e exportadora. De acordo com Milton Santos (2005), tratou-se de mais de um processo de geração de cidades, do que uma ideia de urbanização propriamente dita, o que o autor considerou uma “urbanização pretérita”. Somente no final do século XIX e no início do XX, especialmente entre as décadas de 20 e 40 que a população urbana deu um salto, chegando a 31,24% da população total do país¹³. Nota-se o crescimento do setor de serviços e o incremento da malha de transportes e dos portos, além dos meios de comunicação (com destaque para o rádio), que tiveram um papel importante para a integração do território.

Todavia, cabe a ressalva de que o tanto o processo de urbanização quanto o de inserção social não eram plenos. Havia limitações especialmente do ponto de vista de um mercado que só recebe a participação de uma ínfima parcela da população. Crescem os investimentos à mesma proporção que ela reforça o processo de desigualdade. Somente com a chegada de Vargas ao poder o quadro começa a mudar. Novamente percebe-se que o estado assume o papel de guiar o processo de modernização, levando com ele uma burguesia emergente e uma série de oligarquias interessadas na expansão industrial e na formação de um mercado consumidor interno. Nas palavras de Santos

¹³ Ver SANTOS, 2005, pp.22.

(2005): “Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país” (SANTOS, 2005, p.27).

Ganha destaque o papel da burguesia nascente no Brasil como grupo capaz de empreender a modernização brasileira de uma forma bem peculiar. De acordo com Fernandes (2006), a burguesia conseguiu se impor no terreno político e estabelecer um pacto tácito de dominação de classe:

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado a faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócioeconômica no que Weber entendia como ‘poder político indireto’. As próprias ‘associações de classe’, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado, e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base do poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária, e encontrou condições ideais para manifestar a transição, modernizando-se onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível (FERNANDES, 2006, p. 240)

Fez-se, portanto, uma lógica que permitiu um pacto entre as oligarquias e os setores burgueses crescentes no Brasil da primeira metade do século XX cujo efeito não se deu no âmbito de se modernizar o país de fato, mas sim de apenas atender a seus próprios interesses com a chancela do poder público. A preocupação assumiu um caráter apenas particular. Esses dois setores – oligárquico e burguês – em pouco se diferenciavam em seus interesses e mesmo conflitos pontuais eram resolvidos dentro de uma lógica interna.

A lógica burguesa era, portanto, dúbia. Se, no discurso econômico, assumia um caráter progressista, agia de forma conservadora e reacionária do ponto de vista político e, especialmente, no social. Era uma dominação que agregava métodos autocráticos, consolidando um processo conservador de prevalência. Na nova realidade moderna brasileira, mais uma vez se une o aspecto arcaico com traços de progresso (ainda que restritos ao aspecto do desenvolvimento econômico).

Não era possível falar, no caso brasileiro, em uma “revolução burguesa” clássica, como ocorreu na Inglaterra e na França, pelo fato de o Brasil ser, na ordem mundial, um país periférico, cujo papel na economia global que começava a se apresentar era inferior no jogo de negociações com o mundo desenvolvido. Na prática,

as grandes empresas multinacionais que entravam no país já a partir dos anos 30, com a chegada de Vargas ao poder e a nova política de substituição de importações, ditavam as regras da economia brasileira. Por outro lado, a massa proletária que já se formava nos grandes centros urbanos também pressionava por um novo pacto social (que viria a ser atendido pela CLT durante o Estado Novo).

A saída encontrada pelos setores burgueses nacionais foi a associação ao capital estrangeiro, no campo econômico, e o controle do Estado sob o ponto de vista político. Essa dupla iniciativa permitiu a segurança de investimentos privados e, acima de tudo, o controle dos setores populares sempre que houvesse qualquer tipo de ameaça à “ordem estabelecida”. Por fim, o Estado brasileiro passava a se constituir num instrumento de dominação burguês.

Num grau comparativo, a dominação que Fernandes (2006) classificou como senhorial, era bem mais monolítica que a implantada pela burguesia nacional, que se compunha de forma mais heterogênea. Isso pode se dever ao fato de que apenas as camadas burguesas tiveram que conviver com a pressão dos setores populares, obrigando-a a uma articulação mais rápida em busca de arranjos políticos que a favorecessem. Mesmo que tivessem que ceder a demandas vindas da aristocracia rural, forte politicamente ainda.

Não foi, portanto, o aspecto econômico que resolveu o impasse burguês no Brasil. A reorganização do Estado em torno dos interesses burgueses se deu pela articulação deste grupo com uma aristocracia rural e também com setores militares. A iniciativa privada forma um círculo de proteção forte em torno de seus interesses, o que resultou, na economia, num profundo aprofundamento da dependência da economia global, em vez de se empreender um capitalismo mais voltado para a formação de um mercado consumidor interno.

As consequências, sob o ponto de vista social, é o aprofundamento da desigualdade. A dominação burguesa no Brasil do início do século XX pode ser vista como uma sucessora da relação econômica entre senhores de engenho e escravos. Esta nova classe é mais uma a engendrar o aspecto da desigualdade onde a relação já se pressupunha como um abismo. O desenvolvimento capitalista no Brasil se deu como

ocorre na maioria dos países de periferia econômica: de forma atravancada, sobrepondo etapas históricas, e reforçando o processo de dominação e desigualdade social.

Se for possível pensar em efeitos de ação do capital externo sobre um país de economia periférica, não há, e nem deveria haver qualquer tipo de impedimento a ação burguesa. Pode ser encarada como interessante – e até benéfica – a fortificação de um setor burguês como se deu no Brasil da primeira metade do século XX. Os países ditos “centrais” necessitam de bases sólidas na periferia para desenvolverem seus negócios. Esses quadros foram procurados exatamente na burguesia nascente. A estratégia não é econômica, mas sim política: manter a dominação burguesa sobre o Estado.

É interessante falar neste ponto sobre a industrialização no Brasil feita especialmente a partir dos anos de 1930. É o tipo de fenômeno que modifica a paisagem de um país sob vários aspectos. A partir dele se formam as grandes cidades, dando origem a fenômenos de concentração de mão de obra e de riquezas, mudando a relação com a economia agrária ao longo da história. Cabe salientar, aqui, que o processo se dá dentro da nova ordem burguesa, portanto, absolutamente racional quanto a suas metas:

Desde que se proponham o “desenvolvimento” e a “revolução dentro da ordem” que são compatíveis com o capitalismo dependente, as classes burguesas buscam a única revolução nacional por que podem lutar em tais condições, a qual consiste em consolidar o poder burguês através do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe. O que entre em jogo, portanto, não são as compulsões igualitárias (por mais formais e abstratas que sejam) de uma comunidade política nacional, mais ou menos complexa e heterogênea. Mas o alcance dentro do qual certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda comunidade nacional e tratados como se fossem “os interesses da nação como um todo” (FERNANDES, 2006, p. 350)

Sendo assim, o discurso de que o Brasil precisava se modernizar, isto é, entrar na égide moderna via industrialização, foi largamente utilizado como sendo um interesse “de todos”, não só da burguesia emergente. Sendo assim, todos os esforços políticos nesta direção não só seriam bem-vindos, como também obrigatórios. Contribuiu para este processo também a crise do setor cafeeiro, que enfraqueceu as oligarquias paulistas, especialmente. A drástica redução das importações fez com que se sentisse a necessidade de produção de bens de consumo. Especialmente no eixo urbano entre Rio de Janeiro e São Paulo. O lugar reunia condições importantes como a concentração de infraestrutura de energia, comunicação, transportes e também de mão de obra; a formação, ainda que incipiente, de um mercado consumidor; e, por fim, a

oferta maior de serviços bancários, já que os bancos também atendiam a economia cafeeira e queriam ampliar seus investimentos.

Em termos práticos, Vargas implementou, durante o seu período de governo, um processo de substituição de importações. Isso significava a criação das chamadas indústrias de base, necessárias para o impulso de outros ramos industriais. Surgiram a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale). Já a Petrobras só nasceria em 1953. Contudo, cabe salientar que não foi um pleno processo de industrialização. De acordo com Boris Fausto (1972), era uma política que “se subordinava à expectativa de retomar o poder de compra do país e à ideia de que o comércio livre na esfera internacional seria restaurado” (FAUSTO, 1972, p. 15). Mesmo quando Vargas assume, em 1930, havia ainda uma ideia restrita das possibilidades de industrialização do Brasil. É um discurso que muda paulatinamente.

Durante um pronunciamento à Assembleia Constituinte de 1933, Vargas enfatizava a “vocação agrícola” do Brasil:

A base da nossa economia ainda   a explora o agrícola, e a industrializa o apenas absorve pequena parcela de nossa atividade produtora. Em consequência, a densidade da massa proletária industrial não acusa  ndice elevado, restringindo-se a núcleos urbanos que dispõem de margem suficiente para empregar a atividade com fácil e compensadora remunera o (VARGAS, CPDOC: 2010, p. 47)

Todavia, já havia também a preocupa o com o equilíbrio financeiro do país e a expansão de alguns setores, como a metalurgia, por exemplo. Em 1932, o Banco do Brasil foi autorizado a conceder financiamento de longo prazo para as indústrias e empresas agrícolas. Já era possível, naquele ambiente, observar a nova forma de pressão dos novos setores dominantes. Durante a greve dos trabalhadores paulistas, em maio de 1932, a Federa o das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) pediu ao Ministério do Trabalho a suspensão da execu o das leis sociais devido às “agita es”.

Um ponto interessante naquele momento era a defesa de um nacionalismo na política industrial. Era uma corrente que defendia o fortalecimento do setor como uma questão estratégica para o Brasil, para evitar que as indústrias fossem controladas pelo capital estrangeiro. Um breve exemplo de polêmica foi em 1935, quando o Acordo de

Reciprocidade¹⁴ com os EUA foi vivamente criticado pelos industriais brasileiros, preocupados com a concorrência dos manufaturados norte-americanos no mercado nacional.

Após as pressões dos setores nacionalistas da burguesia, a política industrial brasileira passa a ser feita de acordo com critérios centralizadores, cujo auge se deu com o golpe que implementou o Estado Novo. A nova constituição passou a prever a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas-d'água ou outras fontes de energia, assim como das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da nação. O intervencionismo estatal cresceu a ponto de o próprio Vargas negociar diretamente com empresários a instalação de parques industriais¹⁵.

Além do empresariado nacional, Vargas também era amparado por importantes quadros das forças armadas. Havia a preocupação em melhorar as condições de armamento e ampliação das fábricas do Exército, em sua maioria, deterioradas. Com o mundo polarizado entre as influências americanas e alemãs, Vargas procurou adotar uma postura pragmática e tentar tirar proveito de ambos os lados. Essa “neutralidade” foi percebida mesmo quando Hitler invadiu a Polônia em 1939¹⁶. Com a eclosão da guerra, Getúlio defrontou-se com o problema de equilibrar as tendências contraditórias dos grupos em que se dividia o governo. O objetivo era o de usar os recursos políticos para manter o poder de barganha internacional e conter os militares, que estavam divididos ideologicamente.

Se o ambiente político estava agitado por um lado, por outro, os setores burgueses já estavam inseridos nas rotinas administrativas do Estado brasileiro e sua orientação ideológica já estava bem definida: penderia para o lado que oferecesse as melhores condições para o desenvolvimento e a consolidação de um modelo de

14 Assinado a 2 de fevereiro de 1935, este tratado determinava a manutenção ou redução de tarifas para vários itens do comércio Brasil-EUA e consagrava o princípio de nação mais favorecida a ser aplicado a regulamentações tarifárias, controle cambial e taxas de importação. Pelo acordo, o governo brasileiro assegurou para os produtos norte-americanos a estabilização ou redução tarifária em 34 itens, entre produtos agrícolas e manufaturados, tais como peixe, leite, cereais, farinha, filmes, automóveis e peças, motocicletas, máquinas agrícolas, tintas etc. Do lado norte-americano, seis produtos tiveram suas tarifas rebaixadas: mate, bálsamo de copaíba, ipecacuanha, minério de manganês, castanhas e mamona, enquanto outros mantiveram-se livres de tarifas: café, cacau, cera de carnaúba, castanhas e óleo de babaçu e madeira.

15 Por exemplo, o grupo Klabin dispôs-se a erguer uma nova fábrica de papel, obtendo o empréstimo necessário do Banco do Brasil.

16No dia seguinte à invasão da Polônia, o governo Vargas emitiu uma declaração de neutralidade em face dos países beligerantes.

capitalismo no Brasil. Àquela altura, o aparato político-ideológico de Vargas já funcionava a pleno vapor e propunha uma ideia de nação que seria largamente disseminada posteriormente.

É um tipo de estratégia que pode dissociar a sociedade civil e a nação. Enquanto a primeira deve ser entendida como uma manifestação daqueles que efetivamente participam da ordem produtiva, a segunda acaba se esvaziando e virando algo abstrato, mero instrumento discursivo para a concretização da dominação. A burguesia passa a se impor como princípio e fim das mudanças sociais. Ela consegue, de fato, universalizar os seus interesses de classe.

O regime presidencialista assumiria um caráter autoritário com uma adesão ampla dos militares que, historicamente, sempre tiveram participação ativa nas decisões políticas do Brasil. Houve uma forte identificação das forças armadas com os ideais burgueses de desenvolvimento conservador e, sobretudo, com a manutenção da ordem institucional. A militarização das estruturas brasileiras deu suporte à dominação burguesa. Essa articulação de interesses seria vista em vários momentos da vida brasileira, especialmente em períodos de tensão social. Como, por exemplo, no golpe que implantou o Estado Novo, em 1937. Na Carta daquele ano, ficava claro o compromisso entre a iniciativa privada e a organização corporativa da economia. O artigo 135 diz que:

Art. 135 - Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado. A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo (ALMEIDA, 1967, p. 465)

Fernandes (2006) vê no Brasil dos anos 30 do século XX a consolidação de uma classe dominante que, ação após ação, entendeu as maneiras de se locupletar do Estado para garantir e perpetuar sua dominação de classe. A formação – ainda que de forma desigual em seu seio – de uma burguesia foi o que inseriu o Brasil dentro do capitalismo moderno, mas como uma economia considerada atrasada frente às principais potências mundiais.

Em relação ao futebol, havia uma dupla concepção. De um lado, a classe que estava se consolidando no cenário nacional adotava uma perspectiva pedagógica europeia: harmonia muscular, higienização dos corpos, etiqueta, coordenação dos movimentos e controle da violência. Sobre a primeira tendência, é interessante observar como a prática do futebol tem a ver com o termo “civilização”. Pode-se, por exemplo, retomar a análise do “processo civilizador” de Norbert Elias. Eric Dunning aponta que a expressão é utilizada sem conotação em termos de valor. Segundo o autor:

Elias a usa, mais particularmente para referir-se à sequência potencialmente reversível das mudanças num longo tempo sofridas pelas sociedades dominantes da Europa ocidental, que fez com que seu desenvolvimento inicial levasse, num primeiro momento, os grupos dirigentes de suas sociedades e, mais tarde, os setores maiores de suas populações a se perceberem como “civilizados” (DUNNING, 2001, p. 93)

Certamente, eram os povos de fora da Europa que eram percebidos pelos europeus como “incivilizados”. Todavia, o próprio Elias (1993) rejeita a ideia de que o cidadão do “velho mundo” estaria num patamar social mais alto, rejeitando, portanto, qualquer aspecto evolucionista. Principalmente por que todo o poderio econômico e político dos países ditos “civilizados” foi usado para o genocídio, por exemplo, nos ritos de colonização. A exploração colonial contribuiu decisivamente para o enriquecimento das metrópoles, ao servir como mercado consumidor para a expansão econômica, que não seria possível sem o aparecimento do Estado Moderno.

Os dois autores se utilizam de um raciocínio weberiano: o processo de racionalização pelo qual o mundo capitalista passou no início do século XX criou novas formas para o extravasamento das emoções. Foi esse processo que fez com que o esporte passasse a ser espetáculo esportivo. A profissionalização faz com que se perca a dimensão lúdica, mas oferece ao público a chance de experimentar um “extravasamento controlado”, dentro do que as novas regras sociais ofereciam. Contudo, isso não quer dizer que esse “extravasamento” seja expresso em um nível adequado em formas competitivas. Nesse ponto, Dunning destaca que:

o esporte moderno não é uma espécie de ‘forma pura de sociabilidade competitiva’ na forma abstrata encarada por Simmel, mas envolve seres humanos concretos, que não são apenas racionais mas também emocionais, e cujas estruturas das personalidades e cujos códigos sociais interiorizados refletem uma etapa particular do processo de civilização (DUNNING, 2001, p.101)

Também não seria possível observar a expansão da prática do futebol na Europa sem a formação dos Estados Nacionais. Dunning (2001) cita, por exemplo, que a “desunião” de Itália e Alemanha até o século XIX explica a falta da prática esportiva como política. Ele afirma que os italianos já haviam desenvolvido o futebol bem antes dos ingleses. Todavia, ele acabou confinado a Florença, num movimento onde as tradições locais prevaleciam sobre as nacionais.

No Brasil, contribuiu para a popularização do futebol, em primeiro lugar, a formação de equipes no seio das classes dominantes baseadas nos valores do amadorismo. Colégios e clubes acabaram se constituindo em espaços de lazer e sociabilidade – ainda que restritivos. Ali, os valores representavam a superioridade de uma elite que procurava se fortalecer através das práticas de distinção, que os afastaria dos demais setores sociais. Nesta situação, a modernidade no Brasil pode ser interpretada como algo que venha de fora e que deve ser adotada sem qualquer tipo de questionamento. Segundo Ruben Oliven (2001), as pessoas mais abastadas, desde o Império, tentavam se portar de uma forma “à européia”. “Este novo modo de vida diferenciou a população urbana não apenas de acordo com níveis econômicos, mas principalmente do ponto de vista cultural” (Oliven, 2001, p.4).

Essa diferenciação cultural seria praticada na metrópole. É possível correlacionar o crescimento das duas principais cidades do Brasil do século XIX – Rio e São Paulo – com a popularização da prática do futebol. A nova prática seria rapidamente articulada com os anseios de atualização da elite brasileira. Por isso, só seria jogado entre seus pares. Nunca por pessoas de diferentes origens sociais. A criação das ligas que agregavam os clubes de elite obedeceu a essa regra.

O futebol trazia em seus meandros uma reprodução do que era a participação na estrutura política nacional. O voto, por exemplo, era restrito a uma pequena parcela da população. Na que elegeu o presidente Washington Luís, menos de 4% da população participou do pleito. De acordo com a constituição de 1891, que vigorou durante toda a República Velha (1889-1930), o direito ao voto foi dado a todos os homens com mais

de 21 anos que não fossem analfabetos, religiosos e militares¹⁷. Os poderes da república tentavam, de todo o modo, cercear a participação popular.

No entanto, não eram só as elites que iam se apropriando do futebol. Se os abastados jogavam em clubes e agremiações fechadas, as camadas populares formavam seus times, mesmo que descalços, com bolas velhas, e até em lugares improvisados, em terrenos onde a urbanização não havia chegado. Eram pequenos comerciantes, operários, artesãos que ocupavam os subúrbios, já emergindo nas grandes cidades como espaços destinados ao exército de proletários que começavam a se formar.

Contribuiu para a expansão do futebol nas camadas populares o aparecimento de clubes vinculados a empresários, onde o amadorismo era dissimulado, graças ao oferecimento de gratificações aos operários das firmas onde trabalhavam¹⁸. Era frequente, inclusive, que os que se destacassem em campo fossem, pouco a pouco, sendo “poupados” dos afazeres para os quais haviam sido contratados. Foi nesse contexto que o futebol acabou se profissionalizando no Brasil. Todas as polêmicas que envolveram esse processo acabaram por popularizar ainda mais o futebol.

Oliven (2001) destaca que a modernidade no Brasil é vista ora como um processo de adoção de modelos culturais europeus vigentes ora, em certos momentos, de valorização da cultura brasileira pelas elites. Observando esta premissa, pode-se dizer que essas duas tendências polarizavam a prática do futebol no Brasil do início do século XX: a primeira, onde prevalecia uma “pedagogia europeia”, de etiqueta, coordenação dos movimentos, de uma prática civilizacional, de controle das pulsões; e a segunda, onde estavam os trabalhadores que misturaram, pouco a pouco, o estilo de jogo europeu com ritos populares, como a dança e a capoeira. Tão logo foi assimilado com velocidade nos centros urbanos, o futebol foi se constituindo em um fenômeno de massas, entrando na agenda política não como elemento de inclusão ou de aproximação das classes, mas sim como um meio de difusão de discursos e doutrinas oficiais, como, por exemplo, a construção de uma identidade popular.

Contribuiu para isso, por exemplo, os duelos com times estrangeiros. A seleção brasileira, por exemplo, fez seu primeiro compromisso em 1914, quando um combinado

17 C.F. DE ALENCAR E RANGEL (1986), p. 36.

18Era o caso, por exemplo, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro. Os primeiros jogadores do clube eram ligados ao comércio controlado pela colônia portuguesa no Rio de Janeiro. CF. Nogueira (2017).

de jogadores de Rio e São Paulo derrotou a equipe inglesa do Exeter City por 2 x 0, no estádio das Laranjeiras. No mesmo ano, o Brasil vence a Argentina e conquista a Copa Roca na casa dos adversários.

Contudo, é preciso observar que o futebol, neste momento, já é uma arena onde se reverberam não só as tensões sociais dos primeiros anos do século XX, num embate entre uma burguesia emergente e uma aristocracia decadente. A partir da Revolução de 1930, e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o futebol vai acompanhar os rumos da modernização iniciada desde a proclamação da República, em 1889.

Essa nova ordem política e social iniciada em 1930 seria marcada pelo intervencionismo do Estado em várias esferas da vida social, numa tentativa de se forjar uma nação “homogênea”. No caso do esporte, prevalece o discurso higienista, iniciado pela burguesia na prática do futebol, e onde vai haver também um alinhamento com o discurso estatal, que pretendia fortalecer a sua imagem através das vitórias no esporte, tendo como pano de fundo elementos futebolísticos, como raça, disciplina, e espírito coletivo. Tudo aliado ao improvisado e à malemolência, características de uma identidade brasileira que começava a emergir naquele momento, graças especialmente a autores como Gilberto Freyre. Sobre a Copa de 1938, ele publicou no Diário de Pernambuco uma crônica que enaltecia o que ele chamava de “estilo brasileiro de jogar futebol”:

Os nossos passes, nossos pitu's, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, há alguma coisa de dança ou capoeiragem que marca o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e adoça o jogo inventado pelos ingleses e por outros europeus jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para psicólogos e sociólogos o mulatismo flamboyant e ao mesmo tempo o malandro que está em tudo o que é afirmação verdadeira do Brasil (FREYRE, 1938, apud SOARES, 2001, p. 132)

Deve-se analisar, contudo, que esse tipo de discurso fazia parte de uma premissa que romanceava a inclusão racial via futebol. Esse tensionamento sempre se fez presente durante a fase de popularização e profissionalização do futebol e muitos autores tem se debruçado a respeito do tema. Na prática, essas tensões costumam ser acionadas em casos de derrotas marcantes, como foi na Copa de 1950, quando os

“culpados” pela derrota eram negros¹⁹. O que também revela um caráter segregacionista que, mesmo nos dias atuais, não conseguiu ser banido do futebol.

1.4 – Vargas, Imprensa e a Relação com o Futebol

Os momentos de Copa do Mundo são especialmente importantes para discutir o significado de nacionalidade. O antropólogo Clifford Geertz (1989), em um estudo sobre a briga de galos em Bali, disse que a cultura pode ser entendida como um “conjunto de textos”. Para o Brasil, a Copa é um texto importantíssimo. Especialmente pelo aspecto da memória social construída em torno dela. Diversos grupos disputam para se transformarem em “proprietários” dessa memória ou mesmo para acionar e/ou esquecer fatos de acordo com critérios que, por vezes, podem até ser obscuros.

Assim, é importante observar a “invenção de tradições”²⁰, para usar o termo estudado por Hobsbawn e Ranger (1997) e a sua aplicação no campo futebolístico. Tais tradições acabam confirmando identidades nacionais, legitimando-as. Copas do Mundo são potencialmente geradoras de tradição, desde em campos como os sistemas táticos de jogo até o comportamento do torcedor nos estádios e, especialmente tidas como manifestações políticas, de representação e associação com um ideal de nação.

Para Pollak (1992), há uma relação entre a construção de uma memória e a manutenção de identidades. No âmbito dessas representações, há também a formação de uma memória coletiva que, para Helal e Cabo (2014), “reproduza os valores necessários ao fenômeno de identificação comum” (HELAL; CABO, 2014, p. 18, 2014).

Neste ponto, pode ser interessante observar que, no Brasil, foi o governo Vargas que estreitou de maneira mais forte os laços entre o futebol, especialmente nos períodos de Copa do Mundo, e as manifestações políticas. Todavia, não foi o primeiro. Já em 1930, na primeira edição de um mundial, os uruguaios, que receberam o torneio, deram contornos simbólicos ao evento, exaltando o lado patriótico. O país celebrava, na

19 O goleiro Barbosa, que falhou no gol de Gigghia, e os defensores Bigode e Juvenal, que teriam sido intimidados em campo, acabaram sendo considerados culpados especialmente pela mídia.

20 Conceito que se caracteriza pela repetição e invariabilidade de um passado real ou forjado.

ocasião, 100 anos de sua fundação e um governo que implementava compromissos entre os diferentes setores da elite, e conquistas sociais apoiadas na intervenção estatal.

O futebol, em terras uruguaias, vinha se firmando como esporte moderno desde a conquista de duas edições de Olimpíada (1924 e 1928). Mais que isso, a modalidade acaba virando um símbolo de modernidade:

En apenas unos años el fútbol pasó de ser un deporte de elite y de extranjeros a ser un deporte nacional y popular, practicado y atendido por gente humilde. En el fútbol local se destacaron muchos afro-uruguayos, caso de Juan Delgado, Isabelino Gradín, Leandro Andrade, entre otros y también numerosos inmigrantes españoles e italianos recién llegados al país: José Pendibiene, Carlos Scarone, Petro Petrone, Angel Romám, Antonio Urdinarán, etc²¹. (REMEDI; BOURET, 2009, p. 292, apud HELAL; CABO, 2010, p. 2)

Ainda segundo Helal e Cabo (2010), o evento foi defendido tanto pela classe política quanto pelas elites locais. A ponto de o parlamento uruguaio ter disponibilizado cerca de 500 mil pesos para viabilizar, entre outros itens, a estadia das equipes e a construção de um estádio. A campanha da seleção celeste foi vitoriosa, culminando com o título conquistado diante da Argentina. Interessante acaba sendo notar a construção feita diante de um sentimento de nação juntamente com a temática da identidade, no caso, abordada pelo jornal uruguaio El País:

La emoción final. Mientras asciende al mástil de honor la bandera de la patria. La pitada del árbitro señaló que daba fin i quitada la titánica lucha entre los dos colosos. Y, con ella, rubricadas por el éxito, los merecimientos Del Uruguay, de este Uruguay pequeñito en extensión territorial, pero grande inmensamente grande, por sus valores morales, por la pujanza soberba, de su raza de sangre bravía, como buena sangre charrúa. Los campeones, los vencedores de Colombes, de Amsterdam, y ahora de Montevideo rendían tributo al gigantesco esfuerzo realizado: a la imponente emoción que embargaba sus pechos valerosos y a la impresión extraordinaria que el aplauso delirante de todo su pueblo....El himno de la patria, escuchado respetuosamente de pie por la inmensa muchedumbre, puso mayor dosis de emoción en todos los pechos (EL PAIS, 1930, p. 10 apud HELAL; CABO, 2010, p. 12)²²

²¹ Em tradução nossa: “Em apenas alguns anos o futebol passou de um esporte de elite e de estrangeiros para um esporte nacional e popular, praticado e atendido por gente humilde. No futebol local, se destacaram muitos afro-uruguaios, casos de Juan Delgado, Isabelino Gradín, Leandro Andrade, entre outros, e também numerosos imigrantes espanhóis e italianos recém chegados aos países: José Pendibiene, Carlos Scarone, Petro Petrone, Angel Romám, AntonioUrdinarán, etc”.

²² Em tradução nossa: A emoção final. Enquanto ascende ao mastro de honra a bandeira da pátria. O apito do árbitro dava fim à titânica luta entre dois colossos. E, com ela, rubricadas de êxito, os merecimentos do Uruguai, deste Uruguai pequenino em extensão territorial, mas imensamente grande por seus valores morais, pela pujança soberba, de sua raça de sangue valente, como bom sangue uruguaio. Os campeões, os vencedores de Colombes, de Amsterdã e agora de Montevidéu rendiam tributo ao gigantesco esforço realizado: a da imponente emoção que embargava seus peitos valorosose à impressão extraordinária do

Essa forte carga simbólica aplicada nas representações sobre as conquistas do futebol uruguaio se transmutaria para a população, numa transferência desejada por todos os dirigentes e políticos que viriam depois. No caso brasileiro, não foi diferente. Muito embora, os momentos sociais e políticos entre Brasil e Uruguai guardassem semelhanças e peculiaridades.

A tensão entre uma burguesia que defendia o amadorismo no futebol e a profissionalização da modalidade foi desfeita já na década de 1930, com as políticas de integração nacional criadas por Getúlio Vargas. O futebol deveria ser controlado por uma entidade que defendesse os interesses nacionais em detrimento de rivalidades regionais e locais, como Rio e São Paulo. Não que ela fosse deixar de existir na prática. Mas precisava ser combatida em nome de uma integração.

De acordo com Carone (1977), o Estado Novo foi o primeiro momento em que se tentou dar um sentido mítico ao Estado, personalizado tanto na nação quanto em seus expoentes ou chefes de governo. Este processo esteve diretamente ligado à figura do presidente Getúlio Vargas. Neste processo, são atribuídas a ele várias características que pudessem destacá-lo como um “ser superior”. Foram artigos, livros, entre outras peças comemorativas que pudessem enaltecer a figura do líder. Eram feitas também atividades de cunho pedagógico, dentro da órbita de promover “um homem novo para um Estado Novo”. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, a orientação passou a ser a ação do país no conflito.

Mas o que também é interessante de ser observado é a extensão das atividades do departamento sobre os meios de comunicação. Não só através da censura como pelo lançamento e a incorporação de jornais e revistas. A esta altura, já havia certo destaque. Uma das ações do governo Vargas durante o período do Estado Novo (1937-1945) foi a criação do Departamento Institucional de Propaganda (DIP), cuja competência era, segundo seu diretor, Lourival Fontes, a de “desenvolver propaganda do regime e das realizações governamentais no país e para tornar melhor conhecido no estrangeiro o Brasil, o seu progresso, as características fundamentais do Estado Nacional, as diretrizes

aplausos delirantes de todo o seu povo.... O hino da pátria, escutado respeitosamente de pé pela imensa multidão pôs ainda maior dose de emoção em todos os peitos”.

de justiça social”²³. Em São Paulo, em 1910, o jornal *Fanfulla*²⁴ já cumpria esse papel. Pouco a pouco, outros periódicos e o rádio iam disseminando a modalidade junto ao público.

Com relação ao rádio, foi comum na Copa de 1938 as praças públicas serem tomadas por grandes aglomerações que ali se uniam para acompanhar as partidas de futebol. Era uma forma de congregação das pessoas, especialmente através da linguagem simples, bem-humorada, com os narradores “esticando” o grito de gol e lançando mão de vinhetas musicadas. De acordo com Damo (2002), o rádio permite um tipo único de sociabilidade, onde “os torcedores se pensam como nação, como uma comunidade que os engloba e mantém coesos” (DAMO, 2002, p.153).

No primeiro período Vargasista (1930-1945) foram realizadas duas Copas do Mundo: 1934 e 1938. Curiosamente, os torneios foram realizados em períodos bem distintos da vida brasileira. Se na primeira, era também o ano da Constituinte que devolveia o Brasil ao caminho democrático, a segunda foi realizada em pleno Estado Novo. O que ambas tinham em comum, todavia, era o fato de o futebol já ser um fenômeno de massas, onde eram amplas as possibilidades de assimilação pelo público.

A Copa de 1934 foi marcada pela disputa entre a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade máxima do futebol Brasileiro e única reconhecida pela FIFA, e que continuou amadorista, com a Federação Brasileira de Futebol (FBF), que já era profissional. Aqui, percebe-se mais um capítulo da tensão entre o amadorismo e o profissionalismo, fato que marcou o futebol brasileiro na primeira metade do século XX. Naquela Copa, o Brasil caiu ainda na fase eliminatória, perdendo para a Espanha. Após o revés, o jornal O Estado de São Paulo creditou a eliminação à falta de apoio que jogadores e comissão técnica tiveram naquela ocasião:

Dos nossos estadistas nada se pode esperar, porque eles infelizmente, não sabem o valor de iniciativas desta natureza. Cabia aos esportistas, sim o apoio official, promover a harmonia entre si. Aconteceu porém, que um grupo de cavalheiros divorciados da opinião pública esportiva, resolveu mendingar auxilio pecuniario a autoridades, de influência transitória. E, com os recursos adquiridos, esse grupo acirrou as incompatibilidades existentes, cavando mais fundo o abismo que separava os campos em que actualmente se acham

23 Relatório de Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda do ano de 1941. Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência, lata 510.

24 O jornal foi fundado em 1893 e era destinado à colônia italiana no Brasil. A versão impressa deixou de circular em 2014, mas o periódico ainda existe na versão on-line.

extremados os altos personagens do futebol. Eis ahí a origem remota do fracasso do quadro nacional. Que esta dura experiência sirva de lição aos mentores da confederação de esportes, também chamada (até quando?) entidade máxima. Que elles [...] se persuadam no final, de que não é apenas com uns contos de réis, com a trapaça e o suborno, que se forma uma delegação (ESTADO DE SÃO PAULO, 1934, p.9, apud CARRARA, 2012, p.166)

Curiosamente, o chefe da delegação brasileira naquele mundial, realizado na Itália, foi Lourival Fontes, que viria a ser chefe do DIP em 1939. Um ponto a ser ressaltado aqui é a união entre os dirigentes da política e o futebol, já tido como um fenômeno de massas. Tanto que houve o envolvimento direto de Vargas para resolver a briga política entre a CBD e a FBF. Antes mesmo do embarque para Roma, o presidente falou aos jogadores sobre a importância da Copa:

O Sr. Getúlio Vargas falou em seguida, dizendo aos esportistas que a missão não era somente de caráter esportivo, mas envolvia o desempenho de um dever cívico em prol da representação brasileira no estrangeiro. 'Ide para um país – diz o chefe do governo provisório – que se renove moral e materialmente. O italiano que se sentia deprimido antes do advento do fascismo (borrado) hoje orgulhoso de sua própria raça. É esse exemplo que deve gular os esportistas brasileiros' (ESTADO DE SÃO PAULO, 1934, p.9, apud CARRARA, 2012, p.168)

Como dito anteriormente, o Estado Novo impôs o controle sobre os meios de comunicação. Assim como já está claro para Vargas o alto poder de penetração do futebol nas camadas populares, cujo apoio era imprescindível para o presidente. Na Copa de 1938, outra novidade: a transmissão via rádio, o que aumentaria o alcance da audiência. Até mesmo alto-falantes foram instalados em praças públicas para que a população pudesse acompanhar as partidas (cf. ORTRIWANO, 2000).

Cabe a ressalva de que a autora Gisele Carrara (2012) optou por buscar um periódico que fosse crítico ao governo Vargas. O Estado de São Paulo apoiou, por exemplo, a candidatura de Armando Salles para presidir a Assembleia Constituinte de 1933. Salles era opositor de Vargas e representante dos interesses paulistas, cujas ideias eram partilhadas pelos donos do jornal. No caso deste estudo, opta-se por usar como exemplo as capas e notícias publicadas no Jornal O Globo, oriundo da capital federal, o Rio de Janeiro, e que gozava de maior prestígio junto ao governo.

Figura 1 – Aglomeração em frente a redação do Jornal O Globo para escutar a transmissão do jogo entre Brasil e Itália, na Copa de 1938



Fonte: Acervo Jornal O Globo. 16 de junho de 1938.

Na mesma Copa, em 1934, O Globo apenas creditava a derrota à arbitragem, que haveria deixado de marcar um gol teoricamente legítimo a favor dos brasileiros, e comemoraram a “reação” brasileira no segundo tempo, após ter perdido a primeira etapa por três a zero (o placar final foi 3 a 1).

A Copa de 1938 pode ser entendida como a primeira manifestação da seleção brasileira entendida, de fato, como fator de unidade. Da mesma forma que a figura política de Vargas era alvo de mitificações sistemáticas pelo DIP, a equipe brasileira que viajou para a França para a disputa do Mundial foi também tida como uma metáfora de Brasil e, mais precisamente, do governo em exercício. Uma manobra interessante foi o convite feito à filha de Getúlio, Alzira Vargas, para ser madrinha da seleção. A iniciativa foi de José Maria Castello Branco, presidente da FBF. Esse tipo de prática atende a uma necessidade de articulação de um discurso. Segundo Roger Chartier (1990):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam [...] As percepções do social não são de alguma forma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador, ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Portanto, o projeto varguista de associação ao futebol tinha um claro interesse: o de obter o apoio popular ao Estado Novo. E a apropriação da seleção brasileira como símbolo de uma nação que seria forjada, com ênfase em uma sociedade higienizada e civilizada. Nesse sentido, houve intensa propaganda das rotinas da seleção, como os treinos, por exemplo. O próprio Leônidas da Silva, considerado o melhor jogador daquela equipe, enfatizou o caráter representativo da seleção: “Todos nós sabemos que não somente representamos o Brasil como, também, a América do Sul” (O Estado de S. Paulo, p.13, 1938 apud CARRARA, 2012, pp.172).

Em campo, o Brasil chegou às semifinais do torneio, perdendo para a Itália em um jogo onde Leônidas não jogou pois teria sido poupado pelo técnico Ademir Pimenta, o que causou polêmica na época. Interessa, todavia, notar o discurso de Vargas em seu diário após a derrota: “O jogo de *football* monopolizou as atenções. A perda do *team* brasileiro para o italiano causou uma grande decepção e tristeza no espírito público, como se tratasse de uma desgraça nacional” (VARGAS, 1995, p. 140).

Vale reparar no termo “desgraça nacional” utilizada pelo presidente. Depois daquela Copa, o futebol brasileiro passou a ser observado de outra maneira. Com a eclosão da Segunda Guerra, a Fifa resolveu interromper a Copa do Mundo, que voltaria a ser disputada justamente no Brasil, em 1950, o que será comentado mais a frente, especialmente no que se concerne à construção do estádio do Maracanã como símbolo daquela competição.

Com relação ao enquadramento proposto pelo Jornal O Globo para a derrota, nota-se dois lados. O primeiro faz referência à ausência de Leônidas, sentida inclusive pelo chefe da delegação brasileira, José Maria Castello Branco: “Nosso *team* jogou bem, mas não tão bem como se Leônidas estivesse em campo. O facto de Leônidas não estar commandando o nosso ataque foi uma verdadeira desorganização para o *team*” (O GLOBO, 1938, capa). Por outro lado, novamente duras críticas à arbitragem, que teria marcado um pênalti contra o Brasil, com a bola fora de campo. E que a falta, na

verdade, havia sido cometida pelo italiano Piola, em vez do brasileiro Domingos. O relato do jogador brasileiro João Costa dá essa versão: “Domingos tirou a melhor. Piola o agrediu a pontapés violentos [...] o juiz então quando a bola já estava fora de campo viu que Domingos revidou a agressão. Foi a única coisa que ele quis enxergar” (ÚLTIMA HORA, 1938, capa)²⁵

A reclamação contra a arbitragem ganhou contornos políticos, a ponto de o periódico relatar toda a pressão que seria feita pela delegação brasileira contra a Fifa. Incluindo uma representação que seria feita pelo cônsul brasileiro em Paris, Mário Barbosa. O jornal também fez duras críticas ao presidente da Fifa, Jules Rimet e à Fifa, questionando seu caráter transnacional: “A Fifa deixara se ser uma entidade com função internacional, para defender apenas os interesses europeus [...] Não se trata da autoridade de um juiz, e sim, do desmando consciente, do esbulho premeditado, que attentariam contra os próprios interesses da entidade” (ÚLTIMA HORA, 1938, capa). A mesma capa dizia que os brasileiros não deveriam ir para a disputa do terceiro lugar, como forma de protesto. Entretanto, a equipe acabou indo e vencendo (com Leônidas, que fez dois gols) a Suécia por 4 a 2.

Figura 2 – Jornal O Globo resalta a derrota para a Espanha na Copa de 1934



Fonte: Acervo Jornal O Globo, 28 maio de 1934.

²⁵ Última Hora era um suplemento que vinha juntamente com o Jornal O Globo.

Ainda antes da eclosão da Segunda Guerra, em 1938, a Fifa realiza seu vigésimo quarto congresso na cidade de Paris. Naquela ocasião, a delegação brasileira manifestou o interesse em sediar uma copa. Com a eclosão dos conflitos, as tratativas só seriam retomadas em 1946. Dois anos depois, o Brasil seria confirmado como sede do torneio que, em princípio, seria em 1949. Mas os dirigentes brasileiros pediram um adiamento de prazo e o torneio só foi feito no ano seguinte.

Com a confirmação da candidatura, era preciso construir os estádios. O critério que organizou as obras não estava fora da agenda do Estado Novo. Vale lembrar que os grandes palcos esportivos da época eram os estádios de São Januário e Pacaembu. Era comum que Vargas chegasse a esses locais desfilando em carro aberto para a multidão nas arquibancadas. Era nos dois estádios que Vargas anunciava boa parte das medidas políticas destinadas a classe operária. Mas ainda faltava um palco que pudesse ser ainda mais grandioso, que definisse ao mundo o que eram as pretensões do Brasil como nação.

Figura 3 – Capa do Jornal dos Sports destacando o convite feito a Alzira Vargas para ser madrinha da seleção brasileira na Copa de 1938



Fonte: Acervo Jornal dos Sports, 15 abril de 1938.

Sendo assim, ficava claro que o futebol já havia invadido de vez as questões de nacionalidade no Brasil. Não era mais possível dissociar os dois. Contudo, voltando à questão política, se Vargas estava ciente a respeito do uso do futebol como instrumento político, ele teria que tomar uma decisão sobre de que lado ficar na guerra que eclodiu em 1939. A neutralidade inicialmente adotada já não se sustentava, especialmente após o ataque à base americana em Pearl Harbour, o que precipitou a entrada americana na guerra e forçava o governo brasileiro a tomar uma posição, o que só aconteceria em janeiro de 1942, quando houve o rompimento das ligações com o Eixo (Itália, Alemanha e Japão). Entretanto, o Brasil só entraria no conflito em agosto do mesmo ano. A contradição entre o regime ditatorial do Estado Novo e o espírito de abertura democrática visto com o combate ao fascismo seria decisivo para a articulação entre as elites burguesas e as classes médias.

Figura 4 – Críticas feitas pelo jornal Última Hora à arbitragem e à Fifa, pela derrota para a Itália na Copa de 1938



Fonte: Acervo Jornal O Globo, 17 de junho de 1938.

Em 1944, Vargas estava pressionado e iniciou a articulação política para garantir a eleição de Eurico Gaspar Dutra à presidência. De acordo com Benevides (1981), “a campanha mobilizou, é verdade, amplos setores das camadas médias, dos intelectuais, das forças armadas, mas não os trabalhadores; este povo permaneceu à

parte da campanha feita, pelo menos teoricamente, em seu nome” (BENEVIDES, 1981, p. 261). Em outubro de 1945, Getúlio renunciou. Na eleição de 1945, Dutra vence em 16 estados. A tensão política não passaria, ao menos com as articulações de Vargas para sua volta ao poder, o que iria ocorrer em 1950, já após a Copa do Mundo daquele ano. Todavia, caberia ao governo Dutra tocar os preparativos do Brasil para receber o mundial, incluindo a construção do seu principal palco.

2 - MARACANÃ: SÍMBOLO DAS DISPUTAS E DA COMPLEXIDADE DAS MODERNAS CONTRADIÇÕES BRASILEIRAS

“Joga-se como se vive”

Miguel Askargota, técnico de futebol

2.1 – Copa do Mundo como narrativa identitária

Os momentos de Copa do Mundo são especialmente importantes para discutir o significado de nacionalidade. O antropólogo Clifford Geertz (1989), em um estudo sobre a briga de galos em Bali²⁶, disse que a cultura pode ser entendida como um “conjunto de textos”. Para o Brasil, a Copa é um texto importantíssimo. Especialmente pelo aspecto da memória social construída em torno dela. Diversos grupos disputam para se transformarem em “proprietários” dessa memória ou mesmo para acionar e/ou esquecer fatos de acordo com critérios que, por vezes, podem até ser obscuros.

Assim, é importante observar a “invenção de tradições”²⁷, para usar o termo estudado por Hobsbawn e Ranger (1997) e a sua aplicação no campo futebolístico. Tais tradições acabam confirmando identidades nacionais, legitimando-as. Copas do Mundo são potencialmente geradoras de tradição, desde em campos como os sistemas táticos de jogo até o comportamento do torcedor nos estádios e, especialmente tido como manifestações políticas, de representação e associação com um ideal de nação. Para Michael Pollak (1989), há uma relação entre a construção de uma memória e a manutenção de identidades. No âmbito dessas representações, há também a formação de uma memória coletiva que, para Helal e Cabo (2014), “reproduza os valores necessários ao fenômeno de identificação comum” (HELAL; CABO, 2014, p. 18).

Um ator importante na formação de uma memória coletiva acerca do futebol no Brasil e, por que não, na América Latina, é o Estado. Segundo Archetti (2003), a cidade de Buenos Aires, na Argentina, tinha, em 1930, ano do primeiro Mundial, cerca de três milhões de habitantes, dos quais um terço eram de estrangeiros. A busca por uma

²⁶ GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre as brigas de galos balinesas. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora LCT, 1989.

²⁷ Conceito que se caracteriza pela repetição e invariabilidade de um passado real ou forjado.

“identidade argentina”, posteriormente atrelada ao tango e também ao futebol, foi uma trajetória inevitável, explorada principalmente por Juan Domingo Perón²⁸.

Voltando ao Uruguai, a forte carga simbólica aplicada nas representações sobre as conquistas do futebol uruguaio pode se transmutar para a população, numa transferência desejada por todos os dirigentes e políticos que viriam depois. No caso brasileiro, não foi diferente. Muito embora, os momentos sociais e políticos entre Brasil e Uruguai guardassem semelhanças e peculiaridades.

Houve também no Brasil um processo de busca identitária, especialmente durante o Estado Novo varguista. Um dos caminhos para essa construção se deu no campo esportivo. O objetivo era formar um “novo homem” através da educação física, que contribuiria para o aspecto moral desse indivíduo. A disciplina passou a ser obrigatória no currículo escolar. O esporte passou a ser associado com festas públicas, como desfiles, por exemplo. Passar a imagem de um novo governo, associado a novos padrões de comportamento era necessário como uma imagem de ruptura com o passado considerado arcaico, em nome de um Brasil moderno, conduzido por um líder capaz de unificar a nação e conciliar as disputas sociais.

Do ponto de vista sociológico, Couto (2014) observa que o Estado Novo tem inspiração positivista, seguindo as ideias de Durkheim: “os preceitos de organicidade social desenvolvidos por Durkheim constituem-se como a base ideológica do projeto de nação engendrado pelo Estado Novo. Nessa ótica, o corpo é instrumentalizado, disciplinado, e até militarizado” (COUTO, pp.25, 2014). Era preciso formar uma sociedade disciplinada e voltada para o trabalho.

O futebol entrou no calendário das festas cívicas. Primeiramente como lugar destinado a elas. No estádio de São Januário, por exemplo, Vargas reunia multidões para os comícios. Mas foi no futebol que se deu uma importante expressão de identidade nacional: a seleção brasileira. Antes mesmo de Vargas assumir o poder, a modalidade já era bastante popular no país. E também havia se tornado um campo de lutas internas, especialmente entre as correntes que defendiam o amadorismo e o profissionalismo. Contudo, não era essa a única tensão. Segundo Maurício Drumond

²⁸Foi presidente da Argentina em três mandatos, sendo o primeiro entre 1946 e 1951.

(2008), o que havia era uma luta pela hegemonia no controle do esporte entre duas elites que também polarizavam as disputas políticas durante o governo Vargas:

Um grupo, liderado pela velha elite que controlava o futebol desde os seus primórdios no Brasil, buscava reaver seu controle sobre o esporte, perdido desde a Revolução de 1930. Esse grupo tinha em sua liderança Arnaldo Guinle e o Fluminense Football Club. A outra elite da disputa representava a nova elite que emergira no Brasil com a ascensão de Vargas. Representada por Luiz Aranha, membro do Clube 3 de outubro²⁹, irmão de Oswaldo Aranha e amigo íntimo de Vargas, que se referia ao mesmo como “Lulu Aranha” (DRMUNOND, 2008, p. 172)

Essa nova elite é quem assume o controle da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Tal situação resulta em um racha político, com o grupo derrotado criando uma nova liga, a Federação Brasileira de Futebol. O processo de cisão se espalhou pelo Brasil, num episódio que foi denominado de “dissídio esportivo”.

No primeiro período Varguista (1930-1945) foram realizadas duas Copas do Mundo: 1934 e 1938. Curiosamente, os torneios foram realizados em períodos bem distintos da vida brasileira. Se na primeira, era também o ano da Constituinte que devolvia o Brasil ao caminho democrático, a segunda foi realizada em pleno Estado Novo. O que ambas tinham em comum, todavia, era o fato de o futebol já ser um fenômeno de massas, onde eram amplas as possibilidades de assimilação pelo público.

A missão do governo era, então, pacificar as brigas internas que permeavam o campo esportivo. Pois como bem salienta Drummond (2008), ao assumir integralmente o governo brasileiro, Vargas tinha como missão de construção de “uma nova ideia de Estado e Nação” e o esporte, como o futebol em destaque, estavam inseridas nesta proposta de integração do ente estatal junto a construção da nação.

O esporte estava inserido então como mais um, entre tantos outros instrumentos de mediação entre Estado e Sociedade. (...) Desta forma, no que se refere à ingerência do governo sobre a sociedade civil, o esporte não foi um caso diferenciado. Ainda assim, a intervenção do regime sobre o esporte pode ser vista como uma inovação para o período, já que, pela primeira vez no Brasil, o Estado designava aparelhos que tinham como objetivos organizar, patrocinar, promover e controlar as atividades esportivas nacionais. (DRUMOND, 2008, p.167)

²⁹ Organização política fundada em fevereiro de 1931, no Rio de Janeiro, por elementos vinculados ao movimento tenentista, em apoio ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. Ver em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes/Clube3Outubro>.

A Copa de 1934 foi marcada pela disputa entre a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade máxima do futebol Brasileiro, única reconhecida pela FIFA, e que continuou amadorista, com a Federação Brasileira de Futebol (FBF), que já era profissional. A CBD não conseguiria reunir uma seleção somente com atletas amadores. Aliás, os melhores jogadores já eram profissionais e pertenciam a times ligados à FBF. A solução encontrada foi a CBD pagar jogadores profissionais com dinheiro próprio. Segundo Drumond, tal situação se tornou contraditória: “Este pode ser visto como o fim do ideal puramente amadorista da CBD, visto que estes jogadores receberiam luvas pelo contrato assinado e passariam a receber salários mensais da própria confederação” (DRUMOND, 2008, p. 173). O contexto de disputas políticas internas pode ter sido determinante para o fracasso em 1934. Nesta Copa, o Brasil caiu ainda na fase eliminatória, perdendo para a Espanha, fazendo apenas um jogo na competição.

Não bastasse a divisão entre CBD e FBF, havia também a disputa entre cariocas e paulistas pela hegemonia no número de atletas de cada estado convocado para a seleção. Como resultado da briga política, a CBD optou por uma saída “diplomática”, segundo Franco Júnior (2007): “Para disputar a Copa de 1934, a amadora CBD, enfraquecida pelas divergências regionais e o avanço do profissionalismo, rendeu-se à convocação de um time titular com cinco jogadores cariocas, quatro paulistas e dois gaúchos” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.78)

Já a Copa de 1938 foi bem diferente para o Brasil. Ela marcou o fim da briga entre cariocas e paulistas vista nas primeiras Copas (1930 e 1934). A seleção encarou 15 dias de viagem de navio até a França e parte das despesas da delegação foi paga através da Campanha do Selo, criada pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Uma outra manobra foi o convite feito à filha de Getúlio, Alzira Vargas, para ser madrinha da seleção. Como enumera Damo (2007), era mais uma forma de aproximar o Estado da equipe, com o objetivo de aumentar a repercussão internacional da participação brasileira no evento:

A presença do “Estado-maior” brasileiro, como noticiada nos jornais franceses, é digna de comentário (NEGREIROS, 1998). Augusto Capanema, ministro da educação, enviou vários telegramas, tal qual Alzira Vargas, a filha mais velha do presidente, “rainha da seleção”. Souza Dantas, o embaixador, assistiu aos jogos em Strasbourg e Bordeaux. A visita ao Túmulo do Soldado Desconhecido, realizada antes da partida à Strasbourg, foi estampada em foto pelo Paris-Soir alguns dias mais tarde.² Na foto os jogadores aparecem contornando o monumento, rigorosamente

uniformizados e em fila, como se fossem um batalhão do exército (DAMO, 2007, p. 3-4)

A boa campanha de 1938 encheu os torcedores brasileiros de “orgulho cívico”, a ponto de a seleção ter desembarcado no Rio de Janeiro com status de campeã, sendo recebida por milhares de pessoas. Houve, inclusive, desfile em carro aberto. Na política, a importância do futebol já pôde ser percebida em decretos como o do Conselho Nacional de Desportos, o CND. No texto da medida, as associações desportivas – clubes ou outras agremiações – só poderiam ser presididas por brasileiros natos ou naturalizados, exceção apenas a estrangeiros radicados no Brasil há mais de vinte anos, que já haviam exercido esse cargo anteriormente, ou a portugueses que tivessem se destacado nos meios desportivos (COSTA, 2007).

O projeto varguista de associação ao futebol tinha um claro interesse: o de obter o apoio popular ao Estado Novo. E a apropriação da seleção brasileira como símbolo de uma nação que seria forjada, com ênfase em uma sociedade higienizada e civilizada. Nesse sentido, houve intensa propaganda das rotinas da seleção, como os treinos, por exemplo. Em campo, o Brasil chegou às semifinais do torneio, perdendo para a Itália em um jogo onde Leônidas não jogou pois teria sido poupado pelo técnico Ademir Pimenta, o que causou polêmica na época. Interessa, todavia, notar o discurso de Vargas em seu diário após a derrota: “O jogo de *football* monopolizou as atenções. A perda do *team* brasileiro para o italiano causou uma grande decepção e tristeza no espírito público, como se tratasse de uma desgraça nacional” (VARGAS, 1995, p. 140). Simoni Guedes () observa que o futebol se apresenta como um veículo importante para a reprodução de discursos sobre o povo brasileiro. E destaca a importância dos veículos de comunicação no ambiente moderno para a propagação de tais discursos:

Privilegiamos a construção da brasilidade na construção de memória sobre o desempenho do selecionado brasileiro de futebol, numa competição específica, as Copas do Mundo quadrienais. Ritos que cercamos do mais deslavado patriotismo, como diria Nelson Rodrigues, permitem que experimentemos essa “comunidade imaginada”, comunidade moral de um modo quase físico [...] Neste caso, são justamente os recursos tecnológicos da modernidade e, particularmente, dos meios de comunicação, que atuam decisivamente no desenho desta totalidade transformando o tempo destas competições no mais genuíno tempo da nação brasileira” (GUEDES, p. 4, 2002)

A adoção do futebol como política de Estado contribuiu decisivamente para a popularização da modalidade, especialmente pela preconização do desporto como

atividade “moral e cívica”. Havia um projeto para a construção de uma identidade brasileira que, segundo Costa (2007), era pautada deste modo:

A nova raça brasileira idealizada pelos intelectuais estadonovistas era representada por esses jovens sadios. Dessa forma o regime se apresentava como produtor de uma nova estirpe de brasileiros, de uma raça bem constituída, forte e perseverante. Em um período onde a própria ideia da formação e da identidade do povo brasileiro estava sendo redefinida, acreditava-se que o Estado teria papel fundamental em moldar a nova geração de brasileiros, transformando-os na base de um país a progredir (COSTA, 2007. p.89)

O ideário varguista foi seguido, de certa maneira, pelo presidente Dutra (1946-1951). O processo eleitoral que elegeu o sucessor de Vargas foi disputado por dois militares: o major-brigadeiro Eduardo Gomes e o general Eurico Gaspar Dutra, que venceu, apoiado, majoritariamente, pelas velhas oligarquias que haviam sido preteridas por Vargas, especialmente em São Paulo e Minas Gerais. Logo após o início do mandato, foi aprovada uma nova constituição, em setembro de 1946. A carta garantia a independência dos poderes, restringia o direito de voto a maiores de 18 anos, reconhecia o direito de greve e determinava que o mandato presidencial seria de cinco anos, sem reeleição. Pois, como destacado por Rogério Souza (2008), a Revolução de 1930 e, posteriormente, a implantação do Estado Novo exigiu do governo Vargas “um reajuste político de conflitos intra-oligárquicos, retirando do centro do poder as regiões de São Paulo e Minas Gerais e estabelecendo um pacto mais amplo na busca da unidade nacional” (COSTA, 2008, p.103). Voltando à vitória de Dutra nas eleições de 1945, já no início do seu mandato, foi aprovada uma nova constituição, em setembro de 1946. A carta garantia a independência dos poderes, restringia o direito de voto a maiores de 18 anos, reconhecia o direito de greve e determinava que o mandato presidencial seria de cinco anos, sem reeleição.

O momento era propício especialmente pela repercussão que a Copa traria. Moura (1998) cita uma viagem feita para a Europa pelo cronista do Jornal dos Sports, Geraldo Romualdo. Ele tinha o objetivo de observar os preparativos das equipes de lá para o Mundial. No retorno, ele revelou, segundo a autora, que “A Copa que se aproximava estaria tornando o Brasil menos desconhecido no exterior”. (MOURA, 1998, p. 53). Era um discurso ufanista, que jogava com outros arquétipos culturais do Brasil da época: “O que mais empolgaria os europeus não seria mais o samba, o café, Carmen Miranda ou as areias de Copacabana, mas o nosso futebol [...] chegara a hora

de europeus e americanos aprenderem um pouco sobre a nossa geografia” (MOURA, 1998, p. 53).

Entretanto, é importante destacar que o Estado brasileiro pouco fez para divulgar o evento. As rádios e os jornais se ocupavam desse processo. Uma ação pontual foi o lançamento de selos comemorativos da Copa. A falta de propaganda foi tanta que, em março de 1950, o jornal inglês *Daily Telegraph* publicou uma reportagem dizendo que o governo não teria pago à Fifa os Cr\$ 4 milhões solicitados para o pagamento de cotas aos participantes. A matéria provocou a rápida ação do presidente Dutra, que autoriza o Banco do Brasil a abrir o crédito para quitar a pendência. Mesmo assim, havia a expectativa por parte do governo de que o torneio servisse para unir a nação em prol de uma nacionalidade “construída”, gerando uma “invenção” que conferisse um status identitário ao país.

Figura 5 – Capa do Correio da Manhã faz alusão à aprovação da nova Constituição, como um gesto cívico



Fonte: Acervo Correio da Manhã. 19 de setembro de 1946.

A copa do Mundo nasce, assim, já como uma narrativa, um “conjunto de textos”, nas palavras de Geertz, que enfatiza a busca por uma identidade. Do ponto de vista esportivo, ela pode ser construída, por exemplo, na busca por uma forma de jogo. No caso brasileiro, foi espriada a ideia de um jogo que se diferenciava do europeu, considerado “mecânico”. Criou-se e consolidou-se historicamente que o futebol brasileiro, como marca indelével da criatividade do povo trariam elementos de dança, de capoeira, por uma tática de contraposição.

Faz parte também desse “conjunto de textos” a forma como o país deveria se posicionar frente ao mundo na organização do torneio. O lançamento num lugar de desenvolvimento onde poucas nações do globo estariam. A ideia era a de que o novo estádio fosse o símbolo dessa conquista.

2.2 – Maracanã e a busca por integração

A missão brasileira em 1950 não era das mais fáceis: marcar o reencontro das seleções num mundo já transformado pela guerra. Para o Brasil, o evento poderia ser encarado como uma busca por novas referências, com o objetivo de entrar de vez no cenário bipolar de uma Guerra fria que já estava em curso. A intenção do Estado brasileiro era mostrar uma transformação após 15 anos de Vargas no poder.

Um país que, pouco a pouco, deixava o campo rumo à cidade. Que ainda tinha no café seu principal produto de exportação, mas que já presenciava uma maior capacidade industrial, à qual se associava uma ideia de desenvolvimentismo. A Copa significava uma chance de mostrar esse prognóstico ao mundo, afinal, o futebol também poderia ser um produto de exportação. Nascia o esporte moderno, intimamente ligado ao crescimento e fortalecimento da sociedade burguesa. Novos códigos de comportamento vão surgindo. E o esporte tem importância fundamental nesse processo. Em termos da busca por construção identitária e a formação de uma memória coletiva específica, também era um momento privilegiado.

A capital federal, o Rio de Janeiro, não possuía um estádio próprio, enquanto São Paulo já havia erguido o Pacaembu, que, na época, chegava a abrigar 60 mil pessoas. Todavia, já era do interesse governamental erguer um estádio de maior porte no Rio. O que, inicialmente, esbarrou na política: o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, encomendou um projeto de arena aos arquitetos Pedro Paulo Bastos e Antônio Dias Carneiro. O prefeito do Rio, Henrique Dodsworth, contudo, fez o mesmo, mas com diferentes arquitetos: Rafael Galvão e Orlando Azevedo (FILHO, 1947, p. 2, apud MOURA, 1998, p. 24). A disputa pela posse da obra paralisou o projeto.

Figura 6 – Jornal dos Sports assume campanha pela construção do Estádio Municipal



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 16 de maio de 1947.

Com a confirmação da candidatura brasileira para sediar a Copa, o palco precisaria ser construído. Começava então uma campanha de relações públicas, especialmente pela imprensa, para que o palco saísse do papel. Destaca-se o papel do jornalista Mário Filho, autor de diversas crônicas no Jornal dos Sports. Foram criados vários slogans, como “Acreditar no estádio é acreditar no Brasil” e “Basta boa vontade para que surja o estádio nacional” (MOURA, 1998, p. 27).

A primeira alternativa foi ampliar o estádio de São Januário. Todavia, o alto custo para a obra inviabilizaria o projeto: havia o custo de desapropriar moradores da Barreira do Vasco³⁰. Era preciso um novo lugar, o que fez renascer a discussão entre município e o governo federal. O entendimento só ocorreu em julho de 1947. Ficou definido que o município seria o responsável pela obra. Todavia, foi elaborado um “plano de cadeiras”, pelo qual o cidadão carioca compraria cadeiras no estádio. O objetivo era o de minimizar o custo de construção, que seria financiada pelo contribuinte.

O terreno escolhido foi o do Derby Club, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. O então vereador Carlos Lacerda, propôs que a construção fosse em Jacarepaguá, onde as obras resolveriam os constantes alagamentos na região. O local da construção virou tema de brigas acaloradas entre vereadores no Rio. O Jornal dos Sports, de Mário Filho, tomou posição declarada a favor do estádio no Derby Club,

³⁰ Favela da cidade do Rio de Janeiro. É conhecida, por ser bem próxima do estádio de São Januário, sede do Club de Regatas Vasco da Gama.

identificando os opositores da ideia como contrários aos “interesses do povo”. Moura (1998) lembra que o periódico encomendou uma pesquisa a pedido do vereador Ary Barroso, que entrevistou 500 aficionados por futebol e outros 580 do público em geral:

À primeira pergunta – “O senhor acharia necessária a construção de um estádio para a cidade?” – responderam afirmativamente 79,2% dos entrevistados em geral e 95% dos aficionados. Sobre a localização do estádio, 56,8% da população e 85,2% dos aficionados apontaram o Derby Club como o local mais apropriado [...] Quanto à disposição de cooperar com a obra, 53,6% da população carioca e 77% dos aficionados mostraram-se de acordo (MOURA, 1998, p.30)

Figura 7 – Mais um registro das negociações pelo estádio, desta vez pela solicitação de crédito para a obra



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 17 de maio de 1947.

Os dados dão a dimensão de que a população manifesta o desejo pela construção do estádio. Entretanto, por mais que se tentasse fabricar um consenso, algumas opiniões dissidentes chamavam a atenção. O médico Maurício Medeiros³¹ assumiu um discurso de que um estádio não seria a maior necessidade do povo carioca, carente de hospitais e escolas. Bem semelhante aos protestos que, 64 anos depois, também permeariam as intervenções para a Copa de 2014.

A assinatura para a construção do estádio veio apenas em 29 de outubro de 1947. Trinta mil títulos de cadeiras cativas foram colocados à venda, dando direito aos proprietários de ocupa-las por cinco anos. O Jornal dos Sports, mais uma vez, fez coro pela venda das cadeiras. Mário Filho clamava: “O estádio municipal será menos da

³¹ Médico, jornalista, e político brasileiro. Foi ministro da Saúde no governo de Nereu Ramos, e mantido no cargo pelo presidente Juscelino Kubitschek.

prefeitura que do povo. É o povo que quer e é o povo que vai pagar” (FILHO, 1947, p. 2 apud MOURA, 1998, p. 34).

Figura 8 – Desta vez, o “passo dado” foi a nomeação do conselho responsável pela construção do estádio



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 21 de novembro de 1947.

Defender a construção do Maracanã significava dar à cidade do Rio um reforço simbólico de sua importância como capital, dentro de um projeto de modernização proposto pelo Estado brasileiro. Era lutar pelos “interesses nacionais”. Segundo Moura (1998), o conceito de cidade-capital “deveria conter em seu espaço monumentos e símbolos indicativos do projeto nacional que pretendia instaurar” (MOURA, 1998, p.40). Vale lembrar, aqui, a noção trazida por Le Goff (1978) de que um monumento é capaz de perpetuar uma sociedade e, ao mesmo tempo, de formar uma memória coletiva.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de

forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1978, p 9-10)

Essa relação de disputa de forças fica mais clara não só pela questão das esferas municipal e federal, na briga pelo batismo da obra, mas, sobretudo na orientação para a ação pública. Em 1948, quando o estádio já estava sendo construído, o empresário Fausto Matarazzo lançou a proposta para construir um estádio no bairro de Irajá, Zona Norte do Rio, com o objetivo de explorá-lo comercialmente para a iniciativa privada³². Um dos críticos, o escritor José Lins do Rego, afirmou que “O que precisa a cidade é de seu próprio estádio, onde não mande o interesse de um clube, o privatismo particularista, onde só prevaleça o interesse do povo” (REGO, 1948, p.3)

Figura 9 – Jornal dos Sports retrata a construção do Maracanã, ainda pela metade. O periódico classifica como o processo como “marcha assombrosa”



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 20 de fevereiro de 1949

Um outro ponto que o projeto nacional-desenvolvimentista do governo Dutra queria emplacar era a chance de ligar as práticas esportivas ao trabalho e à criação de um novo perfil de brasileiro: o de um trabalhador disposto a engrandecer a nação através de seu esforço físico, numa missão também pedagógica. Mais uma vez, um exemplo do Jornal dos Sports, que chegou a lançar uma fotonovela estrelada por trabalhadores, supervisores e diretores de obra, em diálogos simples e diretos. Em 1949, Mário Filho escreveu: “Façamos do nosso povo uma multidão de homens fortes, que

³² A polêmica se deu pois o estádio visaria apenas a obtenção de lucro privado, enquanto que o estádio Municipal seria um anseio e um legado para a população carioca.

teremos dado ao Brasil uma alma nova capaz de movimentar o grande corpo que dormita enfraquecido por falta de rigor próprio” (FILHO, 1949a, p. 2).

Pode-se dizer que a construção do Maracanã já atende também a um outro objetivo do Estado, que é o de racionalização do solo urbano. Mais precisamente, do espaço público. O que é uma característica amplamente comum aos Estados modernos. Assim, o desenvolvimento do esporte moderno está também ligado aos processos de urbanização e industrialização. No Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, encabeçaram esse “processo civilizador”, onde as pessoas começaram a migrar para as cidades. Faz-se necessário o estabelecimento de novos códigos de comportamento nas metrópoles e o futebol vai se encaixar neste processo como elemento aglutinador de elementos importantes para a construção de uma ideia de sociedade.

Por isso, contextualizar a importância simbólica do novo estádio para o Rio de Janeiro se faz importante, pois, tratava-se da capital do país. E, além de ser o centro político, era também o polo agregador de influências culturais e de tendências de comportamento. Tinha uma vocação cosmopolita. No futebol, isso se refletia em uma maior tolerância a jogadores que não atuavam em times cariocas, facilitando o ambiente para a ideia de uma seleção nacional. O mesmo não aconteceria em São Paulo, que não nutriria muita simpatia por jogadores “cariocas”.

Convocar a seleção brasileira, naquele momento, era também uma tarefa política para o treinador. Não bastava convocar a melhor equipe. Havia a necessidade de “agradar” paulistas, cariocas e mineiros, especialmente, já que eles queriam jogadores dos seus respectivos estados escalados. No torneio Sul-americano de 1949, sediado no Brasil, o técnico Flávio Costa acabou usando duas seleções distintas de acordo com a sede da partida: atletas de clubes paulistas nos jogos em São Paulo, e de times cariocas se o jogo fosse no Rio. O temor era o de que, se fosse feito o contrário, a arquibancada vaiasse os jogadores em campo, como ocorreu na Copa Roca, em 1945³³.

A busca pela integração via futebol era defendida, entre outros cronistas, por Mário Filho. O argumento era o de que nada justificaria a diferença de cidades para escalar a equipe. No Sul-americano, Flávio Costa deu preferência a jogadores do Vasco

³³ Torneio disputado contra a Argentina, que venceu a disputa em 1945, ganhando do Brasil por 4 x 3, em jogo realizado no estado de São Paulo.

como base do time no duelo contra o Equador, no Rio; e usou, majoritariamente, jogadores do São Paulo no jogo contra a Bolívia, em solo paulista. Neste jogo, o dilatado placar de 10 x 1 ainda serviria como argumento para a manutenção do rodízio. Tanto que um editorial foi lançado por Filho, criticando esse ponto de vista (FILHO, 1949b). A questão sobre a escalação de jogadores de um determinado estado ainda seria vista durante o andamento da Copa. Uma preocupação interessante passaria a ser a questão do público, ou melhor, de como “educá-lo” para parecer “civilizado”.

Cabe entender aqui que a noção de civilização. E, para isso, recorre-se, mais uma vez, a Norbert Elias (1993) para entender que se trata de uma tentativa de normatização de condutas segundo um critério estabelecido. A questão era como coordenar um processo de rotinização ou mesmo a busca pelo controle das pulsões, tão característica de um país que pretende se inserir na modernidade, numa sociedade que ainda procurava sua identidade até mesmo em âmbito local, com um Estado que não demonstrava preocupação em incluir na sociedade as camadas mais pobres, e, por fim, como fazer isso em tão pouco tempo, faltando meses para a Copa? Para Elias (1993), o processo de mudança social pode até ser feito dentro de uma determinada ordem, mas os efeitos práticos são difíceis de serem planejados:

Mostramos como o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comum e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. Isso tudo certamente não resulta de uma ideia central concebida há séculos por pessoas isoladas, e depois implantada em sucessivas gerações como a finalidade da ação e do estado desejados, até se concretizar por inteiro nos “séculos de progresso”. Ainda assim, embora não fosse planejada e intencional, essa transformação não constitui uma mera sequência de mudanças caóticas e não estruturadas (ELIAS, 1993, p. 193-194)

O critério adotado foi o de que o Brasil precisava causar uma boa impressão aos estrangeiros que viriam acompanhar a Copa. Esse discurso foi largamente utilizado pelos veículos de comunicação da época. Portanto, era demandado ao torcedor que ele fosse uma espécie de “décimo segundo jogador em campo”. Ganhar a Copa seria o ápice da consolidação da nação, mas o comportamento da torcida e da população eram fundamentais para uma imagem positiva do país. Sendo assim, coube aos jornais o incentivo para o controle dos ânimos. O periódico *A Noite*, por exemplo, publicou em

junho de 1950 um editorial solicitando que as pessoas não jogassem laranjas, garrafas, ou mesmo foguetes nos jogadores estrangeiros (A NOITE, 1950a).

Em seu “esquentar” para a decisão entre Brasil e Uruguai, a Rádio Continental dava instruções de forma bem didática ao público sobre como se portar no Maracanã, em uma torcida “cívica”: 1. Cantar o hino nacional ao se hastear a bandeira; 2. Aplaudir, torcer, incentivar a nossa seleção em todas as jogadas durante todo o tempo! (JORNAL DOS SPORTS, 1950 apud MOURA, 1998, p. 114). O jogo de futebol havia, então, se tornado um ato cívico, de celebração e louvor a uma nação que é vitoriosa e estava pronta para o despertar de sua glória. E o Maracanã é o templo onde esse destino heroico estava fadado a se concretizar.

Como é possível observar, a Copa do Mundo, desde a sua primeira edição, dá a chance de percepção do lado cívico de um povo, ainda que de forma construída via contato com o aspecto simbólico (bandeira, hino). A Copa faz despertar um sentimento de identificação entre indivíduo e nação, como assinala Hobsbawn (1991), numa comparação entre os símbolos nacionais e os meios de comunicação:

Mas a propaganda deliberada quase certamente era menos significativa do que a habilidade de a comunicação de massa transformar o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e, a partir daí, romper as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional (HOBSBAWN, 1991, p. 170)

De acordo com este raciocínio, o futebol conseguiu operar como este elemento que retirou o indivíduo da esfera privada para a pública no Brasil, criando uma espécie de agenda. Havia ali um tema, um assunto capaz de despertar o interesse das pessoas para uma ideia de nação e dos valores que eram atrelados a ela: no dia da final da Copa, o único interesse era a partida entre Brasil e Uruguai e todos os significados que ela proporcionava do ponto de vista da cultura brasileira.

Figura 10 – Anúncio da Rádio Continental tenta ensinar ao público como torcer na final da Copa de 1950

BRASILEIRO!
HOJE – Última etapa contra o URUGUAI
ORDEM DO DIA
1.º) Cantar o Hino Nacional ao hastear da Bandeira.
2.º) Aplaudir — Torcer — Incentivar nossa Seleção em todas as jogadas durante todo o tempo!
Viva o Brasil – Campeão do Mundo
Ouça os "comandos" da CONTINENTAL incentivando o povo a
uma
TORCIDA MONSTRO!
E vá ao Estádio Prefeito Mendes de Moraes fazer a
TORCIDA MONSTRO!
A irradiação da peleja BRASIL x URUGUAI será feita pela equipe especializada da
EMISSORA CONTINENTAL

Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 16 de julho de 1950

Todavia, a derrota para o Uruguai passa a constituir uma ruptura, uma espécie de trauma que modifica um pouco o discurso sobre a apreensão da nação dentro da metáfora da “pátria de chuteiras”. Ainda que o efeito da popularização do futebol tenha sido irreversível, passou a se questionar mais a associação imediata entre futebol e Estado.

2.3 - 1950: A Construção de um trauma relativo

A fim de dar conta da hipótese apontada no início desta dissertação e as análises subsequentes ao fenômeno futebol e identidade nacional, busca-se, a partir de agora, discutir o conceito de trauma à luz da teoria social, bem como tentar observar as suas aplicações práticas na construção da memória social e coletiva e nas práticas de uma sociedade, em especial a sociedade brasileira. Todo esforço até o momento foi trazer um entendimento da importância do Maracanã – e de todas as disputas - principalmente as políticas - que envolveram a sua construção – como parte de uma tentativa de inserção do Brasil no contexto da modernidade, aproveitando o ambiente de pós-guerra onde boa parte do mundo ocidental ainda buscava a recuperação após os conflitos.

Antes, porém, cabe destacar que os estudos sobre memória e memória coletiva e social nos últimos 20 anos vem se consolidando como um campo de investigação teórica e metodológica junto às Ciências Sociais. Novas abordagens e temáticas foram incorporadas ao campo de estudo da memória principalmente após o período de redemocratização no país, de tal forma, que temas como: democracia, identidade, trauma, ressentimento, minorias sociais, globalização, espaço público, políticas públicas entre outros foram paulatinamente incorporados nas pesquisas sobre memória social e coletiva, superando sobremaneira a dicotomia entre memória individual e memória coletiva, como apontam Rogério Souza e Carlos Gadea (2017).

[...] é plausível afirmar que houve no decorrer desses últimos vinte (20) anos uma significativa ampliação teórica e metodológica nos estudos e pesquisas sobre memória coletiva e social no país, possibilitando, de forma positiva, o crescimento do campo de investigação desta temática juntamente como o fortalecimento da disciplina memória – em suas inúmeras categorias - dentro dos cursos e programas de pós-graduação, grupos e laboratórios de pesquisa no país.

E esta tarefa vem sendo assumida com afinco e entusiasmo nas últimas duas décadas pelos pesquisadores e acadêmicos, pois, na medida em que o campo de estudo da memória coletiva e social se ampliava, devido às inúmeras demandas concernentes aos processos de redemocratização e abertura política e globalização, novas concepções e abordagens teóricas e metodológicas se fizeram necessárias. Inicialmente, duas questões se pautaram com urgência à discussão do campo da memória: i) a superação do divisor história/memória no âmbito epistemológico e; ii) a superação do binário memória individual e memória coletiva como categorias de análise. Pode-se afirmar, com base no conjunto de trabalhos publicados na área de Sociologia e Ciências Sociais, no período analisado, que tais questões foram superadas e novas concepções e interpretações foram construídas, aumentando e

diversificando o leque de categorias e conceitos-chave à temática da memória. (SOUZA; GADEA, 2017, p. 210-211)

A superação do divisor história/memória passa, por exemplo, por designações que são atribuídas a um período determinado. Elas são acionadas, em muitos casos, mais por fatos de memória do que por acontecimentos ou fatos históricos que não são trabalhados pela memória. Por mais que a memória pareça ser um fenômeno individual, Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, apontava que a memória deve ser entendida também, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, construída coletivamente e submetida a transformações. Lançando mão de uma perspectiva durkheimiana, Halbwachs (1950) argumenta que, pela memória, os indivíduos criam solidariedade. Neste quadro, a memória seria agregadora:

A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro [...] Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas (HALBWACHS, 1950, p. 88)

Já para a pesquisadora Myrian Sepúlveda Santos (2009), a memória social não é agregadora, um elemento de funcionalidade de um grupo social. Elementos culturais (e a memória também) podem ser objeto de disputa, especialmente do ponto de vista da combinação entre modernidade e tradição. Ao derivar somente dos quadros sociais, a memória, segundo a autora, perde a chance de ser explicada através dos movimentos sociais e da diversidade de novos atores que possam vir a influenciá-la.

Um ser humano, então, possui memória individual e a coletiva e há pontos de interconexão entre as duas. A memória é também construção das narrativas de diferentes grupos nos quais esse cidadão está inserido. Ele se incorpora das narrativas históricas para construir identidades, sentidos nas formas de lembrar os fatos. A memória, portanto, é constitutiva da identidade, como argumenta Pollak (1992): “Tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). Todavia, este conceito de que a memória coletiva se ancora em grupos é ampliado, passando a ser entendido como simultâneo, entre a memória constituída por grupos e a memória que constitui os mesmos grupos.

O indivíduo moderno vive sob o signo das rupturas, portanto, sob o impacto de constantes e aceleradas mudanças sociais que, por vezes, são traumáticas e geram respostas reativas e momentâneas. Cada ruptura gera suas próprias tradições, mudando as relações do indivíduo com o tempo e o espaço. Nesse sentido, pode-se afirmar que a construção do Maracanã é uma ruptura no cenário do futebol brasileiro por introduzir um elemento que seria simbólico de uma transformação social. O que se analisa é a passagem de um modelo de estádio para outro. No Rio de Janeiro, por exemplo, as primeiras arenas eram destinadas a uma elite. De acordo com Mascarenhas (2013):

Tinham geografia inequívoca: localizados nos bairros mais nobres, os equipamentos, de pequeno porte, apresentavam uma arquitetura mais assemelhada a um confortável teatro a céu aberto. Como os atletas eram igualmente egressos das camadas sociais privilegiadas, seus familiares e amigos formavam boa parte do público que comparecia para assistir às exhibições do novo sport inglês que fazia sucesso na Europa. O estádio era então um ornamento da onda civilizadora de cunho eurocêntrico, ao qual o acesso era muito restrito. Pretensamente, um espaço de fruição das elites, onde damas e cavalheiros bem vestidos acenavam lenços e chapéus para os footballers (MASCARENHAS, 2013, p. 151)

Sendo assim, a construção do Maracanã pode ser vista como uma ruptura, modificando o espaço urbano, oferecendo um novo sentido de pertencimento e de atualização das identidades coletivas. Neste sentido, seria, então, a derrota da Copa de 1950, em casa, uma ruptura, uma espécie de “antes/depois”, ou um trauma a partir do qual se rediscute o que se pensa a respeito de Brasil? Possivelmente, ela pode até ser encarada como um marco importante para a formação de uma memória sobre o nosso futebol, mas a sua elevação a categoria de trauma pode ser relativa.

Quando se fala na categoria “trauma”, a citação, obrigatoriamente, se remete a Sigmund Freud (1856-1939). De modo objetivo, trauma seria um processo no qual lembranças podem voltar à tona, especialmente por não terem sido capazes de serem vivenciadas de modo pleno. É resultado de um acontecimento, de um evento devastador e de sua ação sobre o indivíduo, que se vê incapaz de lidar com este contexto. Essa noção pode ser relacionada com um outro viés: a do trauma como um processo psíquico.

É possível dizer, contudo, que o trauma se refere à intensidade de um acontecimento, que se inicia externo e, posteriormente, se internaliza. Inclusive de forma coletiva. Na modernidade, o indivíduo se vê em “desamparo”, uma condição que

é vista com a perda da estabilidade da tradição. Para Freud (1996), por exemplo, é a Primeira Guerra que torna sem efeitos muitos dos totens e tabus³⁴ da sociedade, fazendo com que ela perdesse sua “bússola moral”. O trauma, portanto, é construído socialmente e pensa-se que não é sequer necessária a participação presencial no evento gerador do trauma. Ele se contagia num efeito viral e passa a ser uma espécie de “tabu”, um agente castrador que impede a realização de uma meta. Freud argumenta que

As restrições do tabu são distintas das proibições religiosas ou morais. Não se baseiam em nenhuma ordem divina, mas pode-se dizer que se impõem por sua própria conta. Diferem das proibições morais por não se enquadrarem em nenhum sistema que declare de maneira bem geral que certas abstinências devem ser observadas e apresente motivos para essa necessidade. As proibições dos tabus não têm fundamento e são de origem desconhecida. Embora sejam ininteligíveis para nós, para aqueles que por elas são dominados são aceitas como coisa natural (FREUD, pp.18, 1996)

É conveniente, entretanto, não confundir a violação a um tabu com as condições provocadas pelo trauma. Não necessariamente um trauma provoca o surgimento de um tabu, uma proibição moral. Caruth (1995) avalia que o trauma massivo precede o universo representacional porque ele destrói temporariamente os mecanismos de consciência e memória. O que acontece no trauma é um registro “literal” do evento traumático, dissociado dos processos cognitivos habituais sem que esse processo possa ser representado. Um raciocínio interessante é o que versa sobre o conceito de “trauma escolhido” (*chosen trauma*). Penna (2015) explica que essa categoria:

Trata-se de uma “representação psíquica” compartilhada de um trauma massivo que ancestrais de uma dada sociedade sofreram. É um trauma ecoante, transmitido transgeracionalmente, que transforma-se em paradigma reafirmando uma ameaça sofrida pelo grupo, e que permanece associado à memória nacional e coletiva [...] Nessas sociedades, celebrações de vitórias ou derrotas, monumentos póstumos e outras demonstrações coletivas são utilizadas para lembrar e atualizar, *ad aeternum*, o trauma vivenciado no passado. [...] Assim, os membros dos grupos traumatizados ficam individualmente e coletivamente ligados às representações de objeto perdidas, sem, contudo, poderem se identificar com elas (e dar início ao processo de luto), nem tampouco desenvolver uma depressão por conta da perda não elaborada (PENNA, 2015, p. 18-19)

Quando se trata da derrota para os uruguaiois na final da Copa de 1950, alguns autores relativizam o uso da categoria trauma para efeitos de aplicação prática ao significado social daquela derrota. O jornalista Paulo Perdigão (1986), por exemplo,

³⁴ Em princípio, Freud buscou analisar a gênese dos totens – símbolos sagrados e respeitados – e dos tabus – proibições de origem incerta – que cercam e cerceiam as liberdades individuais e coletivas de uma determinada sociedade.

caracterizou “o dia mais trágico do futebol brasileiro” da seguinte maneira: “A derrota transformou um fato normal em uma narrativa excepcional” (PERDIGÃO, 1986, p.36). Costa (2016) usa a expressão “entretenimento memorialístico”, de Andreas Huyssen (cf. HUYSSSEN, 2000, p. 14), para definir como a derrota de 1950 foi retomada a título de acionamento da memória, inclusive em Copas posteriores, como em 1970 e em 2014. O argumento é o de que o entretenimento relembra um ou outro fato histórico traumático com objetivos sensacionalistas.

O que se pode dizer de forma mais clara sobre a derrota para os uruguaios é a de que a construção traumática pode ser atribuída muito mais a enquadramentos fornecidos por alguns meios de comunicação. E que essas narrativas acabaram sendo tomadas como aplicáveis a uma categoria maior: a derrota de uma nação, carregando de significados extra-campo a decisão daquele mundial, contribuindo significativamente para a construção de estereótipos que diminuíssem o brasileiro, como o “complexo de vira-latas”³⁵, do qual não nos livraríamos nunca.

São narrativas como essa que contribuem para a formação de uma identidade social. Segundo Pollak (1992), “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (POLLAK, 1992, p.201). Todavia, se a memória é um campo em disputa, ela é também passível de construção, em virtude de pressões sociais e (ou) políticas do seu respectivo tempo.

A construção de uma identidade individual, destaca Pollak (1992), é marcada por três elementos essenciais: há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas ou de pertencimento ao grupo; há o sentimento de continuidade dentro do tempo e também no sentido moral e psicológico; e, finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, sentimento de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (POLLAK, 1992). Em caso de ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, pode-se observar fenômenos patológicos, seja no indivíduo ou no coletivo.

³⁵ Expressão criada pelo dramaturgo e escritor brasileiro Nelson Rodrigues, que seria uma condição de inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo e seria aplicável não só no futebol, mas também em outros setores sociais.

Nas proximidades do torneio, a seleção apresentou uma campanha ruim em um torneio preparatório para o Mundial, a Copa Rio Branco. Incluindo uma derrota para a mesma seleção uruguaia que viria a ganhar taça do mundo. Na mesma competição, todavia, o Brasil ganhou duas vezes dos celestes, ganhando o torneio³⁶. Mas o desempenho hesitante e o fato de alguns jogadores terem se apresentado com excesso de peso já foram suficientes para instaurar o clima de pessimismo. A ponto de os treinos abertos ao público serem marcados por vaias aos jogadores.

O último treino antes do time estreiar na Copa, contra o México, foi realizado no Maracanã, ainda sob os olhares dos operários que ainda trabalhavam na finalização das obras do estádio. O adversário era o Flamengo, que abriu 2 a 0 e começou a ser incentivado por quem observava o treino. O episódio irritou a comissão técnica, cujo argumento era o de que a torcida ali presente deveria apenas “olhar civilizada e construtivamente o que se passava nas quatro linhas, apenas vibrando em favor do Flamengo e malquerendo o *scratch*” (JORNAL DOS SPORTS, 1950a, p. 5).

Tanto as vaias nos treinos e os apupos ao rubro-negro durante o jogo-treino podem ser interpretados como significativos de que nem toda a torcida confiava na campanha da seleção e, muito possivelmente, não estava abraçada com a ideia de que aquela seleção representava uma pátria. Ou seja, nem mesmo toda a propaganda via rádios e jornais sobre os modos de comportamento e de incentivo à seleção seriam capazes de funcionar em caso de mau resultado. O público, assim, não receberia aquele conteúdo passivamente, como se pensava que iria acontecer.

O dia da estreia na Copa foi marcado por uma grande mobilização do comércio na cidade do Rio de Janeiro, como explica Moura (1998):

A Mesbla distribui gratuitamente tabelas com os jogos do campeonato, enquanto a Standard Oil do Brasil entrega folhetos em seus postos de gasolina informações sobre o esporte, as regras [...] o concurso Guará, promovido por uma marca de refrigerantes, revela que Ademir lidera a votação para maior craque do Brasil. A Coca-Cola anuncia que foi a bebida escolhida pelos médicos da seleção brasileira para servir aos jogadores (MOURA, 1998, p.67)

³⁶ A campanha do Brasil nesta competição teve os seguintes resultados: Brasil 3 x 4 Uruguai, Brasil 2 x 0 Paraguai, Brasil 3 x 2 Uruguai e Brasil 1 x 0 Uruguai.

Figura 11– Jornal dos Sports prefere ignorar o mau desempenho na parte inicial do jogo-treino contra o Flamengo e enaltecer a virada que veio depois



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 23 de junho de 1950

Não era só o comércio que estava agitado. O trânsito também se apresenta mais lento, apesar de ter sido feito um plano especial de tráfego para a partida. A Rede Ferroviária Federal (RFFSA) também anunciava serviço especial de composições partindo da Central do Brasil. Os jornais traziam mapas sinalizando as entradas do Maracanã. Ao todo, 81.649 pessoas foram ver o Brasil golear o México por 4 a 0. Entre os presentes, o presidente Dutra, o da Fifa, Jules Rimet, além de autoridades como os ministros militares: da Guerra, Canrobert da Costa, da Marinha, Silvio de Noronha, e da Aeronáutica, Armando Trompowsky. O prefeito Mendes de Moraes também estava lá. Moura (1998), coloca que a ocupação do estádio daria um ar simbólico de que o lugar seria um símbolo de uma democracia genuinamente brasileira:

O estádio começava a concretizar um de seus objetivos – abrigar a diversidade da população brasileira, realizando o almejado sonho de construir uma democracia. Sua forma elíptica contribuía para esta tarefa, colocando os espectadores diante uns dos outros, apesar de em locais com preço e conforto diferenciados. Ali dentro, o público se igualava, irmanado pelo desejo de assistir a uma vitória da seleção. Até o presidente da República se esquecia momentaneamente sua posição e comportava-se como um simples torcedor, aproximando-se da torcida brasileira (MOURA, 1998, p. 69)

Nota-se que a própria autora acaba defendendo o ponto de vista oficial de que o Maracanã seria esse local democrático, onde a “diversidade da população brasileira” estaria representada, ainda que com locais de “preço e conforto diferenciados”. Não se sabe se é possível entender que as mais de 80 mil pessoas no estádio, naquele dia, no

Rio de Janeiro, podem ser tomadas como representativas de uma população de um país inteiro. E soa contraditório dizer que o público se igualaria em condição mesmo estando em locais de prestígio distintos naquela arena. Estar diante um do outro não significa ter locais de fala iguais. Fica parecendo uma reprodução de um discurso oficial. O estádio era também um retrato da diferenciação social carioca. Por fim, há uma tentativa de colocar o presidente Dutra como um torcedor comum, ainda que o mesmo estivesse na tribuna de honra do estádio ao lado de autoridades.

De um lado da imprensa, o clima era de festa. Especialmente no *Jornal dos Sports*, de Mário Filho, que lançava editoriais de puros elogios ao estádio e à grandeza da Copa. Mas as opiniões não eram unânimes. A *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, opositor do prefeito Mendes de Moraes, preferiu levantar os problemas ocorridos na estreia, como a falta de uma tribuna para os jornalistas trabalharem e as obras inacabadas da arena. O periódico também criticou o uso de fogos de artifício, que foram lançados apesar de um pedido contrário da polícia. Também criticou a quase ausência de turistas estrangeiros na Copa, já que pouco se fez propaganda do evento no exterior. Que isso seria até algo positivo, já que o Rio não estaria pronto como cidade para recebê-los: “Nossa vitrine está desarranjada, pobre, desgraçadamente pobre [...] O Itamaraty foi hábil, relegando a segundo plano a Copa do Mundo” (ARAÚJO NETO, 1950, p. 10 apud MOURA, 1998, p. 71).

No segundo jogo, contra a Suíça, em São Paulo, o técnico da seleção, Flávio Costa, decide escalar o meio campo do São Paulo FC, com Bauer, Rui, e Noronha. Após o empate por 2 a 2, especula-se que os jogadores choraram no vestiário e deixaram rapidamente a capital paulista, onde foram vaiados. Um grupo de torcedores tentou agredir o técnico Flávio Costa e integrantes da comissão técnica, num gesto que foi noticiado pelos jornais e que comprometia a imagem de “torcida civilizada”. A principal acusação ao treinador brasileiro era, mais uma vez, o aspecto político: ele teria escalado jogadores “paulistas” cedendo a pressões regionalistas e contrariando o aspecto nacional da seleção brasileira.

Para o duelo contra a Iugoslávia, o Brasil precisava vencer. O duelo seria no Rio de Janeiro, onde a pressão seria mais “branda”. O presidente da Confederação Brasileira do Desporto (CBD), Mario Pollo, falou ao *Jornal dos Sports*, pedindo o vínculo entre torcida e jogadores: “Nada de reações apaixonadas quando houver um erro

de nossos jogadores. Aplausos incondicionais acompanharão todos os lances da luta decisiva” (POLLO, 1950, p. 5 apud MOURA, 1998, p. 79). Algumas formas de “acionamento cívico” foram feitas para este jogo, até mesmo o aspecto de comparação a uma guerra, chamando a data de “O dia D”³⁷. A vitória por 2 a 0 com uma atuação convincente contribuiu para serenar a pressão.

Figura 12 – Coluna de Mario Pollo no Jornal dos Sports



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 1 de julho de 1950

O que não quer dizer que tudo tenha corrido bem do ponto de vista da organização. Do lado de fora do estádio, vários carros tiveram seus pneus esvaziados pela polícia, já que estacionaram em local proibido. Além disso, outros veículos foram arrombados e furtados. Ainda sobre o triunfo, a torcida era exaltada como a grande responsável pela vitória (FILHO, 1950, p. 8 apud MOURA, 1998, p. 85):

Ninguém era uma determinada pessoa, pobre ou rica, comum ou importante, preta ou branca, ninguém tinha nome naquela multidão fabulosa (...) A multidão também era o scratch (...) A massa humana jamais vista completava o estádio. O estádio fora construído para ela, para junto com ela viver dias assim. De emoção nacional. A gente no estádio se sentia mais brasileiro (FILHO, 1950, p. 8 apud MOURA, 1998, p. 85)

Ao contrário do que atualmente acontece em Copas do Mundo, quando as cidades-sede são escolhidas previamente, em 1950 havia flexibilidade na alocação das partidas. Isso significava que o local de um jogo poderia ser mudado mesmo com a competição em andamento. E a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) decidiu

³⁷ Uma alusão feita ao dia do desembarque das tropas aliadas na Normandia, numa manobra importante para a reação na Segunda Guerra Mundial.

que a seleção brasileira não realizaria mais nenhum jogo em São Paulo. O argumento era a renda, que seria maior no Maracanã. Mas, na verdade, havia mágoa em relação à torcida paulista, que vaiou muito a equipe no empate contra a Suíça. Definidos os quatro finalistas, Brasil, Suécia, Espanha, e Uruguai, ficou estabelecido também que não haveria uma final. Todos jogariam contra todos e quem somasse o maior número de pontos seria o campeão.

Figura 13 – Jornal dos Sports exalta a vitória contra a Iugoslávia



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 2 de julho de 1950

A seleção não só voltou a vencer como o fez por placares elásticos: 7 a 1 na Suécia e 6 a 1 na Espanha, no jogo onde a torcida entoou o refrão de Touradas De Madrid, marchinha de carnaval que fizera sucesso em 1938. A sensação de pessimismo quanto ao desempenho da seleção havia desaparecido. As vitórias devolveram a confiança na equipe de Flávio Costa. Bastava um empate contra os uruguaios.

A busca por ingressos para a final foi intensa e alguns tumultos foram registrados pela cidade. Os momentos que antecederam o jogo foram de extrema

expectativa. A sensação era a de que o futebol era um elemento capaz de explicar o Brasil. O estilo de jogo cercado de improvisos, criatividade e inteligência rápida é um símbolo de um Brasil que se impunha em campo. No Jornal dos Sports, Antônio Olinto escrevia: “Hoje, todos somos um. Hoje, não existimos como pessoas separadas. Coexistimos” (OLINTO, 1950, p. 9, apud MOURA, 1998, p. 113).

Figura 14 – Mapa no Jornal dos Sports para orientar a entrada do público no Maracanã



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 16 de julho de 1950.

O papel de importantes meios de comunicação foi destacado na construção de uma trajetória que forjasse um espírito nacional. Sobre a ação do Estado, ela pode ser vista como dúbia: se por um lado percebeu no futebol um mecanismo interessante para a divulgação de um ideário nacional, ainda na época de Getúlio, e também que o esporte poderia funcionar como um meio eficaz de controle de pulsões, por outro lado, foi escassa a quantidade de propaganda sobre a Copa do Mundo, cabendo aos meios de comunicação esse papel.

Isso não impediu, contudo, a fala do prefeito Mendes de Moraes no dia da final, com os jogadores brasileiros já perfilados no gramado. Com um Maracanã ainda em obras, inacabado, com tijolos e tapumes ainda expostos, a cobrança foi a de um chefe de

Estado: “O governo municipal cumpriu o seu dever construindo este estádio que aí está. Agora, jogadores do Brasil, cumpri o vosso!” (MORAIS, 1950 apud MÁXIMO, s/d)

Figura 15 – Capa do Jornal dos Sports no dia da decisão contra o Uruguai. O clima de otimismo predominava no periódico



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 16 de julho de 1950

O que o prefeito do Rio não esperava, por parte do time brasileiro, era que este não “cumpriria o seu papel”. Pois, mesmo depois e sair na frente, a equipe permitiu a virada uruguaia, calando o Maracanã. O Brasil estava tão preparado para a vitória que esqueceu do caráter imprevisível de uma partida de futebol. Enquanto a plateia sai silenciosa para as suas casas, os jogadores, alguns chorando e cabisbaixos, deixam o campo de jogo. Estava aberto o caminho para a construção social da derrota e, nela, os significados de país que seriam extraídos dela.

Se os ânimos estavam exaltados a favor da seleção, com as vitórias durante o torneio, a derrota trouxe reações que não foram uníssonas. De imediato, um bolo que havia sido preparado aos jogadores foi esquecido em um canto. Houve uma grande preocupação da polícia em escoltar os jogadores após a partida, temendo tentativas de agressão por parte do público. Mas a cena de São Paulo não se repetiria. A relação de amor e ódio era, naquele momento, de indiferença. Não havia ninguém exaltado. Os atletas puderam se deslocar tranquilamente até São Januário.

O próprio técnico da seleção, Flávio Costa, estendeu o resultado de campo para bem além das quatro linhas: Quem perdeu a batalha não foi o Flávio Costa, o homem exposto, o homem para o qual se voltam todos os indicadores, todos os olhares. Não, não foi eu só, foi o Brasil todo, foi o Brasil inteiro. Se houve uma desgraça é esta” (O GLOBO, 17/07/1950)

Num primeiro movimento para além dos jogadores, o Correio da Manhã fez críticas ao prefeito Mendes de Moraes e ao discurso proferido antes do jogo³⁸: “O prefeito aumentou-lhes a responsabilidade, trouxe mais encargos sobre seus ombros, aumentou o nervosismo, enfim, enfraqueceu-os. O fato é que não podia perder a oportunidade da demagogia” (CORREIO DA MANHÃ, 1950, p. 11). Na verdade, a associação entre futebol e pátria estava sendo explorada o tempo todo durante toda a Copa: hino, bandeiras, cartazes etc.

Oposicionista, o jornal Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, sobe o tom nas críticas, especialmente à conotação de salvação da pátria que foi dada ao esporte: os jogadores estavam “preocupados” em resolver os problemas da pátria em vez de jogar futebol. Mesmo colunistas do Jornal dos Sports, que fez imensa propaganda da Copa e do Maracanã, viravam o tom de seus discursos, criticando a mistura entre futebol e pátria, onde estaria em jogo o espírito de uma nação. A diferença, neste caso, é o tratamento dispensado à torcida, numa tentativa de recuperar um orgulho ferido. Se o time deixou-se abater dentro de campo, a torcida tinha dado uma demonstração de que o objetivo de mostrar uma nação civilizada havia sido alcançado com êxito: A capa da edição de 17/07/1950, dia seguinte após a derrota, já era um reflexo, por exemplo, uma necessidade de mostrar que, de alguma forma, o Brasil havia conquistado algo. Também

³⁸ Correio Da Manhã, 18/7/1950.

trazia a crônica do britânico Willy Meisl, classificado como “autoridade europeia em futebol”.

E a multidão permaneceu e aplaudiu os vencedores e devo confessar que estive perto das lágrimas, porque acabava de presenciar um daqueles raros momentos na vida de um homem, quando um povo encontra a sua própria alma; quando o bem triunfou sobre o mal; quando o desporto provou uma revelação e uma educação. Porque o Brasil foi maior na derrota do que jamais poderia ter sido na vitória”³⁹ (MEISL, 1950, p. 6, apud MOURA, 1998, p. 127)

Considerado jornal de oposição, a Tribuna da Imprensa lamentou a derrota, mas também subiu o tom das críticas, especialmente às obras do Maracanã, que não haviam terminado. Na coluna “Miudezas da Copa do Mundo”, a crônica era a seguinte:

E o prefeito “incentivou” os brasileiros à vitória, numa atitude digna de um fascista, intimando-os à conquista da Copa do Mundo, a exemplo do que fez por ocasião do prélio Brasil x Iugoslávia, quando declarou o seguinte: “A batalha da Copa do Mundo compreende duas etapas – o estádio e a conquista do título: a primeira aí está, a Municipalidade cumpriu com o seu dever. Agora, brasileiros, cumpri com o vosso”. E foi correspondido: para um estádio incompleto, uma vitória incompleta – um vice-campeonato (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1950b, p. 11)

A mesma coluna ainda dizia que foram registradas confusões no Jockey Club. Brasileiros teriam jogado rádios de pilha em direção a alguns uruguaios que lá estavam. Uma atitude que foi reprovada por falta de espírito esportivo: “E dizer-se que isto se passou numa dependência que se gaba de reunir a elite carioca” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1950, P. 11).

Em outra página, o periódico fez duras críticas ao uso do hino nacional no jogo, incluindo a postura dos jogadores brasileiros, que estavam em posição de sentido. “Militarmente, inconcebível. Ia ser disputada uma partida de futebol. Futebol” (Ib., p. 12). E avaliou que, enquanto os uruguaios estariam preocupados apenas com o jogo, os brasileiros resolviam “o problema da pátria”.

³⁹ MEISL, Willy. Uruguai, campeão mundial de fato; mas o Brasil, melhor team do mundo. *Jornal dos Sports*, 18/7/1950. In.: Moura, pp. 127, 1998.

Figura 16 – Capa do Jornal dos Sports de 17/07/1950. O periódico diz que o Brasil era o melhor *team* do mundo, apesar da derrota



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 17 de julho de 1950

Já o Correio da Manhã adotou um tom mais neutro. Contudo, não deixou de dar uma “cutucada”, falando de acidentes durante a decisão, incluindo uma morte que teria sido provocada por “tristeza”, a do marinheiro João Soares da Silva, de 58 anos. Também houve um desentendimento entre um torcedor brasileiro e um jornalista uruguaio em um hotel da cidade. Um dos hóspedes teria ofendido o profissional de imprensa.

O aspecto desportivo foi uma saída possível encontrada para minimizar a derrota. A derrota teria mostrado ao povo que o futebol não era a coisa mais importante do mundo, sendo o principal aspecto da Copa o legado de um estádio municipal novo e o comportamento equilibrado da torcida, como desejavam os organizadores da competição e o Estado. A Tribuna da Imprensa trazia o relato de jovens cariocas que fizeram um enterro simbólico do futebol brasileiro na Praça Saens Pena. O cronista Araújo Neto entendeu que, ali, a torcida já dava sinais de recuperação, encarando o futebol como apenas um esporte. “E o esporte como ele o é em verdade: universal, sem pátria, diversão do corpo, limpeza da mente, elo. Voltando à Grécia antiga, ao espírito olímpico do grego histórico” (ARAÚJO NETO, 1950, p. 14). O que o cronista não previa era que, àquela altura dos acontecimentos, não se poderia mais voltar a uma estética pura. A modernidade já havia alcançado o futebol.

Figura 17 – Tribuna da Imprensa adotou um tom neutro na capa, mas duro nas crônicas sobre o jogo



Fonte: Acervo Tribuna da Imprensa. 17 de julho de 1950

Figura 18 – Acidentes durante o jogo entre Brasil x Uruguai são relatados com uma matéria simples no Correio da Manhã



Fonte: Acervo Correio da Manhã. 18 de julho de 1950

A experiência da derrota teria feito com a que a torcida não atribuisse nenhum significado além do esportivo ao futebol. A derrota teria feito melhor ao país, como nação, do que a vitória. Na prática, isso significou manifestações de apreço, elogios aos uruguaios, a ponto de o embaixador deste país transmitir em carta os agradecimentos ao governo, citando um povo educado e hospitaleiro. Em Montevideu, uma das principais avenidas da cidade foi batizada de Rio de Janeiro.

Figura 19 – Jornal dos Sports traz a repercussão da conduta da torcida brasileira após a derrota para os uruguaios em duas edições diferentes



Fonte: Acervo Jornal dos Sports. 30 de junho e 18 de julho de 1950

Num momento de calor após o jogo, a culpa pela derrota foi atribuída a alguns jogadores brasileiros: o goleiro Barbosa, que falhou no gol de Gigghia; e os defensores Juvenal e Bigode (este que, inclusive, teria se deixado intimidar por um safanão do capitão uruguaio, Obdulio Varela). Segundo Costa (2016), periódicos como Esporte Ilustrado, Correio da Manhã, Estado de São Paulo e Diário do Povo fizeram manchetes negativas a Barbosa que, inclusive, acabou morrendo considerado culpado. Em vários depoimentos ainda em vida, ele relatava o trauma anterior.

Esse processo silencioso que acusou justamente três jogadores negros pode ser facilmente refutado pelo lado uruguaio, pela exaltação do capitão, Obdulio Varela, apelido pela imprensa de lá como “El jefe negro”. Marques (2014) cita Mário Filho⁴⁰ para citar que houve a criação de um processo de compensação ilusória pela derrota:

Ao acusar jogadores negros e mulatos, o brasileiro acusava-se a si mesmo. A obra de Mário Filho buscava, assim, promover maior reflexão sobre um pensamento corrente à época, segundo o qual atletas não brancos teriam maior propensão à instabilidade emocional em momentos de decisão (MARQUES, 2014, p. 92)

A noção de que a derrota de 1950 seria um trauma insuperável poderia cair por terra oito anos depois, com a conquista da Copa na Suécia. Todavia, por diversas vezes foi feito um acionamento da memória para lembrar do duelo, como, por exemplo, na Copa de 1970. Ao ser entrevistado por um jornal uruguaio na época, o capitão de 1950, Obdulio Varela, foi perguntado sobre favoritismo na semifinal de 20 anos depois e ele fez questão de manter vivo o “fantasma”: “Brasil es favorito pero...” (EL PAIS, 1970, p. 3 apud HELAL; CABO, 2011, p. 103)

No jogo de 1970, o Brasil vence por 3 a 1. Como já havia vencido em jogos anteriores depois de 1950. Em 1952, vitória por 4 x 2 pelo Sul-americano (RSSF, s/d); 2 x 0 no mesmo Maracanã, em 1956; 3 x 0 pela Copa América em 1959, entre outros placares favoráveis. Todavia, a recuperação da memória funciona por ter se tratado de uma final de Copa do Mundo onde se criou um ambiente em que o Brasil se tornou extremamente favorito. A construção de uma narrativa de fracasso foi muito mais feita pelos meios de comunicação da época do que pela postura da torcida em si. Claro, houve uma grande comoção em torno do resultado, mas que não contribuiu, por exemplo, para diminuir a paixão do brasileiro pelo futebol, como ainda se observaria mais à frente.

Portanto, falar em “trauma coletivo”, usando a categoria freudiana, pode soar um pouco hiperbólico ou até mesmo pouco fidedigno com os relatos da época. Pode-se entender que referir-se ao Maracanazo como trauma é uma construção que veio a acontecer bem depois da final da 1950, sendo resgatada como memória pelos meios de comunicação em momentos específicos e marcantes dos confrontos entre Brasil e

⁴⁰ “Quem perdeu em 50 foi o brasileiro. Mais o brasileiro que não jogou que o que jogou”

Uruguai, sem muito embasamento científico para elevar uma derrota à categoria de um trauma coletivo, como no Holocausto, por exemplo.

Figura 20 – Coluna do Correio da Manhã ressaltando o clima de abatimento na cidade do Rio após a final da Copa de 1950



Fonte: Acervo Correio da Manhã. 19 de julho de 1950

Há, de fato, uma grande pluralidade de discursos sobre o jogo entre Brasil e Uruguai, a ponto de ele ter conquistado um caráter mítico. Aceita-se também a hipótese de Costa (2016) segundo a qual os recursos de comunicação e tecnologia da época não contribuíram para uma narrativa mais categórica, imparcial daquela partida. Para que se tenha uma ideia, a introdução do videoteipe em Copas do Mundo, para o Brasil, foi em

1958, quando o país conseguiu ver em preto e branco as imagens da conquista do primeiro mundial dias depois da realização dos jogos.

Toda vez em que se aviva a memória do Maracanazo, há, portanto, a necessidade de relativizar os impactos do jogo no sentido extracampo. Culturalmente falando, o futebol não só consolidou seu status de esporte nacional como também entrou de vez no imaginário popular como algo que nos caracterizasse como nação. Tática que continuou a ser usada em políticas públicas de diversas maneiras depois de 1950. E a grande herança era justamente o lugar que evoluiu de um estádio municipal para um “templo sagrado”, definido o caráter religioso capaz de provocar peregrinações em dias de jogos. Essa foi uma tradição que foi sendo construída já a partir da Copa que perdemos, e que só sofreu modificações com as obras para o Mundial de 2014.

2.4 – Da tradição à modernidade

Muito embora o resultado em campo não tenha sido o esperado, a Copa de 1950 trouxe legados importantes para o Brasil. O futebol se mostrara um mecanismo eficiente para criar um efeito de união entre as pessoas, ainda que essa união fosse simbólica, pois entende-se que não seja possível afirmar que houve um pleno conagraçamento entre as classes sociais dentro do espaço do estádio.

O futebol é um fruto do capitalismo moderno. Prega o igualitarismo, percebido em um combate com regras, obediência a horários e atividades pré-determinadas dentro de um ambiente competitivo. Ele nasce e cresce juntamente com a proliferação dos meios de comunicação em uma sociedade de massas. Rapidamente ele se consolida como uma tradição especialmente em sociedades onde o esporte tenha se firmado como domínio social. De acordo com Hobsbawn e Ranger (1997), a expressão “invenção de tradições” teria a sua gênese nos pontos de contato entre novas e velhas práticas sociais, especialmente as que pudessem manter as identidades de grupos hierarquizadas. Nesse âmbito, as práticas simbólicas podem manter ou mesmo criar aspectos identitários a respeito de uma coletividade.

Parece correto afirmar que o futebol contribui de forma importante para um processo de transição entre uma sociedade rural para uma urbana. Por ser praticado na grama e ao ar livre, em espaços públicos, portanto, ele é capaz de estreitar laços entre os indivíduos em metrópoles onde a massa de habitantes é anônima e tem seus vínculos sociais enfraquecidos, bem diferente do que ocorre em comunidades menores. Hobsbawn e Ranger escrevem sobre como o futebol se consolida como tradição na Inglaterra do século XIX, totalmente inserida no escopo da Revolução Industrial, com as grandes metrópoles sendo formadas ao mesmo tempo em que a população rural se transferia para as grandes cidades.

Cabe, entretanto, ressaltar que o tempo de maturação de um fato social é relativo e sujeito a um diagnóstico sociológico. Elias e Dunning (1992) lembram que a popularização do futebol na Europa foi um fenômeno paulatino:

A transformação dos polimorfos jogos populares ingleses em futebol ou *soccer* assume o caráter de um desenvolvimento bastante vincado no sentido de maior regulamentação e uniformidade. Esta culminou na codificação do jogo, a um nível nacional, mais ou menos em 1863. O primeiro clube alemão de futebol fundou-se, de modo bem elucidativo, em Hannover, em 1878. Na Holanda, o primeiro clube de futebol foi fundado em 1879/80 e, na Itália, por cerca de 1890. As federações de futebol fundaram-se na Suíça, em 1895, na Alemanha, em 1900, e em Portugal, no ano de 1906, o que revela o aumento do número de clubes em cada país (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 189-190)

E se for possível pensar que este processo, no Brasil, ganhou força a partir justamente das décadas de 30 e 40, quando as metrópoles estão em franca expansão. A Copa de 1950 foi um pequeno passo numa tentativa de inserção na modernidade, e não impediu que outros fossem sendo realizados. Contudo, num país subdesenvolvido, o processo de modernidade é gerido, conduzido de uma forma que pode ser classificada como “atropelada”, cortando caminhos, buscando atalhos que nem sempre se revelam eficazes, sobretudo por entrarem em choque com aspectos arraigados na rotina brasileira. Desses encontros entre o novo e o velho, saem, em muitos casos, uma espécie de amálgama, uma síntese, onde um passa a existir com o outro.

No caso do futebol, não foi diferente. Desde o primeiro grande dilema construído sobre a narrativa deste esporte em terras brasileiras, o da raça. Fosse através de conflitos abertos, como o da profissionalização da modalidade, fosse através do

debate de ideias, como o que foi feito em torno da miscigenação como um processo de aceitação identitária⁴¹ que, inclusive, sofreu muita resistência.

A Copa do Mundo de 1950 e a construção do Maracanã eram narrativas que conviviam, por exemplo, com a da vida de Garrincha⁴², um dos maiores gênios da história do futebol brasileiro. O biógrafo do jogador, Ruy Castro, constrói uma imagem muito comum a jogadores – infância pobre, humilde, e o início amador, em campos de várzea. E mostra também um pouco do Brasil que, aos poucos ia se industrializando, o que, costumeiramente para a época, poderia ser convertido em sinônimo de modernização.

Garrincha era natural de Pau Grande, distrito do município de Magé, na Região Metropolitana do Rio. Já na década de 1920, de acordo com Bartholo e Soares (2011), a economia local girava em torno de uma fábrica inglesa de tecidos, a América Fabril, já que a área ainda era majoritariamente rural. Ainda menino, com 14 anos, Garrincha é contratado como aprendiz pela fábrica, onde também teria iniciado a sua carreira como jogador. A questão é que Garrincha não reunia as características necessárias a um operário-padrão do capitalismo: era pouco produtivo e indisciplinado. Contraria, assim, tudo o que se espera de um operário na modernidade: assiduidade, obediência, e disposição para produzir.

O clube de futebol da cidade, o Sport Club Pau Grande, era mantido pela fábrica inglesa e, pelas regras da liga de futebol da época, somente operários podiam jogar. Deste modo, a fábrica em si não dependia da competência de Garrincha para fazer tecidos. Mas o clube de futebol sim. A solução encontrada pelos dirigentes foi a de demitir e recontratar Garrincha como funcionário algumas vezes, relevando através de advertências as indisciplinas como trabalhador.

Este exemplo pode ser considerado importante para entender a convivência entre aspectos modernos que iam entrando na vida brasileira, como as fábricas, e o tradicional, personificado na figura de um indivíduo que mantinha fortes laços com a

⁴¹ Na Copa Rio Branco, em 1932, José Lins do Rego diz que: “Os rapazes que venceram, em Montevidéu, eram um retrato da nossa democracia racial, onde Paulinho, filho de família importante, se uniu ao negro Leônidas, ao mulato Oscarino, ao branco Martin. Tudo feito à boa moda brasileira” (REGO, 1943, p.7).

⁴² Apelido dado a Manuel Francisco dos Santos, o “Mané Garrincha”, bicampeão mundial com a seleção brasileira (1958 e 1962).

sua comunidade, a ponto de ter fugido da cidade grande diversas vezes para jogar “peladas”⁴³ com os amigos e beber nos bares de Pau Grande.

A narrativa de Garrincha contribuiu para a formação de alguns enquadramentos sobre um estilo brasileiro de jogar futebol que se sedimentaram no imaginário brasileiro. A polêmica sobre qual estilo de jogo adotar foi tema de debates intensos pelo menos até o final dos anos 50 no Brasil: o estilo inglês, de disciplina tática, ou o brasileiro, recheado de dribles, ginga e improvisado? Numa inversão de papéis, passou –se a considerar o estilo de dribles e improvisos como genuinamente moderno, em vez do jogo inglês, considerado mecânico e “sem graça”. Garrincha não jogava futebol dentro de uma ética de performance burguesa e capitalista, ou seja, visando apenas o resultado, as vitórias. Pelo contrário: ele encarava o jogo como uma diversão, enfatizando o aspecto lúdico do esporte. Por isso, os dribles em sequência, mesmo que eles não visassem o gol. Este tipo de atuação, inclusive, rendeu ao atacante que fez carreira no Botafogo o apelido de “alegria do povo”.

Passa a valer a “astúcia dos populares” no futebol para ter aquilo que a vida social lhe negou, como expôs DaMatta (2006):

O nosso futebol aciona uma visão do mundo na qual o fraco vira forte, o oprimido torna-se expressivamente dominante e o socialmente inferior transforma-se em herói [...] praticado no Brasil, então, o nosso futebol dionisíaco-carnavalesco permite a troca de lugar e a inversão do mundo. Inversão que, para nós, corresponde a acreditar, a gostar e a confiar no Brasil mais do que nos chamados ‘países adiantados’, em Deus, e nos santos (DAMATTA, 2006, p.69)

Se a Copa de 1950 havia instituído, segundo o dramaturgo Nelson Rodrigues, o “complexo de vira-latas”, Garrincha foi decisivo para terminar com ele, segundo o mesmo autor. Ele constrói a performance do jogador na Copa de 1958, vencida pelo Brasil, como uma síntese do que seria ser brasileiro, como analisam Bartholo e Soares (2011). Para os autores, Nelson argumentava que o mérito de Garrincha era não se abalar no confronto com os estrangeiros:

A estética do jogo de Garrincha pode ser lida como um alento a toda a nação brasileira. Nelson Rodrigues exalta a mestiçagem e o futebol-arte como elementos centrais da brasilidade, metonimizadas em Garrincha. A deformação de suas pernas proporcionou ao brasileiro uma grande lição: a autoaceitação. Assim como Garrincha, que não imitava ninguém e deixava os estrangeiros boquiabertos com seus dribles desconcertantes, a nação

⁴³ Jogo informal de futebol.

brasileira teria também seu futuro aberto para o desenvolvimento, a partir do reconhecimento de suas peculiaridades e potencialidades (BARTHOLO E SOARES, 2011, p.71)

Esse aspecto de “luta” contra o estrangeiro, de “nós contra os outros” foi importante para o processo de formação de uma identidade brasileira, e o esporte contribuiu como um terreno importante para a disseminação desse raciocínio. Tal embate se fez presente até mesmo na luta cultural entre os que defendiam o desenvolvimento via universalismo do modelo civilizatório e cosmopolita e os que acreditavam na busca por um modelo singular, único, que teria como inspiração a estética popular, que se veria representado na cultura deste modo.

A questão da representação popular também foi levantada logo após o final da Copa de 1950, com a discussão das formas de uso do Maracanã. O tamanho do estádio era considerado demasiado grande para compromissos de clubes. A dúvida, entretanto, durou pouco: uma semana após o Maracanazo, Flamengo e Bangu entraram em campo no local para um jogo amistoso, cujo benefício era arrecadar verba para que o clube da Zona Oeste pagasse ao rubro-negro pela aquisição de Zizinho. O temor de um público baixo se desfez, com os ingressos para o jogo sendo esgotados rapidamente. O que pode ser considerado mais um ponto relevante para questionar o tamanho do impacto da derrota para os uruguaios. Em vez de ter sido “amaldiçoada”, a nova praça esportiva recebeu um grande público que acompanhou a vitória do Flamengo por 3 a 1. O local construído para ser símbolo da capacidade empreendedora do Brasil começaria a ser fundamental para a “invenção” de novas tradições, novos jeitos de torcer, que, pouco a pouco, foram se constituindo em tendências e comportamentos que perduraram por muito tempo entre o público.

Cabe, a este ponto da análise, uma volta para lembrar que o futebol chega ao Brasil como um fenômeno elitista, que passa a funcionar como prática de distinção social. Os primeiros estádios foram construídos em bairros nobres. Eram de tamanho reduzido e projetado segundo uma arquitetura clássica. O público que frequentava esses locais se resumia a amigos e parentes dos atletas. Um dos mais emblemáticos desses espaços era o estádio das Laranjeiras, do Fluminense Futebol Clube. Mas outros estádios foram erguidos seguindo as mesmas proporções. Foram construídos dentro do que se entendia que era o espírito moderno europeu. Mascarenhas (2013) chama estes

palcos de “estádio aristocrático” e lembra que o Rio não foi a única cidade a receber arenas deste tipo:

A título de exemplificação, a elite de Salvador, desde 1920, orgulhava-se do Estádio da Graça, situado no bairro homônimo, vizinho ao bairro Vitória, compondo, ambos, a zona mais nobre da cidade no início do século XX. Em meio a modernas e higiênicas mansões senhoriais, o bairro representava a essência da modernidade soteropolitana, que recentemente abandonara o núcleo histórico da capital, insalubre e de vielas acanhadas, para se instalar em zona mais arejada, dotada de vias largas e retilíneas, ensolaradas, conforme os princípios do novo urbanismo. Curitiba, por sua vez, desde 1924 contava com o elegante estádio Joaquim Américo, cultuado símbolo da modernidade e da civilidade do povo curitibano. Recife, por seu turno, edificou, em 1916, o estádio da Liga Sportiva Pernambucana, para abrigar os jogos do campeonato local, iniciado em 1915. Em 1939, inaugura-se também um estádio no tradicional bairro dos Aflitos, pelo Clube Náutico Capibaribe. Em Porto Alegre, o primeiro estádio, inaugurado em 1904, situava-se no elegante bairro Moinhos de Vento, então reduto da elite germânica porto-alegrense (MASCARENHAS, 2013, p.151)

A popularização do futebol no Brasil iria atrair as camadas mais baixas da população, especialmente nos grandes centros urbanos. Os “estádios aristocráticos”, aos poucos, iam se tornando pequenos para o interesse cada vez mais crescente no futebol. E foi a partir dos anos 30 e 40 que a modalidade seria apropriada como um fenômeno de massas. Não era mais um fenômeno restrito aos “*sportsman*”, aos cavalheiros a quem interessava apenas o *ethos* amador do esporte.

Ampliar os estádios feitos para as elites era uma solução difícil, já que os bairros onde estavam inseridos em áreas densamente povoadas, onde o espaço já era uma dificuldade em um período de expansão urbana. A construção do Maracanã atende a uma expectativa digna de uma sociedade de massas. Um estádio gigante, opulente, com ares de templo para onde se dirigiriam as pessoas para acompanhar grandes espetáculos públicos. Mascarenhas (2013) classificou este tipo de palco como “estádio fordista”. O Estado assumia o papel central na construção desses lugares. O Maracanã foi feito pelo poder público. Era dele a propriedade.

Voltando a pensar no imediato pós-copa de 1950, o fato de o Maracanã receber um grande público para um amistoso entre Flamengo e Bangu já é significativa para entender que a população já abraçava o estádio como um lugar de importância. Pode-se acreditar que o Estado, neste ponto, alcança seu objetivo de oferecer às massas um espetáculo digno de registro e contemplação. Os grandes públicos que criaram o hábito de ir ao estádio passaram a transmiti-lo às gerações posteriores e reforçaram a cultura de

gosto pelo futebol. Rituais próprios de apropriação foram sendo criados pelos torcedores pouco a pouco.

Do ponto de vista da memória, esses elementos lúdicos e simbólicos podem contribuir decisivamente para a formação de uma memória coletiva e, conseqüentemente, de processos identitários. A grandiosidade de um estádio como o Maracanã permite uma ambiência única. É pela atmosfera que a memória é construída neste local. O fato esportivo em si releva se estiver conectado com um conjunto de códigos e valores éticos que definem um grupo social.

Sendo assim, o Maracanã foi, pouco a pouco, se tornando um lugar de memória, ao oferecer heranças, processos sensoriais, lembranças, e apegos. As pessoas são incentivadas a contar e recontar suas memórias usando essa ambiência, que vira, por vezes, mais importantes que o fato em si. O espaço é compreendido pelas experiências individuais e dos vínculos que são construídos.

O fato de o Maracanã ter se tornado um lugar de memória fez com que vários eventos que aconteceram no local fossem se cristalizando ao longo do tempo, bloqueando o trabalho de esquecimento. As pessoas se familiarizaram com o lugar e criam, entre outros laços, o de utilidade. De acordo com Bergson (2010), “o papel do corpo não é armazenar as lembranças, mas simplesmente escolher, para trazê-la à consciência distinta graças à eficácia real que lhe confere, a lembrança útil, aquela que completará e esclarecerá a situação presente em vista da ação final” (BERGSON, 2010, p. 208).

Tal raciocínio ajuda a esclarecer, a colocar luz, em um ponto importante: a utilidade da memória. No caso do Maracanazo, por exemplo, ele perdurou como um exemplo e ao mesmo tempo um fantasma: a maior derrota do futebol brasileiro, fato que perdurou até 2014. No entanto, o critério da utilidade não pode atender somente a aspectos racionais mas, por excelência, a ambiência acaba tendo um poder decisivo, pois o estádio é um lugar onde a memória pode ser trabalhada. Melo e Duarte (2016) lembram que as sensações podem ser convertidas em uma ética que pode se estabelecer ao longo do tempo:

Apego ao Lugar diz respeito ao vínculo afetivo estabelecido entre a pessoa e um ambiente, sem que seja necessário um processo de identificação prévio

com esse. Para se estabelecer um desejo de proximidade com o meio, não é preciso se apropriar dele ou se formar a partir do mesmo uma identidade de lugar, mas sim comportar uma atitude ética de aceitação de sua diferença perante o outro e suas manifestações (MELO; DUARTE, 2016, p.6)

A questão que envolve a aceitação ética das diferenças é fundamental para se imaginar a construção do espaço social do Maracanã. Um dos objetivos dos construtores era o de reunir no mesmo local os diferentes grupos sociais da cidade do Rio. A democratização do acesso era uma meta a ser atingida. O conceito de que o estádio era um “patrimônio do povo brasileiro” criou uma impressão de que fosse um local de igualdade. Isso foi percebido durante toda a mobilização para a construção, através de setores da imprensa, que conclamavam a população a ir para o estádio. Esse traço se perpetua na memória dos torcedores, que passaram a acreditar realmente que aquele espaço pertence a todos os que possuem o direito de usufruir dele. Por ocasião da reforma do estádio para a Copa de 2014, Tavares e Votre (2014) ouviram torcedores cariocas sobre a importância do Maracanã. Um deles ressaltou que o aspecto democrático era uma das principais características da arena:

Você abraçava do médico ao porteiro, não importava quem tivesse lá você saía abraçando; ele é democrático no sentido de que todo mundo pode entrar; não tinha pobre, não tinha rico, independente de raça eu acho que aquilo ali era uma coisa só, cada um torcendo pro seu time. (TORCEDOR ANÔNIMO apud TAVARES; VOTRE, 2014, p.1026)

O depoimento dado pelo torcedor não pode, evidentemente, servir como parâmetro para achar que todo esse grupo social pensa da mesma forma. Seria necessário um estudo muito aprofundado para delimitar tal tipo de enquadramento. Mas ele serve com um bom exemplo sobre como a memória em torno do aspecto democrático do acesso ao Maracanã pode também ser um processo de construção: todos podem entrar no estádio para assistir um jogo de futebol, desde que se pague por isso.

O sentido de congraçamento dado pela integração de “médicos e porteiros”, “pobres e ricos” é relevante pelo fato de que, por um momento, a divisão social de classes deixa de ser importante. Mas não quer dizer que não exista. O fato de um estádio ser público ou construído pelo poder público para a população não garante o acesso ao local. Quem quer ver um jogo de futebol precisa pagar. Todavia, é relevante afirmar que o acesso ao Maracanã era feito através de setores diferenciados: a geral, que era, de fato, o setor mais popular, com ingressos mais baratos; a arquibancada, na parte superior do estádio, onde as torcidas ficavam divididas, e o ingresso ainda era cobrado numa faixa

aceitável de preço; as cadeiras numeradas, no anel inferior do estádio, abrigavam torcidas mistas em um nível mais próximo ao campo; as cadeiras especiais, localizadas próximas à tribuna de imprensa, com ingressos bem mais caros; as cadeiras cativas, que foram vendidas no momento da construção do Maracanã – e adquiridas a preços altos, por quem tinha condições para isso; e a tribuna de honra, numa posição central do campo, destinada a autoridades públicas.

É importante a este ponto lembrar que torcer por um clube é diferente de torcer pela seleção brasileira. No primeiro caso, há de se levar em conta fatores que envolvam aspectos mais locais. Nas palavras de Bosi (1979), a memória do indivíduo depende de alguns fatores tais como: “seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com seus grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, p.17, 1979).

O fato de um clube ter um calendário mais contínuo em relação ao da seleção brasileira contribui também para uma relação mais próxima, dada à quantidade de jogos. O dia de jogo é como uma cerimônia, marcada por diversos simbolismos, tais como “rezas, utilização de mesma camisa vencedora, arrumação de bandeiras, entre outras” (TAVARES E VOTRE, p. 1027, 2014). O dia do jogo também proporciona ansiedade e, ao mesmo tempo, uma sensação de prazer pelo aspecto da socialização e o sentimento de pertença entre os torcedores. No estádio, é permitido dar vazão aos impulsos emocionais que permitem o lazer. De acordo com Elias e Dunning (1992), “a maioria das sociedades humanas desenvolve alguma contramedida em oposição às tensões do estresse que elas próprias criam” (ELIAS E DUNNING, p. 69, 1992).

Dentro da arena, o torcedor de clube não está unido por um laço de pertencimento a uma nação, mas sim ao de uma comunidade. A preocupação é a de partilhar emoções que passam até através de gerações:

As imagens dos jogos e lances emblemáticos que foram presenciados e testemunhados pelos torcedores, independentemente do tempo transcorrido [...] As lembranças são construídas não apenas de vitórias ou derrotas, mas também por esses lances detalhados, que colocam os torcedores como participantes do jogo e da história (TAVARES E VOTRE, p. 1030, 2014)

As lembranças vividas pelos torcedores de clube são muito mais presentes no imaginário deste grupo social. Especialmente pelo vínculos de sociabilidade que são estabelecidos em um palco específico, como o Maracanã, que proporciona o sentimento de participação na história. A seleção, pela periodicidade mais alongada dos jogos, e pelo fato de entrar em campo em diversas arenas Brasil e mundo afora, pode não conseguir estabelecer um vínculo similar com este mesmo torcedor que adota um clube.

Figura 21 - Ingressos para os setores de geral e Arquibancada no Maracanã. O primeiro foi para o jogo entre Flamengo x Santa Cruz, em 9/7/1978, ao valor de Cr\$ 10,00 (Dez Cruzeiros). O segundo era para Vasco x Fluminense, no dia 03/10/1976, ao valor de Cr\$ 25,00



Fonte: site Mercado Livre

Figura 22 – Ingressos de cadeira numerada do Maracanã e cadeira especial. Não são especificadas as partidas



Fonte: site Mercado Livre

A divisão física não impedia, evidentemente, o contato entre pessoas de diferentes grupos sociais no interior do estádio. E também a produção de rotinas que mostravam como era essa relação: era comum, por exemplo, na geral, que alguns torcedores se destacassem por fantasias e alegorias feitas especialmente para ir aos jogos, como a “vovó tricolor”⁴⁴, o “Mister M”⁴⁵ vascaíno, e o “Valderrama”⁴⁶ rubro-negro. Já na relação entre os torcedores de arquibancada e os das cadeiras numeradas era um pouco mais tensa: pelo fato de a primeira ficar no anel superior, portanto, em cima da outra, eram comuns os relatos de torcedores que atiravam objetos de cima pra baixo, incluindo copos cheios de urina. Por sua vez, as cadeiras especiais e as cativas eram bem destacadas dos demais setores e o acesso era muito mais restrito: nas cativas, só proprietários entravam, e as especiais, com frequência custavam muito mais do que os demais setores. As diferenças entre os setores inspiraram o cronista Nelson Rodrigues a criar as expressões “Geraldinos” e “Arquibaldos” para designar os frequentadores da geral e da arquibancada do Maracanã, respectivamente. Por outro lado, Fazer parte de uma multidão que partilha emoções pode dar ao público uma sensação de igualdade:

A proximidade entre as pessoas em uma arquibancada proporciona uma sensação de movimento e de espaço que pode ser maior do que quando ficam

⁴⁴ Maria de Lourdes Pereira, aposentada que ia vestida ao Maracanã como o mascote do Fluminense.

⁴⁵ José Pedro Santos, torcedor que se vestia parecido com o mágico americano Val Valentino, sucesso em um quadro de televisão no Brasil nos anos 90.

⁴⁶ Antônio Barbosa ganhou este apelido por usar um corte de cabelo parecido com o jogador colombiano Carlos Valderrama.

presas em cadeiras individuais. A participação na multidão é uma prática que acontece nos estádios e o Maracanã proporcionou essa vivência tanto aos torcedores, que permaneciam em pé na Geral (setor extinto em 2005), quanto aos que ficavam sentados no concreto das arquibancadas, até o ano 2000, quando as mesmas receberam assentos (TAVARES; VOTRE, 2014, p.1029)

Figura 23 – Ingresso para a cadeira numerada de um jogo no Maracanã, pela Copa de 1950, no valor de Cr\$ 140,00. Não é especificada qual é a partida



Fonte: site Mercado Livre

Essa sensação de igualdade partilhada entre os torcedores em nenhum momento contribuiu para que as diferenças sociais fossem, de fato, apaziguadas. O estádio era marcado por setores diferentes, estratificados em sua origem, mas onde o trânsito entre eles era permeável. Por mais que o torcedor de arquibancada fosse diferente em relação ao que ocupava a geral, os setores sociais estavam ali representados, ainda que dentro de um grau de hierarquização.

3 - 1950 PARA 2014: 7 X 1 E OS ESPAÇOS DE RESTRIÇÃO SOCIAL

“Acabou o amadorismo na administração”
João Borba, ex-presidente do consórcio Maracanã

O objetivo deste capítulo é perceber como se deu a transformação da Copa de 1950 para a de 2014, no que se refere às questões como a organização do futebol brasileiro e a inserção do país a uma nova etapa da modernidade, onde o capital globalizado impõe novas regras para a realização da Copa do Mundo, entre elas, uma nova concepção de arenas, o que também implica em novas formas de sociabilidade e torcida. Mais uma vez, se discute o papel do Estado neste processo.

Se no início da trajetória do futebol no Brasil discutia-se temas como a busca por uma identidade nacional e a construção de um determinado tipo de sociedade, a virada empreendida pela Fifa a partir dos anos 70, especialmente, coloca o futebol em uma nova era, onde passa a se perceber a entrada massiva do capital internacional e a mudança de postura da Fifa em relação aos países que passam a receber o evento.

É importante ressaltar que o futebol foi ganhando terreno na modernidade como um fenômeno importante, ficando difícil ignorá-lo como objeto de estudos para as ciências sociais. Isso se deve aos vínculos que a sociedade brasileira construiu com o futebol. Todavia, conceituá-lo como manifestação coletiva conectada com as práticas de grupos não é uma tarefa fácil para o analista. Em um primeiro momento, é possível observá-lo como um fenômeno moderno, especialmente sob a ótica de um fenômeno coletivo, ou seja, como “experiência prática intersubjetiva, íntegra e total, que em seu enquadramento e organização envolve e interliga o outro, o corpo, os objetos, o espaço e o tempo, com um sentido intenso de vida” (NAZARETH, 2015, p. 59).

Esta interligação entre corpo, objeto, espaço e tempo na busca por sentido de vida ganhou força a partir dos modos de vida impostos pelo trabalho na vida moderna que, por sua vez, implicava na organização do tempo ocioso dos proletários. A participação em atividades miméticas significava a quebra de uma rotina de trabalho intenso e de alívio de restrições por meio do movimento do corpo. Também implicava em participar – ainda que como espectador – de tais atividades. Segundo Elias e Dunning (1992), numa sociedade em que a maior parte das atividades estão submetidas

à rotina, “as atividades de lazer proporcionam oportunidades para experiências emocionais que estão excluídas dos setores altamente rotineiros da vida das pessoas” (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 150).

O projeto de modernização do Brasil no imediato pós Segunda Guerra passa pelas ações dessa burguesia industrial que vê no Estado um aliado poderoso, seja para garantir a aceleração econômica, como no governo JK (1956-1960), por exemplo, ou mesmo para fazer valer seus interesses de classe contra uma classe operária insurgente e ansiosa por mudanças sociais (como foi no golpe de 1964). No entender de Fernandes (2006), a burguesia nacional consegue converter resistências em forças de pouco alcance social, já que “possuem o controle da maquinaria do Estado nacional, e contam com suporte externo para modernizar as formas de cooptação, de opressão, ou de repressão inerentes à dominação burguesa” (FERNANDES, 2006, p.345-346).

Foi uma associação desse tipo que permitiu a construção do Maracanã para a Copa de 1950. Não se observa, contudo, que esse processo tenha servido para questionar, do ponto de vista da cultura, os mecanismos de dominação em funcionamento na sociedade. Claro que, definir um tema tão amplo como a identidade cultural brasileira unicamente através do futebol é apressado e suscetível ao erro. No entanto, não se pode ignorar a pertinência desta discussão para os objetivos desta dissertação.

Leva-se em conta que sempre houve por parte dos detentores do capital um interesse pelo domínio da condução e controle da cultura das classes populares (GRAMSCI, 2007). Houve, para fins de constituição de uma nova ordem em torno do sistema capitalista um esforço contínuo de reeducação em relação aos modos tradicionais de vida. Ou seja, tradição popular poderia ser um foco de resistência a essas mudanças. A modernidade simplesmente descarta a tradição em sua “marcha para o progresso”. Investigar, deste modo, a cultura popular, requer um debruçar aguçado sobre os modos de operação deste sistema. Nas palavras de Hall (2006), “A cultura popular não é, num sentido ‘puro’, nem as tradições populares de resistência a esses processos, nem as formas que as sobrepõem. É o terreno sobre o qual as transformações são operadas” (HALL, 2006, pp.232).

Seguindo esta linha de raciocínio, o terreno sob o qual a transformação que permitiu o entendimento de uma identidade brasileira segundo o futebol pode ser vista como fértil. Nem mesmo a derrota de 1950 pôde minimizar o sentimento de desfrutar da prática do jogo. E nem da experiência que ele proporcionava. E o Maracanã ocupa um papel central neste tema. O significado do estádio, tido como símbolo cultural, foi atribuído pela sociedade, especialmente através da formação de quadros de memória que lhe garantiram uma posição de destaque no que tange às práticas associadas a ele.

A construção de uma identidade brasileira está, assim, ligada ao processo de representação. Ou seja, a tudo aquilo que a condiciona. Ainda nos dias atuais se questiona sobre o que venha a ser “um brasileiro”. Tal questionamento é feito não só por aqui, mas em outros países de economia periférica. Leva-se em conta, no caso brasileiro, todo o processo colonizador, que privilegiou um determinado tipo de ocupação geográfica e política, mas há também outros fatores que podem ser levados em conta para responder à pergunta feita acima.

Como acontece praticamente em países periféricos, poucos foram, historicamente, os processos aglutinadores capazes de garantir algum tipo de coesão social a grupos e indivíduos e também a criação de símbolos que representem essa coesão: bandeira, hino, instituições políticas. No caso brasileiro, coube ao futebol alcançar um êxito bastante significativo neste processo.

Por quantas vezes os estilos de jogo demonstrados pelas seleções em campo não se tornaram metáforas de práticas das próprias sociedades correspondentes? O espanhol Miguel Askargota, técnico da seleção da Bolívia, no ano de 1994, cunhou a expressão “Joga-se como se vive”, válida desde a disciplina tática alemã até o estilo carregado de dribles e improvisos tão associados ao futebol brasileiro. Mesmo a escolha por um tipo ou outro de competição num campeonato pode demonstrar aspectos culturais de um grupo social, como avalia Franco Júnior (2007):

A maioria dos países mescla duas fórmulas de disputa, uma que dá amplo espaço ao aleatório (copa no sistema classificatório), outra que premia a regularidade (campeonato de pontos corridos). Apesar de desde 1990 existir uma Copa do Brasil disputada no primeiro sistema, apenas recentemente, a partir de 2003, o campeonato nacional passou a ser de pontos corridos. Até então se argumentava que o público preferia o imponderável da fórmula de “mata-mata” que prevalecia nas fases finais da competição. Era privilegiada não a competência constante, e, portanto, o planejamento, mas a possibilidade de sucesso com improvisações, golpes de sorte e esforço

concentrados em curtos períodos. Ou seja, a visão de mundo e o comportamento social da maioria dos brasileiros. A fórmula expressava na verdade mais do que isso. Era a própria trajetória do país, que nasceu como colônia de exploração, modalidade histórica na qual poucos europeus com muitos escravos procuravam obter a maior quantidade possível de riquezas em pouco tempo. A concepção do “mata-mata” corresponde ao estágio primitivo da coleta, a de pontos corridos à acumulação capitalista (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.317)

Até mesmo as formas de torcer revelam aspectos da identidade de um grupo. Franco Júnior (2007) associa a uma dicotomia entre fortes e fracos: segundo o autor, coletividades mais “agressivas” como argentinos e ingleses, por exemplo, teriam elevada auto estima como povo, acreditando na capacidade de intervir no desenrolar dos fatos. O mesmo não ocorreria com brasileiros, que tendem a se manifestar de acordo com o que veem em campo. Daí o comportamento no momento em que o Uruguai vira o jogo na final de 1950. Mais de 200 mil pessoas ficaram em silêncio: “Um observador neutro deAscreveu os gritos de ‘Brasil, Brasil’ como parecendo ‘súplicas de náufragos que alegres encorajamentos à luta” (L’Équipe, 17/7/1950. In.: FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 318).

Determinados ritos possuem papel relevante para certos grupos sociais. Para Filho (2016), “As regras de conduta servem de guia para a ação que impregna todos os domínios de atividades sociais e se mantêm em nome e em honra de quase tudo aquilo que existe” (FILHO, 2016, p. 145). Ir ao Maracanã, por exemplo, envolve todo um ritual para indivíduos e grupos, tais como a concentração em um determinado ponto da cidade ou mesmo entrar por um determinado ponto na arena. Esse processo é também uma construção, que só é e foi possível graças ao modo como o Maracanã foi planejado e, acima de tudo, apropriado pelo público: como símbolo de um Brasil moderno mas que, ao mesmo tempo, foi capaz de conter elementos da tradição e também de constituir, de “inventar” novas tradições, formas de apropriação cultural de um determinado fenômeno social.

Um estudo relevante para associar a importância de um estádio à cultura de um povo foi feito pelo antropólogo inglês Desmond Morris⁴⁷, em *A tribo do futebol* (1981). Nesta obra, o autor fez um levantamento com quatro clubes da liga inglesa de futebol por quatro temporadas durante o período entre 1946 e 1976. O estudo diz que, no

⁴⁷ Biólogo, zoólogo e etólogo inglês. Em *A tribo do futebol* (Soccer Tribe), este autor procurou associar os comportamentos animal e humano, explicados de um ponto de vista zoológico.

campeonato local, os times “da casa” venceram pouco mais que o dobro em relação aos visitantes. A relação também foi estendida ao campeonato italiano. Morris classificou o comportamento dessas duas torcidas, a dos times ingleses e a dos italianos, como “agressivos”⁴⁸. Seriam povos de elevada auto estima e que, portanto, se sentem capazes de intervir no decorrer dos fatos.

Segundo o mesmo estudo, grupos mais “inseguros” tendem a se manifestar de acordo com o que veem em campo, podendo ir do entusiasmo à frustração em minutos. Nesse rol se enquadraria a torcida brasileira. E o Maracanazo pode ser considerado um exemplo dessa “incapacidade de interferência”. Naquela ocasião, o público do estádio não estava pronto para empurrar uma equipe diante de um resultado negativo. Considerando o histórico de fracassos da seleção em campo até a Copa de 1950, bastou o gol de empate celeste para que o desânimo e a impotência passassem, numa transferência quase que imediata, do campo para a arquibancada. Segundo Franco Júnior (2007), é uma relação de “identidade primária na qual o outro é inteiramente parte de si. [...] time e torcida viram-se um no outro. O desalento da torcida alimentou o do time, e reciprocamente” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 319).

O futebol, visto já em sua fase moderna, é capaz de criar identidades grupais, ainda mais se for levado em conta um processo de atomização próprio das sociedades ocidentais, que se diluem ao mesmo tempo em que se massificam, como no caso das Copas do Mundo de futebol. Tais identidades são geridas especialmente no âmbito da torcida clubística que, por vezes, ganha ares de religião. É como se o indivíduo cedesse, fizesse concessões, para que o coletivo ali se manifeste em forma de apoio ou repúdio.

3.1 - A modernização no ambiente conservador

Se a Copa do Mundo é o evento máximo do futebol, que expõe nações a uma disputa num campo de futebol, são as competições locais que mantêm a chama do futebol acesa. Não é incomum encontrar torcedores que preferem torcer por seus clubes do que pelas seleções de seus respectivos países. Um projeto que envolva o futebol e, mais precisamente, uma seleção nacional como elemento de amálgama pôde ser visto

⁴⁸ Esse tipo de comportamento é demonstrado independente da qualidade da atuação da equipe em campo e do resultado de um jogo.

em locais onde a unidade política se deu de forma tardia, como na Alemanha, ou na extinta União Soviética e até para o Brasil, onde o processo se deu mediante uma sociedade de forte desigualdade econômica.

Após a derrota na final da Copa de 1950, o Brasil viveu um período de forte instabilidade política. Por exemplo, entre 1954 e 1956, o país foi governado por cinco presidentes diferentes⁴⁹. No mesmo período, a seleção brasileira teve cinco treinadores⁵⁰. No campo, as disputas entre cariocas e paulistas mantinham as rivalidades regionais acesas. Àquela altura, dois pontos eram obstáculos à criação de uma competição nacional: em primeiro lugar, as federações locais de futebol eram fortes politicamente o suficiente para manter seus interesses regionais, mantidas com isenções fiscais e subvenções públicas; em segundo lugar, o Brasil ainda carecia de um sistema de transporte mais eficiente.

Politicamente, o Brasil viveu momentos de estabilidade durante os anos de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A entrada do capital estrangeiro, o fortalecimento da indústria – ainda que atrelados ao aumento considerável do endividamento externo – fizeram o país crescer. No âmbito cultural, o aparecimento da bossa nova como um gênero exclusivamente brasileiro e mesmo o título mundial de futebol, que veio em 1958, contribuíram para elevar a auto estima do povo.

Todavia, o problema da sucessão de Jânio Quadros, em 1961, devolveu a tensão política ao país. No futebol, o bicampeonato mundial em 1962 praticamente consolidava o Brasil como um vencedor no futebol. Contudo, o espírito agregador associado ao futebol, como visto na Copa de 1950, não surtiria efeito em nível social quase 15 anos depois. A mescla que envolvia a seleção como símbolo pátrio foi retomada somente durante os anos de chumbo⁵¹.

Para o regime militar, era interessante expor a seleção fora do país com o objetivo de passar uma sensação de normalidade política e também desviar o foco de uma oposição cada vez mais acirrada. No período da repressão, o futebol seria um instrumento importante para o governo. Assim como correu no Estado Novo varguista, a característica era o forte intervencionismo na organização do futebol brasileiro.

⁴⁹ Getúlio Vargas, Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek.

⁵⁰ Zezé Moreira, Vicente Feola, Flávio Costa, Oswaldo Brandão e José Duarte Júnior.

⁵¹ Foi o período mais repressivo da ditadura militar no Brasil, estendendo-se basicamente do fim de 1968, com a edição do AI-5, em 13 de dezembro daquele ano, até o final do governo de Emílio Garrastazu Médici, em março de 1974.

Tal fato foi marcante até na preparação da seleção para a Copa de 1970. No período mais “duro” do regime militar no Brasil, o título da competição serviria como legitimação do governo. Sendo assim, a preparação foi militarizada. O chefe da delegação era o brigadeiro Jerônimo Bastos; a segurança ficou a cargo do major Roberto Guaranyr; a supervisão com o capitão Cláudio Coutinho; na equipe de preparação física, os capitães Kléber Camerino e Benedito Bonetti; e, por fim, a preparação de goleiros foi entregue ao subtenente Raul Carlesso. Esse novo perfil era considerado uma resposta ao fracasso na Copa anterior, em 1966, na Inglaterra, quando o mau preparo físico foi considerado uma das causas para a eliminação precoce.

Interessante notar que, por um dado momento, o perfil “clássico” do jogador brasileiro já passava por uma reconstrução. A trajetória começada nos anos 30, onde a miscigenação racial e o estilo marcado por improvisos e dribles eram apontados como um “tipo ideal” de jogo do Brasil, passava a receber pouco a pouco elementos da ciência moderna. As descobertas científicas aliadas ao jogo foram sendo introduzidas ao longo do tempo com o objetivo de melhorar o rendimento dos jogadores. Em 1958, ano da primeira conquista brasileira, a novidade foi a introdução da figura do fisioterapeuta, profissional considerado indispensável a uma comissão técnica nos dias atuais. Aliás, nota-se que a cadeia de serviços técnicos no futebol foi se alongando cada vez mais, pois a modernidade capitalista vive da superação de barreiras técnicas o tempo todo, num ambiente de altos investimentos que visam a obtenção do resultado.

Deste modo, o que se viu na Copa de 70 foi que o talento espontâneo e nato cedia espaço a um atleta-soldado, sujeito a mecanismos disciplinares e repressores num ambiente de comando repleto de agentes militares. A conquista do tricampeonato gerou uma série de propagandas pró regime. A ditadura conseguia articular, através do futebol, uma unidade nacional que Vargas e Dutra não alcançaram em seus respectivos mandatos – mesmo na base da repressão.

Naquela ocasião, coube à AERP⁵² a centralização da propaganda brasileira na Copa. Foi este serviço de assessoria que construiu uma campanha relacionando as vitórias no campo esportivo com as vitórias do modelo militar. Assim como Vargas fez nos anos 30, contribuindo para a rápida popularização do rádio, foi incentivada a compra de aparelhos de televisão, que já era o meio de comunicação dominante. De

⁵² Assessoria Especial de Relações Públicas, órgão subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República.

acordo com Magalhães e Cordeiro (2016), os militares queriam passar um clima de ordem pública:

As campanhas e filmes tinham como principal objetivo transmitir a impressão de um clima de paz e harmonia no país, já que os militares viam a discussão, a tensão e o debate público como sintomas de fragilidade. O objetivo das campanhas era mostrar o oposto, que a pátria vivia um clima de paz, resultado da intervenção e governança militar. Portanto, buscava-se transmitir à população a ideia de ausência de conflitos entre as classes sociais. A propaganda também foi uma arma ideológica importante para os militares porque criava a ilusão da participação da população no processo político. As campanhas oficiais enfatizavam o que o cidadão deveria fazer, seu papel no programa desenvolvimentista dos militares, construindo a ideia de que todos eram uma peça importante para alcançar o objetivo de crescimento nacional (MAGALHÃES; CORDEIRO, 2016, p. 6)

Buscava-se, assim, alguma forma de consenso na sociedade civil. Já não se travava mais um embate pela construção de uma identidade nacional, mas sim por um modelo que oferecesse legitimidade às ações do governo. As vitórias em campo seriam um triunfo do povo, só teriam sido possíveis através de uma “união nacional”, onde o mandatário era incluído nesse sistema exatamente como um “homem do povo”, buscando identidade com as pessoas, um modelo de sociedade, em vez de um culto ao líder, como fizera Vargas.

A vitória na Copa fez o governo voltar os olhos também para o futebol nacional. Foi implantado em 1971 o Campeonato Brasileiro, em 1971, com vinte clubes. Número que, posteriormente, aumentaram. De acordo com o historiador Maurício Drumond (2014 s/d), entre 1974 e 1979 houve um salto de 40 para 94 clubes na disputa. Era a época em que a então Confederação Brasileira do Desporto (CBD) era presidida pelo almirante Heleno Nunes, que também era presidente da Arena⁵³, partido majoritário do governo. Com o crescimento do MDB⁵⁴ na Câmara dos Deputados, começou-se a criar uma medida de compensação. Ainda segundo Drumond (2014 s/d), foi na mesma época que surgiu a expressão “Onde a Arena vai mal, mais um time no nacional”. O futebol brasileiro não havia deixado de ser um instrumento de barganha política, continuando a ser uma manifestação das políticas de Estado.

Um modelo bastante semelhante foi implementado nos estádios. Se no início do século XX, o modelo escolhido foi o “aristocrático”, conforme já explicitado neste

⁵³Aliança Renovadora Nacional (ARENA): partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar que havia se instalado em 1964 através de um golpe.

⁵⁴ Partido que abrigou os opositores do Regime Militar de 1964, cuja principal característica era a multiplicidade ideológica.

estudo, durante o período militar o governo se baseou no sucesso do Maracanã para erguer estádios grandiosos em algumas partes do Brasil. Foi o que Mascarenhas (2013) definiu como arena “fordista”, feita para grandes públicos e de propriedade do poder do Estado. Todavia, grandes espaços não significavam, necessariamente, grandes públicos. Segundo Franco Júnior (2007), a média de público entre os anos de 1974 e 1979 caiu significativamente. Passou de cerca de 20 mil torcedores por jogo para dez mil em 1978 e menos de nove mil no ano seguinte. Houve até um salto nos três anos seguintes, fazendo a média voltar para a casa dos 20 mil. Todavia, em 1985 e 1986, nova queda, para a casa dos 12 mil presentes. A longa procissão de clubes, a predominância do eixo Rio-São Paulo-Minas em relação à conquista de títulos, e as fórmulas confusas de disputa iam afugentando o público mais afastado das cidades acima enumeradas, exatamente onde o governo construía estádios grandiosos.

À medida que o regime militar ia se conduzindo para a abertura política, surgiram algumas visões, posteriormente combatidas de que o futebol seria um elemento alienante do povo, algo que pode soar compreensível após todo o período em que a modalidade foi tida como elemento de propaganda de um regime ditatorial. Essa relação, contudo, é mais complexa do que se imagina. A oposição ao regime, por exemplo, havia orientado seus seguidores para que não torcessem pela seleção, algo que não aconteceu. Para o sociólogo Thomas Fatheuer (2014), a Copa conseguiu dissociar o futebol do regime, onde a narrativa da manipulação não era a única possível:

Por um momento sinistro, torturadores e torturados regozijaram-se juntos com a seleção. O futebol – e na sociedade profundamente dividida de 1970, provavelmente só ele – foi capaz de produzir momentos como este, mas não produziu união ou reconciliação. A tortura continuava assim como a resistência contra o regime. Assim se mostrou também que a seleção representava algo diferente e maior que o poder político. Afinal, o futebol justamente não é a nação, mesmo quando um regime se utiliza do futebol para sua ideologia. Desta maneira sobreviveu uma contra-narrativa a cooptação da Copa de 1970 pelos militares (FATHEUER, 2014, p. 68)

Essa ambiguidade é bem própria do futebol no Brasil, um espaço de “cordialidade”, usando o termo de Sérgio Buarque de Holanda (1995), em uma sociedade civil que mascara o conflito sempre que ele tende a aparecer. De fato, ele foi ficando mais evidente no final dos anos de chumbo, com a anistia⁵⁵ e o movimento

⁵⁵ A Lei da Anistia Política foi promulgada em 1979, no governo do presidente João Baptista Figueiredo, para reverter punições aos cidadãos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelo regime militar.

pelas Diretas Já⁵⁶. No campo, ele teve atores importantes, como Sócrates⁵⁷ e Casagrande⁵⁸, que lideraram o movimento que ficou conhecido como Democracia Corinthiana⁵⁹.

O comportamento do público nos estádios brasileiros à esta altura já era bem diferente do que foi visto, por exemplo, na Copa de 1950, quando o torcedor era incentivado a se comportar de forma “civilizada”, contendo as suas emoções, numa atuação semelhante ao padrão europeu. Foram desenvolvidos rituais próprios, com introdução de elementos do carnaval, como bateria e alegorias, intensa participação corporal, numa participação mimética e festiva, chamada por Christian Bromberger (2001) de festa ritualizada, onde “Los ritos del hinchismo ofrecen una gama limitada de gestos y de actitudes estereotipadas que canalizan, siguiendo un código culturalmente determinado, las emociones sinceras que se experimenta durante el transcurso del partido”⁶⁰ (BROMBERGER, 2001).

O estádio, portanto, já é parte não só da paisagem urbana, mas como acabam se tornando um ponto de encontro onde se formam redes de sociabilidade, proporcionando aos indivíduos uma participação ativa na vida pública. Ao mesmo tempo, era possível estabelecer laços afetivos e a produção de memórias para os indivíduos. Uma nova pedagogia de torcer já estava estabilizada, num movimento que só iria se modificar a partir dos anos 80, com a emergência de uma nova economia do futebol.

O início dos anos 80 no Brasil, marcados pela transição política “lenta e gradual” até o fim da ditadura, em 1985, serviu, na prática, para manter à frente do país os grupos que já o comandavam. A modernização da estrutura do futebol também acabou sendo feita sem desarticular os interesses dos “cartolas”⁶¹ tradicionais. O que resultava, em termos de competições, em mudanças constantes de regulamento, especialmente o que envolvia o rebaixamento de clubes no Brasileiro. A dinâmica entre acesso e descenso de clubes pode ser observado pelo ponto de vista da democracia,

⁵⁶ Movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em 1983-1984.

⁵⁷ Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira foi jogador e médico. Passou boa parte da carreira no Corinthians, mas também defendeu clubes como Flamengo e Santos.

⁵⁸ Walter Casagrande Júnior foi atacante, com passagens de destaque por Corinthians e Ascoli (Itália).

⁵⁹ Período da história do clube no qual decisões importantes como contratações, regras de concentração, direito ao consumo de bebidas alcoólicas, liberdade para expressar opiniões políticas etc. eram decididas através do voto igualitário de seus membros. Isso criou uma espécie de “autogestão” do time.

⁶⁰ Em tradução nossa: “Os ritos das torcidas oferecem uma gama limitada de gestos e atitudes estereotipadas que canalizam, seguindo um código culturalmente determinado, as sinceras emoções que se experimentam durante o curso de uma partida”.

⁶¹ Dirigente, diretor ou presidente de time de futebol.

comparável, por exemplo, à alternância de poder em uma sociedade livre. No entanto, regulamentos eram mudados até mesmo durante a competição.

Um exemplo foi o Brasileiro de 1987. Diante de uma crise financeira, a CBF se declara sem condições de organizar a competição. Os treze principais times reunidos em uma articulação política, que ficou conhecido como o clube dos Treze, se incumbem de promover o torneio. No meio do certame, a CBF interfere e obriga a disputa de um quadrangular final entre os times da primeira e segunda divisão. O Clube dos 13 recusou a alternativa, e, até os dias de hoje, a decisão sobre aquele título não saiu. Oficialmente, Flamengo e Sport foram declarados campeões, mesmo vindo de divisões diferentes. Em 1996, foi a vez de Fluminense e Bragantino apelarem à CBF para evitar um rebaixamento. Em 1999, foi a vez do Botafogo recorrer e rebaixar o Gama, de Brasília, que, por sua vez, foi à justiça comum para jogar o campeonato de 2000, renomeado para João Havelange, disputado por 116 times e vencido pelo Vasco em uma final disputada somente no ano seguinte, por causa de um incidente trágico no estádio de São Januário no dia da decisão. Em vez de punição ao clube pela invasão de campo e a falta de organização, dando o título ao São Caetano, os organizadores decidiram por uma nova final, quando o cruzmaltino levantou a taça de campeão.

Toda a trajetória de confusões envolvendo viradas de mesa, falcatruas, mudanças de regulamento e paternalismo revelava que o futebol brasileiro ainda estava longe de uma modernização, numa situação bem paralela à do país. O amadorismo dos dirigentes prejudicava a lisura das competições, algo que não é bem visto dentro de uma ética de mercado, que já começava a predominar no futebol àquela altura. Era o avanço do neoliberalismo, personificado no Brasil na figura de Fernando Henrique Cardoso, cujo grande mérito foi a estabilização econômica do país, com a implementação do Plano Real, ainda durante o governo de Itamar Franco.

Neste período, o Brasil viveu um momento de otimismo, com a paridade cambial entre dólar e real. A classe média foi a mais seduzida, especialmente pelo aumento no acesso a bens de consumo, notadamente, no setor de eletrônicos. Esse clima se refletiu também no aumento do setor de serviços. Pochmann (2012) observa a participação deste setor no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro: “Entre 1980 e 2008, o setor terciário aumentou seu peso relativo em 30,6%, respondendo atualmente por dois terços de toda a produção nacional, enquanto os setores primários e secundários perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente” (POCHMANN, 2012, p. 20).

Foi durante o período de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que o Brasil voltou a ganhar uma Copa, em 1994, com Carlos Alberto Parreira como treinador. Franco Júnior (2007) observou semelhanças entre o presidente e o treinador:

Contidos, preciosistas, cautelosos e corteses, Cardoso e Parreira possuíam diversos pontos em comum. Nenhum dos dois era sensível às massas [...]. Ambos renegaram suas origens, Parreira a seleção de 1970, Cardoso seus primeiros textos marcados pela influência marxista e weberiana (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.159-160)

Também nesta época houve talvez a mais significativa mudança na vida futebolística brasileira: a Lei do Passe, que previa fiscalização pública dos esportes e a organização dos clubes como empresas, o que provocou reações conservadoras imediatas, vindas de clubes e federações de futebol. Mas a grande inovação da medida era o fim do chamado “passe”⁶². Para o atleta, ele consistia em uma espécie de aprisionamento, uma vez que era tolhida sua liberdade de disponibilização da própria força de trabalho, deixando-o a mercê das agremiações detentoras de seu “passe”. A mudança na lei significou a mudança na relação entre clube e atletas, já que, “apoiando-se no protecionismo que a legislação pátria lhes conferia, os clubes de futebol faziam do passe verdadeiro capital ativo, fonte principal de renda e subsistência” (GUERRA, 2003). Na prática, todavia, o jogador apenas trocou a sua tutela: saiu o clube entrou a figura do empresário, representante do capital privado que passou a comandar as ações de transferência de atletas de futebol.

A convivência entre tradicional e moderno, tão comum na vida social brasileira, ia ficando cada vez mais complexa. O fim do governo FHC, por exemplo, foi marcado por críticas de todos os setores: à esquerda, pela crueldade do modelo neoliberal; e à direita, pela manutenção de altas taxas de juros e retração econômica. A ascensão de Luís Inácio Lula da Silva se deu com apoios diversos: militantes do Partido dos Trabalhadores, opositores da ditadura, grupos evangélicos e conservadores, além de parte do empresariado brasileiro. O Ministério dos Esportes, sob a batuta de Orlando Silva Júnior, do PCdoB, aproximou-se da já poderosa CBF, nas mãos de Ricardo Teixeira, e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), presidido por Carlos Arthur Nuzman desde 1995. No total, ele ficou à frente da entidade por 22 anos.

⁶² Entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes.

Era comum, inclusive que a sucessão de poder no esporte brasileiro não acontecesse, o que denota o caráter pouco democrático do meio. Além de Nuzman, vários dirigentes se perpetuaram nos seus cargos, só saindo por denúncias de corrupção. Ricardo Teixeira entrou na CBF em 1989 até renunciar em 2012, após sucessivas reeleições. Foi responsável por também manter diversos presidentes de federações de futebol em seus mandatos mediante troca de favores.

No futebol, houve uma tentativa de resistência por parte do movimento que ficou conhecido como Bom Senso Futebol Clube. Jogadores de futebol dos clubes brasileiros se tornaram lideranças políticas e passaram a reivindicar pautas como calendário de competições equilibrado, participação nos conselhos técnicos das entidades que regem o futebol (CBF e federações), período adequado de pré-temporadas etc. A movimentação teve o desprezo da CBF e o discurso dos atletas acabou virando protestos: abraços coletivos e paralisações durante os jogos viraram frequentes. Houve até ameaça de greve. Uma das principais lideranças do Bom Senso, o zagueiro Paulo André Benini, então no Corinthians, chegou a ser negociado pelo clube paulista para o futebol chinês para que o movimento fosse esvaziado. Curiosamente, no ano de 2016, o mesmo que viu florescer a aliança conservadora que derrubou o governo de Dilma Rousseff⁶³, o Bom Senso anunciava o seu fim, esvaziado após três anos de vida.

A aliança entre os cartolas e as articulações políticas acabaram vencendo o movimento. O que se viu na prática, a partir dos governos de Lula e Dilma, foi uma movimentação entre Ministério do Esporte, COB, CBF e governos estaduais para trazer grandes competições esportivas para o Brasil. Era um novo momento de otimismo no Brasil com a implementação de medidas de redistribuição de renda, como o Fome Zero, a ampliação de alcance do Bolsa Família, aumento da oferta de financiamentos estudantis e para obtenção de casas próprias (Minha casa, minha vida).

O movimento começou com a vinda dos Jogos Pan-americanos, em 2007, se expandiu com os Mundiais Militares, em 2010, com ambos sendo feitos no Rio de Janeiro e atingiu seu ápice com a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada, em 2016. Faz parte de uma estratégia utilizada também por outros países: receber as chamadas “competições de segunda ordem” para provar que são capazes de sediar eventos maiores. Chamou a atenção um ponto em comum em todas as candidaturas para receber

⁶³ Dilma Vana Rousseff foi a 36ª Presidente do Brasil, tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento por um processo de impeachment em 2016.

tais competições: a complexidade do chamado “caderno de encargos”, onde eram especificadas as obrigações que, por vezes, eram praticamente inexequíveis a um país subdesenvolvido. Sobre ele, Toledo, Grix, e Bega (2015) assinalaram que:

Dito de outra maneira, para que os Comitês de Candidatura pudessem cumprir integralmente as garantias exigidas no caderno de encargos, era preciso estabelecer uma aliança com seus respectivos governos. Isso significa que a fiança e a participação governamentais, em maior ou menor grau, eram requisitos necessários para que a pretensão de recepcionar o referido evento pudesse ser bem-sucedida (TOLEDO; GRIX; BEGA, 2015, p. 5)

O que se observa é a demanda por garantias do poder público, ou seja, do Estado, para que o capital responsável pelos investimentos não saia sem lucros. O esporte havia entrado de vez na era do capitalismo globalizado. Sobre a Copa do Mundo, a candidatura brasileira foi confirmada em 2006 e confirmada no ano seguinte. Seriam então sete anos de preparação. Receber a Copa no Brasil implicaria em mudanças legislativas com o objetivo de adequar as regras às demandas determinadas pela Fifa. Toledo, Grix, e Bega (2015) citam a principal alteração legislativa:

A Lei Geral da Copa tipificou criminalmente a reprodução, a imitação e a falsificação indevidas, assim como a importação, exportação, venda, distribuição e oferta de quaisquer símbolos associados aos eventos mencionados. Do mesmo modo, tornou crime a associação de produtos e serviços com a entidade, a Copa das Confederações 2013 ou a Copa do Mundo de 2014, para fins publicitários, sem a devida autorização da FIFA. (TOLEDO; GRIX; BEGA, 2015, p. 10)

Outra inovação trazida pela lei foi o Estatuto do Torcedor, que dispõe sobre os direitos e garantias para o consumidor esportivo. Temas como propriedade industrial e à responsabilidade civil foram adequados aos padrões de organização e exploração econômica concebidos pela Fifa. Mas não foi apenas essa mudança. A própria concepção das arenas que seriam usadas para a Copa, bem como os códigos que iriam reger o acesso do torcedor às arenas seriam profundamente modificados.

A esta altura, já é possível estabelecer um parâmetro com a Copa de 1950, especialmente no que diz respeito à concepção das arenas e, especialmente, às formas de comportamento do público dentro dos estádios. São mudanças significativas que teve como agente garantidor o Estado brasileiro, que foi o avalista da Fifa para que a Copa de 2014 pudesse ser realizada no Brasil com sucesso para seus empreendedores, mas que deixou um legado que pode ser considerado discutível para o país.

3.2 – Sai o torcedor, entra o consumidor

Na Copa de 2014, realizada no Brasil, a Fifa teve um faturamento recorde. De acordo com o balanço financeiro da entidade, divulgado em março de 2015, contando o período entre 2011 e 2014, a competição gerou receitas de US\$ 4,8 bilhões (cerca de R\$ 15,6 bilhões), com lucro de US\$ 2,6 bilhões (R\$ 8,4 bilhões) (FIFA, s/d). Para que esse faturamento fosse possível, a instituição recebeu uma série de isenções fiscais previstas em lei sancionada especialmente para isso⁶⁴. O texto da medida dizia que a entidade não precisaria recolher, para a preparação do Mundial, impostos como: o de Importação sobre Produtos Industrializados (IPI); a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre bens e serviços importados; e a Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do servidor Público (PIS-Pasep) sobre a importação⁶⁵.

Como visto por Paula (2017), a isenção de impostos é prejudicial à arrecadação dos cofres públicos. No Rio de Janeiro, por exemplo, a medida contribuiu em larga escala para o agravamento da crise econômica do Estado. Segundo a autora, “Questionam-seas medidas de gestão pública que se concentram mais em regular a competitividade econômica do que em ser um agente de mudança e de fomento da igualdade substancial” (PAULA, 2017, p. 13). A autonomia política que uma nação que recebe a Copa tem para questionar os abusos cometidos por entidades como a Fifa se enfraquece, ainda mais em um país de terceiro mundo. De acordo com Faria (1997), essa pode ser mais uma face perversa do capitalismo global:

À medida que o processo decisório foi sendo transnacionalizado, as decisões políticas tornaram-se crescentemente condicionadas por equilíbrios macroeconômicos que passaram a representar um efetivo princípio normativo responsável pelo estabelecimento de determinados limites às intervenções reguladoras e disciplinadoras dos governos. Sua autonomia decisória, como consequência, tornou-se progressivamente vulnerável a opções feitas em outros lugares, sobre as quais dirigentes, legisladores, magistrados e promotores têm reduzida capacidade de pressão e influência (FARIA, 1997, p.43-44)

Tal cenário faz com que a ideia percebida nos anos 1950, e que perdurou por bastante tempo depois, de que a seleção brasileira era a “pátria de chuteiras” - ou seja,

⁶⁴ Lei número 12.350 de 21/12/2010.

⁶⁵Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/12/fifa-fica-isenta-de-impostos-federais-para-organizacao-da-copa-de-2014>.

um amálgama entre povo e futebol - fosse pouco a pouco se perdendo. As derrotas no campo esportivo foram ficando cada vez mais restritas a este campo, muito embora algumas explicações para fracassos extrapolassem esta esfera. Há um declínio da aceitação de que o futebol seja uma espécie de “emblema” do país. Mais que isso, há uma resignificação da ideia de que o torcedor é capaz de, com seu incentivo, mudar os rumos de uma partida de futebol. A presença do torcedor na arena passa a ser vista como um dos elementos de um esporte convertido em espetáculo. Segundo Bourdieu (1983):

Os esportes ditos populares, ciclismo, futebol, rugby, também e principalmente funcionam como espetáculos (que podem dever uma parte de seu interesse à participação imaginária que a experiência passada de uma prática real autoriza): eles são "populares", mas no sentido que reveste este adjetivo todas as vezes em que é aplicado aos produtos materiais ou culturais da produção de massa, automóveis, móveis ou canções. Em suma, o esporte, que nasceu dos jogos realmente populares, isto é, produzidos pelo povo, retorna ao povo, como a *folk music*, sob a forma de espetáculos produzidos para o povo. O esporte espetáculo apareceria mais claramente como uma mercadoria de massa e a organização de espetáculos esportivos como um ramo entre outros do show business, se o valor coletivamente reconhecido à prática de esportes (principalmente depois que as competições esportivas se tornaram uma das medidas da força relativa das nações, ou seja, uma disputa política) não contribuísse para mascarar o divórcio entre a prática e o consumo e, ao mesmo tempo, as funções do simples consumo passivo (BOURDIEU, 1983, p. 9-10)

Isso não quer dizer que o interesse do torcedor pela Copa do Mundo tenha se diminuído. No entanto, pode ser que esse desejo obedeça agora a outros parâmetros, especialmente se for considerado a ampla midiaticização vivida no capitalismo globalizado. Ela, por exemplo, esteve presente na cobertura de todo o processo de candidatura do Brasil aos chamados megaeventos. Este tema será retomado em breve. O objetivo, por ora, é demonstrar como foi possível o engajamento do torcedor com a Copa no Brasil e a nova forma de relacionamento que ela trouxe.

Antes mesmo da Copa de 2014, é possível observar o fenômeno de afastamento do público dos estádios brasileiros. Entre os principais motivos, questões como a violência nas arenas (e nas cidades), a dificuldade de deslocamento pelas mesmas, a falta de conforto para assistir às partidas, o empobrecimento técnico dos jogos com o êxodo dos principais jogadores para o exterior etc. Há de se destacar

também a facilidade proporcionada pelas transmissões de televisão, com o advento do *pay per view*⁶⁶.

Um desses fatores, entretanto, acaba chamando a atenção: o alto preço dos ingressos nos estádios. Em 2013, um estudo feito pela Pluri Consultoria e veiculada pelo jornal Extra (OLIVEIRA, 2013) revelou que, naquele ano, os ingressos brasileiros eram os mais caros do mundo. O estudo comparou o preço dos bilhetes em 16 países com a renda de suas respectivas populações. No Brasil, comprar um ingresso por semana em 2013 daria um total de R\$ 152 em um mês, valor que corresponderia a 7,4% da renda da população. Na Inglaterra, por exemplo, ir ao estádio com a mesma frequência significaria uma fatia de 5,3% da renda.

No mesmo ano, o Brasil recebeu a Copa das Confederações, torneio que serve como uma espécie de ensaio final para a Copa do Mundo. A venda de ingressos começou no dia 21 de novembro de 2012, através da internet. Os preços variavam entre US\$ 80 e US\$ 220 para estrangeiros e R\$ 76 e R\$ 418 para residentes no Brasil. As vendas, tanto *on-line* quanto físicas, apresentaram problemas. Longas filas, necessidade de intervenção policial para conter brigas.

Em sua versão para a *web*, o jornal O Globo publica no dia 17 de junho de 2013, uma reportagem assinada por Jorge Luiz Rodrigues. Nela, críticas à organização do torneio. Preço alto dos alimentos (ou até mesmo a falta deles) e transporte precário foram as queixas mais frequentes: “Um copo de 450 ml de cerveja custava entre R\$ 9 e R\$ 12 e uma coxinha de galinha ou um cachorro quente, R\$ 8” (RODRIGUES, 2013, *on-line*). Os problemas enfrentados pelos torcedores/clientes violavam o recém-criado Estatuto do Torcedor. Entretanto, os gargalos começaram antes mesmo do início da competição, com as discussões sobre as reformas nos estádios para a Copa do Mundo.

O que se via, até meados dos anos 90 no Brasil era que predominava ainda o modelo de arena construída para grandes públicos, estratégia usada durante o período militar no Brasil. Como visto no capítulo anterior, este tipo de construção acabou produzindo uma sensação de interação maior entre torcedor e jogo, com o fortalecimento das torcidas organizadas e uma nova pedagogia de torcer.

⁶⁶ Nome dado a um sistema no qual os que assistem a televisão podem adquirir uma programação específica, a qual desejem assistir, comprando por exemplo o direito a ver determinados eventos.

Com o avanço das formas de transmissão, a receita com a bilheteria deixou de ser a principal fonte de renda dos clubes. Isso somado a fatores sociais como violência urbana e precariedade nos transportes afastou o torcedor do estádio. As arenas, então, passaram a encolher, como explicita Mascarenhas (2013):

Opulentos contratos de transmissão televisiva e patrocínios de grandes marcas passaram a definir a receita dos clubes. Ao mesmo tempo, e em pleno acordo com os poderosos interesses comerciais, emerge toda a narrativa oficial de suposta preocupação com a violência. Estádios lotados tornaram-se, portanto, muito menos interessantes, não apenas pelo advento das novas fontes de receita, mas, sobretudo, por colocar em risco a própria qualidade do produto que se quer vender: os conflitos entre torcedores e a ameaça que podem representar à própria integridade física dos jogadores, tornados valiosos astros milionários na nova economia do futebol. Este e vários outros fatores contribuíram para a falência do que podemos chamar, grosseiramente, de “grande estádio popular”, em favor de um novo modelo, nitidamente elitizado, num processo que já definimos como uma nova anatomia política dos estádios (MASCARENHAS, 2013, p.153-154)

A modernização dos estádios brasileiros para a Copa do Mundo de 2014 está intrinsecamente ligada a essa nova arquitetura, onde a presença de vários estamentos sociais naquele espaço ficaria menos visível. Era um processo, conforme explicitado pelo autor, de elitização dos espaços destinados ao futebol.

Do ponto de vista da geografia, o estádio é uma área central de uma cidade, que recebe fluxos sazonais de pessoas de acordo com um evento determinado. Quando isso ocorre, o Estado se vê obrigado a fazer intervenções no entorno, como facilitação de transporte e a logística de trânsito nas vias próximas. Para o capital, é um lugar capaz de render lucros vultosos se usados de forma a integrar futebol e entretenimento. Todavia, no viés das questões de pertencimento, aquela territorialidade é lugar de constante atualização e afirmação de identidades coletivas. Sobre esta questão, Mascarenhas (2013) afirma que os usuários: “Nem sempre querem se reduzir a meros consumidores e passivos observadores, mas participar ativamente da festa, inclusive expressando coletivamente suas opiniões e reivindicações” (MASCARENHAS, 2013, p.155).

Figura 24 – Reportagem da versão on-line de O Globo criticando a organização da Copa das Confederações



Foto: André Coelho / Agência O Globo. 17 de jun de 2013

A Fifa, a partir dos seus gestores, contudo, não pensa – e não age – desta maneira com relação aos locais que vão receber seu principal produto. A entidade não permite, por exemplo, que os espectadores assistam jogos em pé. O que, no Brasil, nunca foi uma tradição nas arquibancadas de concreto. Tanto que, para a Copa, uma ampla série de reformas praticamente desfigurou os locais escolhidos para a Copa. Também foram construídas novas arenas já dentro do modelo que foi chamado de “padrão Fifa”⁶⁷. Pereira (2015) enumera algumas das transformações ocorridas:

Nas novas arenas foram instalados assentos dobráveis de material plástico e coberturas. Obras foram realizadas para aproximar o público do campo, a fim de oferecer uma experiência mais intimista ao torcedor e permitir que este acompanhasse as jogadas de mais perto. Também foram construídos fossos entre a arquibancada e o campo, para evitar invasões de torcedores. O gramado foi plantado nesses locais, quando antes eram transplantadas gramas em rolo. Algumas dessas reformas diminuíram a capacidade de público dos estádios (PEREIRA, 2015, p. 9)

O novo padrão gerou descontentamento em alguns torcedores, que viram na padronização uma mera adoção de um estilo de estádio europeu - ascético e frio – numa tentativa da Fifa de obrigar os torcedores brasileiros a se comportarem do mesmo modo que os do chamado “mundo civilizado”. O argumento é o de que os novos espaços são multifuncionais, podendo abrigar outras atrações que não somente um jogo de futebol: shows, cerimônias religiosas, ou mesmo ser adotados como *campi* para universidades

⁶⁷ Bordão criado para se referir a uma série de exigências feitas pela Fifa para a construção dos estádios para a Copa de 2014. A expressão, posteriormente, se popularizou como sinônimo de qualidade, passando a ser usada durante os protestos de 2013 para criticar a situação de escolas e hospitais, por exemplo.

particulares, podendo receber praças de alimentação com restaurantes e cinemas, num modo de uso semelhante a um shopping center. Segundo Mascarenhas (2013), a recepção a este tipo de novidade trazida pelo capitalismo neoliberal não se dá somente desta maneira. E que as transformações sobre a paisagem urbana através dos novos estádios modificam significativamente as relações com os mesmos. Trata-se de um modelo “Que se impôs como paradigma mundial de conforto, segurança, previsibilidade, controle e, acima de tudo – embora veladamente –, rentabilidade e elitização” (MASCARENHAS, 2013, p. 143). Pereira (2015) observa que:

A reforma dos estádios e construção de arenas, acarretou certa segregação e homogeneização desses espaços, modificando a lógica de torcer do brasileiro, o que possibilita refletir através de analogia com os condomínios de luxo e os shoppings centers construídos nas grandes cidades. Estes visam atender demanda semelhante ao que se observou nas arenas da FIFA para a Copa do Mundo, o espetáculo do entretenimento e a diversão sem violência, através de um estilo de torcer padronizado, com o comportamento de pessoas obedecendo a regras e o constante estímulo ao consumo, principalmente dentro daquele espaço delimitado e preparado para atender a toda a necessidade de seu público, o torcedor da Copa do Mundo. Ali era possível encontrar lanchonetes e lojas de produtos oficiais do Mundial (PEREIRA, 2015, p.10)

Assim como ocorreu na Copa de 1950, havia a intenção de se construir um novo modo de torcer. O futebol não mais seria feito para a fruição de todos. Um novo perfil de torcedor emerge como ideal por parte de quem organiza o mundial. Giulianotti (2002) define este novo “tipo ideal” como um pós-torcedor: com mais dinheiro, menos identificação e paixão pelo clube, limitado a mero consumidor do espetáculo.

Sendo assim, também surgem novas estratégias para “ensinar” o torcedor nos novos estádios “padrão Fifa”. A entidade, inclusive, lançou, em 2014, “Código de Conduta no Estádio”, cujo objetivo era o de mostrar como o torcedor deveria se portar durante os jogos. O documento foi disponibilizado na internet e tinha como item mais polêmico a questão que envolvia os objetos que poderiam ou não entrar nos estádios, como instrumentos de bateria, por exemplo. Também preconizava que, a partir do momento que o torcedor adquiria o ingresso, implicitamente concordava com as regras que lhe seriam impostas a partir daquele momento.

Parte da mídia também se mostrou crítica em relação ao novo formato de arena. Helal, do Cabo e Silva (2014) trouxeram um exemplo do debate que ocorreu na

Copa das Confederações, em 2013, pela ocasião da reabertura do Maracanã, num amistoso entre Brasil e Inglaterra.

Juca Kfour, José Trajano e Lúcio de Castro, da rede de canal fechado ESPN, condenaram veementemente a “pasteurização” do estádio e da forma de se torcer dentro dele. (...) Em contrapartida, profissionais da Rede Globo e do Sportv, como Galvão Bueno, Ronaldo Fenômeno, e Lédio Carmona, argumentaram em favor dos supostos benefícios oriundos do conforto e da beleza arquitetônica do padrão Fifa para os remodelados estádios” (HELAL; DO CABO; SILVA, 2014, p. 288)

Não foi somente em relação ao comportamento nos estádios que a Fifa lançou uma cartilha. Houve outro documento que versava sobre a maneira de como lidar com o brasileiro de forma geral. A reportagem do *Fifaweekly*, boletim semanal da instituição tinha o título de “Brasil para principiantes”, e enfatizava características culturais do Brasil, tais como a falta de pontualidade, de educação no trânsito e o hábito de “furar” filas. Mas os itens mais polêmicos eram sobre o contato físico, onde o texto dizia que os brasileiros têm o hábito de tocar o corpo do outro durante uma conversa, por exemplo, e que “Numa boate, isso pode facilmente se transformar num beijo, mas isso não deve ser mal interpretado. Um beijo no Brasil é uma forma de comunicação não-verbal e não um convite para algo mais” (O GLOBO, 2014, on-line). A cartilha rendeu polêmica a ponto de a Fifa retirar o boletim do ar.

As ações da Fifa, conjuntamente com o governo brasileiro, geraram uma série de manifestações, ainda em 2013, no período da Copa das Confederações, contrárias à Copa do Mundo e denunciando os abusos da Fifa e os investimentos estratosféricos em estádios, em vez de hospitais e escolas. Boa parte delas reprimidas com força pela ação do Estado. No total, a série de manifestações populares realizadas nas seis cidades-sede da Copa das Confederações durante o torneio reuniram 864 mil pessoas. O número foi divulgado pela Sesge (Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos). O protesto no Rio foi o que reuniu mais pessoas: 300 mil. A manifestação de Belo Horizonte vem em segundo lugar, com 60 mil ativistas, seguida do ato de Salvador (20 mil) e Brasília (2.500). Antes do torneio, a Secretaria, que era ligada ao governo federal, gastou cerca de R\$ 50 milhões com balas de borracha, gás lacrimogêneo, e bombas de efeito moral. Este valor ainda sofreu um acréscimo de R\$ 8 milhões a título de complemento durante a competição (PROTESTOS, 2013, on-line).

outras atitudes da entidade máxima do futebol são exemplos de uma ação tomada por uma instituição que, desde a sua criação, viu seu alcance político aumentar significativamente, suplantando em vários casos, a soberania de nações com fronteiras delimitadas e poderes estabelecidos.

Este tipo de movimento denota o aparecimento de um novo tipo de Estado no capitalismo moderno. Surge um estado onde se exacerba e ganha novo sentido e eficácia a questão que envolve a autonomia relativa do Estado. Segundo Vainer (2011), “a autonomia relativa do estado, atributo histórica e teoricamente inseparável do Estado burguês, ganha no estado de exceção novas e mais amplas dimensões” (VAINER, 2011, p.8).

Giorgio Agamben (2004) sinalizava, lembrando a análise de Walter Benjamin (1982-1940), que, o que era tido como exceção, virava regra. O estado de exceção “apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p.12) e como uma “terra de ninguém, entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida” (Ibid., p. 12). Essa situação, segundo o autor, é uma característica da contemporaneidade:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos [...] O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p.13)

A relação íntima entre a Fifa e as autoridades públicas no Brasil podem ter sido importantes no âmbito de um organismo internacional poder implantar um estado de exceção durante o período de realização de seu principal evento, ou produto. Com um verniz democrático, uma vez que houve modificações legais, as ações da Fifa em parceria com o Estado brasileiro penderam para o totalitarismo, prevalecendo a soberania do capital e de uma entidade autônoma.

Na época da candidatura brasileira, em 2007, o governo entregou um documento contendo 11 garantias de 12 possíveis que ele se comprometeria a cumprir para receber a Copa. A Lei Geral da Copa (LGC) (BRASIL, 2012) estabeleceria, em

2012, uma série de benefícios a dirigentes da Fifa, tais como a concessão de vistos de entrada e permanência sem restrição aos funcionários, parceiros e clientes da Fifa e outros indicados pela entidade; assegurava indenização à entidade e seus representantes, empregados e consultores, bem como defendê-los e colocá-los a salvo de todos os custos com processos, reivindicações e custos afins (inclusive honorários advocatícios), que possam ser incorridos ou sofridos ou ameaçados por outros contra a Fifa; assegurava a proteção à Fifa e seus patrocinadores de exploração de direitos comerciais exclusivos de suas marcas, com estabelecimento de áreas de restrição e de acesso, sem concorrência; e, por fim, o governo brasileiro também assumiria “os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos Eventos” (BRASIL, 2012)

As reações à LGC não demoraram a vir. O Ministério Público alegou que alguns dos dispositivos eram inconstitucionais e pediu a revogação dos itens considerados proibidos: a responsabilização civil do governo em caso de danos ocorridos na Copa das Confederações e na Copa do Mundo, a isenção de pagamento pela Fifa de custas de processos e despesas judiciais e o pagamento de benefícios aos jogadores que participaram dos três primeiros Mundiais conquistados pela seleção brasileira. A notícia não repercutiu bem nos bastidores da Fifa. Mas a entidade tentou manter um tom ameno através de uma nota oficial, que dizia: “A constitucionalidade da Lei Geral da Copa foi cuidadosamente estudada tanto pelo governo federal quanto pelo Congresso antes de ser adotada, em 2012. Tal como essas entidades, a Fifa e o Comitê Organizador Local acreditam que a Lei Geral da Copa é constitucional” (FIFA, 2013 apud CHADE, 2013, on-line). De acordo com Chade (2013), a Fifa associou a reação do Ministério Público às manifestações ocorridas ainda no momento da Copa das Confederações.

Para alguns dos cartolas, o questionamento da lei é consequência, em parte, das manifestações populares. O problema é que, sem a Lei Geral da Copa, o Mundial dificilmente pode ocorrer, pelo menos não da forma que existe hoje. Isso porque, para atrair patrocinadores, a entidade garante a eles benefícios exclusivos na exposição de suas marcas, na isenção de impostos e na proteção de seus interesses.

Por sua vez, para aplicar essas garantias, a Fifa precisa que o país-sede aceite todas as suas condições. Oficialmente, a Fifa se recusa a falar em um cancelamento do Mundial. Isso porque o volume de contratos entre o Brasil, os patrocinadores e a entidade já supera a marca de mil e um rompimento a apenas 11 meses da Copa poderia custar mais de R\$ 10 bilhões.

Ao mesmo tempo, sem garantias legais, a Fifa teme que poderá acabar com prejuízos que poderiam colocar as suas finanças em risco. Hoje, a entidade depende dos lucros da Copa para se manter durante os quatro anos até o próximo Mundial.(CHADE, 2013, on-line)

A ideia de ter autonomia nas decisões políticas do país-sede da Copa do Mundo é importante para que a Fifa garanta seu retorno financeiro. Após o Mundial realizado na Alemanha, em 2006, observou-se uma mudança de estratégia da instituição para a escolha dos próximos países-sedes. Países com uma sociedade civil pouco organizada e governos maleáveis às suas exigências passaram a ter preferência. De Paula (2015) apresentou uma comparação entre o lucro da Copa de 2006 com o que foi obtido no Brasil.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU) somente a FIFA teve isenção em cerca de R\$ 558 milhões (US\$ 291 mi) em impostos federais de 2010 a 2014. Isso explica também o recorde em arrecadação com a Copa no Brasil. Não aconteceu dessa forma na Alemanha, por exemplo, que conseguiu arrecadar 101 mil € do Comitê Organizador, taxou em 21% os bônus de jogadores e técnicos e os ingressos em 10% (DE PAULA, 2015, p. 8)

Após a taxação de seus lucros em 2006, a Fifa escolheu África do Sul (2010), Brasil (2014), Rússia (2018), e Catar (2022) como sedes. Países ora com sociedades civis ditas gelatinosas ora com governos pouco democráticos. No país africano, Bond e Cottle (2011) relataram que “o governo sul-africano foi compelido a agir como fiador da acumulação de capital para satisfazer a ganância financeira da Fifa e de suas parceiras comerciais” (BOND; COTTLE, 2011, p. 10). Essa intenção foi sinalizada pelo então secretário geral da entidade, Jerome Valcke⁶⁸, em críticas ao governo brasileiro:

Menos democracia às vezes é melhor para se organizar uma Copa do Mundo. Quando você tem um chefe de estado forte, que pode decidir, assim como Putin poderá ser em 2018, é mais fácil para nós organizadores do que um país como a Alemanha, onde você precisa negociar em diferentes níveis [...] A principal dificuldade que temos é quando entramos em um país onde a estrutura política é dividida, como no Brasil, em três níveis: federal, estadual e municipal. São pessoas diferentes, movimentos diferentes, interesses diferentes e é difícil organizar uma Copa nessas condições (UOL, 2013, on-line)

⁶⁸ Foi secretário-geral da Fifa entre 2007 e 2015, quando foi afastado devido a denúncias de recebimento de suborno para a escolha do Catar como sede da Copa em 2022.

Além das isenções fiscais e da criação de um regime especial de contratações de serviços sem a necessidade de licitações, por exemplo, foi a permissão dada para criar restrições ao direito de ir e vir do cidadão. Segundo Brito (2015), as prefeituras das cidades-sede assinaram, juntamente com a Fifa e o Comitê Organizador da Copa (COL), um acordo que, em princípio, deveria ter sido confidencial. Mas o Ministério Público Federal (MPF) derrubou a cláusula. O texto dizia que “A cidade-sede deverá, sob pedido da Fifa e/ou do COL, a qualquer momento durante o período da competição, fechar o acesso público a qualquer via dentro da cidade-sede” (BRITO, 2015, p. 33). A lei de licitações também foi contornada para que a Fifa pudesse atuar. No caso de São Paulo, por exemplo, Brito (2015) lembra que houve uma manobra para que fornecedores de materiais e de serviços prestados ao COL fossem os mesmos recomendados pela entidade. De acordo com a autora, “A lei de licitações prevê justamente o contrário: veta qualquer tipo de preferência em contratações públicas, sob pena de violar o princípio da isonomia (Constituição Federal/1988)” (BRITO, 2015, p. 35).

É interessante lembrar que, ainda analisando a questão que envolve as isenções fiscais, o Supremo Tribunal Federal (STF) não julgou procedente a ação que questionava o benefício que seria dado à Fifa e a demais parceiros. O ministro Luiz Fux chegou a afirmar em seu voto que “Nem todos são iguais perante a Lei, na medida em que estejam criadas as condições jurídicas para isso” (REBELLO, 2014, on-line), acompanhando o voto do relator do processo, Ricardo Lewandowski, que comentou: “O tratamento jurídico diferente a indivíduos ou grupos nem sempre é inconstitucional” (Ibid.). A ação foi proposta pelo então procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O único ministro que deu parecer positivo à ação foi Joaquim Barbosa, dando o argumento de que a Copa era um evento de natureza privada:

Com potencial de renda para entes privados extraordinário, na casa dos milhões de dólares, bilhões até se considerarmos os direitos de transmissão de rádio e TV internacionais, licenciamento de produtos e outras coisas, tudo em benefício da Fifa. Neste contexto, faz sentido uma isenção fiscal tão ampla? (Ibid.)

Também foram criados dispositivos legais para “garantir a lei e a ordem”. O Ministério da Defesa, através de portaria, colocou às Forças Armadas à disposição desta finalidade⁶⁹. O então ministro, Jamil Megid Júnior, afirmou que as tropas só iriam entrar em ação com ordem presidencial e nos casos em que as forças convencionais

⁶⁹ A portaria regulamentou o Decreto 3.897, de 24 de agosto de 2001.

esgotassem seus meios ou eles sejam considerados insuficientes. O general reiterou que todas as esferas do Estado estavam envolvidas nesta ação: “A sequência, resumindo, é essa. Ministério da Justiça, da Defesa, Gabinete de Segurança Institucional e Casa Civil assessoram nessa avaliação e, a presidente autorizando, prosseguimos dentro do planejamento” (GLOBOESPORTE, 2014a, on-line).

No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a ação do Estado na segurança pública se deu com forte aparato militar, especialmente através das Unidades de Polícia Pacificadora⁷⁰ (UPPs). De acordo com Campagnani, Cosentino, e Marinho (2014), “as UPPs visam normatizar a conduta dos moradores de favela – com amparo governamental – que impõem disciplina e controle da população através do uso excessivo da força e legislação diferenciada” (CAMPAGNANI; COSENTINO; MARINHO, 2014, p.30). Os relatos de abuso de autoridade eram frequentes por parte de moradores das comunidades “atendidas” pelas UPPs.

Em vez de contribuir para o aumento da segurança, a presença das UPPs teve como efeito a especulação imobiliária, que acabou elevando o preço dos imóveis nas áreas consideradas de risco. Um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2011 revelou que os aluguéis nas comunidades pobres do Rio de Janeiro subiram 6,8% mais que em outras áreas da cidade desde que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) começaram a ser implementadas (BBC, 2011).

O uso dos dispositivos legais de violência é uma das atribuições do Estado Moderno. O poder de polícia pode ser usado para valer a autoridade máxima em momentos específicos. Contudo, na ordem capitalista, tal característica é levada para o lado de que o poder público também pode servir como agente garantidor da circulação de mercadorias. Uma passagem relevante sobre este ponto é dada por Michel Foucault (2008), para quem a polícia exerce a função de zelar pelo tráfego de produtos e serviços:

O espaço da circulação é portanto um objeto privilegiado para a polícia. Por "circulação", porém, deve-se entender não apenas essa rede material que possibilita a circulação das mercadorias e eventualmente dos homens, mas a própria circulação, isto é, o conjunto dos regulamentos, impositões, limites ou, ao contrário, facilidades e incentivos que vão possibilitar a circulação dos homens e das coisas no reino e, eventualmente, fora das fronteiras. Onde os regulamentos tipicamente de polícia, uns que vão reprimir a vagabundagem, outros que vão facilitar a circulação das mercadorias nesta ou naquela

⁷⁰Projeto da Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro que pretendia instituir polícias comunitárias em favelas, como forma de desarticular quadrilhas de traficantes de drogas que, antes, controlavam estes territórios como verdadeiros estados paralelos.

direção, e outros que vão impedir que os operários qualificados possam sair do lugar onde trabalham (FOUCAULT, 2008, p. 437)

Pode-se, portanto, interpretar a Copa do Mundo como uma mercadoria que necessita de tráfego livre nos seus desdobramentos para os agentes que vão garantir a realização do evento mas, principalmente, para as ações dos parceiros da Fifa em âmbito comercial. Ao Estado, caberá a garantia dessa ordem bem como a repressão a qualquer entrave, vindo dos mais diversos grupos sociais. Portanto, todo tipo de manifestação contrária à Fifa e a seus parceiros, promovida pelo o que Foucault classificou como “vagabundagem”, foi reprimida pelo poder público, como visto anteriormente neste estudo.

Um exemplo deste espírito foi visto nas chamadas *fan fests*⁷¹, tidas como zonas de exclusividade comercial. O espaço público, neste caso, é delimitado fisicamente, bem como a circulação de pessoas também é. Brito (2015) dá como exemplo a que foi montada no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. E conta como foi a intervenção no local em um dia de jogo que começaria às 16h, no horário de Brasília:

Os diversos acessos ao Vale, entre escadarias e passagens laterais, foram fechados por placas de metal e fileiras de policiais militares, que impediam a passagem e a necessidade de “dar a volta” para entrar por um dos dois acessos estabelecidos [...] O fluxo de milhares de pessoas que iam e vinham de um lado a outro sem conseguir entrar na área cercada aumentava, à medida que se aproximava o horário do jogo [...] Aos poucos as pessoas entendiam que já não poderiam entrar, pois o acesso ahvia sido fechado. Através das frestas na placas de metal era possível observar que a fan fest não estava lotada: havia grandes espaços vazios. Pessoas com quem conversamos afirmavam ter chegado às 13h e encontrado os acessos já fechados. Muitas delas manifestavam indignação e o ambiente mais tenso, como se um conflito pudesse irromper a qualquer momento (BRITO, 2015, p. 85)

Outro ponto central nas fan fests dizia respeito à situação dos ambulantes. No caso de São Paulo, houve um acordo entre a prefeitura, o Fórum de Trabalhadores Ambulantes da cidade e as empresas organizadoras do espaço. Duzentos ambulantes foram cadastrados e puderam trabalhar no local. Tiverm que aguardar os caminhões chegarem com a mercadoria, descarregar e, na hora da venda, estavam aurtorizados a cobrar os seguintes valores: R\$ 3 pela água; R\$ 4 pelo refrigerante e R\$ 5 pela cerveja,

⁷¹ Local de visualização pública organizados pela FIFA e pelas Cidades-sede durante a Copa do Mundo. Acontecem em locais emblemáticos das cidades-sede e apresentam transmissões de partidas de futebol em telas gigantes, concertos ao vivo, festas, comida, bebidas e outras atividades e entretenimento.

recebendo comissões de R\$ 0,90, R\$ 1,20, e R\$ 1,50, respectivamente (BRITO, 2015). Sem qualquer tipo de direito ou proteção trabalhista, tiveram que arcar com os custos de transporte e alimentação. Fora da zona de exclusividade comercial, camelôs não cadastrados vendiam os mesmos produtos a preços mais baratos. Nas cercanias dos estádios, houve até um perímetro de exclusão. Territórios onde sequer os ambulantes poderiam trabalhar.

O mesmo acontecia com os manifestantes que protestavam contra os abusos e excessos da Fifa e seus parceiros. Eles também não podiam passar do limite estabelecido pelas forças de segurança nas cercanias dos estádios. O auge foi ainda antes da Copa do Mundo, em 2013, com a chamada Jornadas de junho⁷². Um exemplo da preocupação com as manifestações se deu em Belo Horizonte. O Tribunal de Justiça da capital mineira proibiu manifestações, temendo que os protestos fechassem as vias próximas ao Estádio do Mineirão. Segundo De Paula (2015), desde maio de 2013 até o final da Copa, em 2014, 414 advogados e procuradores trabalharam em regime de plantão para monitorar e comunicar notícias ou mesmo indícios de paralisações.

Toda a repressão imposta pelo poder público acabava se conformando numa nova ordenação urbana. Quando não estão agindo na formalidade da repressão estatal, os aparatos formais acabam abdicando de suas funções para atender à demanda de entes privados. As funções públicas são transferidas para a garantia de ação de organismos sob os quais não recai qualquer tipo de fiscalização. Segundo Vainer (2011), a associação entre o capital privado e o governo brasileiro produziu um estado não orientado para o bem social: “O governo eleito governa, o legislativo municipal legisla... Mas a forma como governam e legislam produz e reproduz situações e práticas de exceção, em que poderes são transferidos a grupos de interesse empresarial” (VAINER, 2011, p.11). Foi contra essa orientação que grupos sociais se articularam para irem às ruas e protestarem, reivindicando melhores condições de saúde e educação. As manifestações podem ter contribuído de forma relevante para o processo que culminou com a derrocada do governo Dilma Rouseff.

⁷² Os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente nas principais capitais, mas que ganharam proporções maiores, agregando outras pautas reivindicatórias.

3.4 - 7 A 1: o jogo que virou categoria

No dia 8 de junho de 2014, Brasil e Alemanha entraram em campo invictas no Mineirão na disputa de uma vaga na final da Copa. Mesmo assim, as expectativas em relação à seleção haviam caído graças à ausência do principal jogador da equipe, Neymar, que se lesionou nas quartas de final (O GLOBO, 2014b, on-line), após uma entrada do colombiano Zuñiga⁷³. Nos dias que antecederam o jogo, a mídia acabou voltando as atenções para a lesão. Entretanto, Costa (2016) lembra que as atuações da equipe não vinham merecendo elogios:

o que reforçou a desconfiança de que a seleção talvez não conseguisse sair vitoriosa do jogo contra a Alemanha [...] Nesse contexto, a derrota era algo que se fazia possível no horizonte de expectativas de torcedores e de parte da imprensa esportiva. Não apenas possível como até mesmo desculpável, aspecto incomparável com 1950, quando a vitória era tida como certa (COSTA, 2016, p. 139)

Ainda assim, sem que houvesse um favoritismo exacerbado da seleção brasileira, a derrota acabou surpreendendo pelo tamanho dela. O episódio ficou conhecido como *Mineirätzen*, termo criado numa comparação ao Maracanazzo. A mídia repercutiu a derrota em tons de catástrofe. A Folha de São Paulo, que tinha um caderno especial dedicado ao evento, estampou na capa: “Se em 1950 o 2 a 1 para o Uruguai teve contornos trágicos, a eliminação de 2014 foi marcada pela humilhação. A seleção conheceu a maior derrota de sua trajetória centenária e o pior revés de um anfitrião de Mundiais” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014, capa). Em O Globo, análise semelhante: “Esta seleção fez história - A pior derrota em 100 anos da equipe - O pior revés de um anfitrião de Mundial - A maior goleada em uma semifinal - A pior derrota de uma seleção campeã - O maior vexame do futebol brasileiro –Os jogadores de 1950 estão redimidos”. (O GLOBO, 2014, on-line). Alguns jogadores foram considerados “culpados” pelo vexame, mas o peso caiu mesmo sobre os ombros do técnico Luís Felipe Scolari.

Felipão assumiu a responsabilidade pela tragédia, disse que as escolhas foram suas, mas em momento algum admitiu que se equivocou ao optar pela entrada de Bernard no lugar de Neymar. [...] O técnico brasileiro falou, falou e não convenceu ninguém. Sua justificativa deixou presentes à coletiva de queixo caído.

⁷³ Juan Camilo Zúñiga Mosquera. Jogou em clubes como Milan e Napoli (Itália).

- Vocês da imprensa estavam todos lá e iam passar o que treinamos para os alemães. Queria confundir o técnico deles, mas o Bernard já sabia que iria jogar.

[...] Felipão conseguiu confundir seu próprio time. Os jogadores não se encontraram em momento algum da partida, e o Brasil acabou levando um passeio como jamais levava em sua história. [...] Apesar do passeio que a seleção levou, principalmente na parte tática, Felipão não vê o futebol brasileiro e seus treinadores defasados em relação às grandes forças do futebol na atualidade. Para o técnico brasileiro, o que houve no Mineirão foi uma fatalidade” (O GLOBO, 2014, p. 5).

Não que os jogadores daquela seleção não tivessem sido culpados. Mas desta vez, ao contrário do que ocorre em 1950, todos os que entraram em campo foram responsabilizados. O mesmo jornal trocou a atribuição de notas para os jogadores – comuns após os jogos – por tons mais pesados de crítica. Todos receberam nota zero e ganharam adjetivos:

Júlio César – Soterrado; Maicon – Atropelado; Dante – Perdido; David Luiz – Atarantado; Marcelo – Enrolado; Luiz Gustavo – Derrubado; Fernandinho – Desgovernado; Paulinho – Superado; Oscar – Fraco; Hulk – Atabalhoado; Ramires – Irrelevante; Bernard – Equivocado; Fred – Trágico; Willian – Insípido; Felipão – Vencido” (O GLOBO, 2014, p. 6)

Se, na Copa de 1950, a derrota serviria para reafirmar o espírito e o comportamento do torcedor, e de reconhecimento ao adversário, o significado social que passou a ser construído depois da derrota para a Alemanha foi o de questionar a relevância do futebol como elemento integrador. Para a Folha de São Paulo, por exemplo, a expressão “pátria de chuteiras” já estava desgastada, como o periódico expôs em seu editorial:

Um país mais diversificado, plural e rico foi deixando de ver, nos campos de futebol, sua única fonte de compensação diante dos muitos insucessos do seu projeto econômico e social. [...] Injustificado, talvez, tenha se provado o hábito de depositarmos tanto de nossa identidade nacional num único esporte, num único campo, num único jogo – que sempre é o de hoje. (...) A paixão futebolística sobreviverá, é claro, ao pesadelo de ontem. Mas o massacre, no que teve de brutal e inesquecível, não maculou apenas a mística da camisa verde-amarela; talvez venha a significar também o encerramento de uma época em que país e estádio, povo e torcida, governantes e técnicos, nação e seleção tendem a ser vistos como a mesma coisa. [...] Talvez se possa dizer, a partir de agora, que o Brasil é maior que seu futebol – e que tem desafios mais importantes, e maiores, a vencer. (FOLHA DE SÃO PAULO, 09/07/14, p. A2).

Um outro dado interessante diz respeito, novamente, ao comportamento do torcedor. Em 1950, houve disciplina do público, especialmente em relação ao time uruguaio, ganhador do torneio.

O costume dos brasileiros de invadir estádios e gramados, por exemplo, preocupava muito os dirigentes, que instruíam a torcida para que tais canas não se repetissem. Após o jogo com o Uruguai e ante o vazio da derrota, a imprensa brasileira abre espaço para registrar os elogios vindos de fora. Havia um único consolo para a derrota: o comportamento do brasileiro. Nada mais revelador do que as palavras atribuídas ao goleiro Máspoli, que, temeroso de que o Brasil usasse todos os recursos para ganhar a Copa, se surpreendera com o perfeito comportamento do público (MOURA, 1998, p.130)

Em 2014, o comportamento diante do fracasso foi diferente. Em primeiro lugar, o Código de Conduta da Fifa proibia a entrada de pessoas sem credencial no campo de jogo durante a partida (FIFA, 2013). Para garantir que não houvesse invasões, seguranças particulares, chamados de *stewards*, foram contratados para evitar que os torcedores extrapolassem os limites. Não que não fosse possível furar o bloqueio. Na final da Copa, o russo Vitaly Zdorovetskiy invadiu o gramado do Maracanã (GLOBOESPORTE, 2014b) e foi contido pelos seguranças. Mesmo assim, conseguiu dar um beijo no zagueiro alemão Howedes.

Entretanto, outro fatores podem ser apontados como importantes para que não temesse uma invasão de campo no 7 x 1. As críticas feitas nos jornais após o resultado do jogo refletiam, de certa forma, o descrédito do público com a seleção, e apontavam para que aquela equipe não fossem mais tomadas como símbolo da nação.

A ideia de uma “pátria em chuteiras”, na célebre formulação de Néelson Rodrigues, terá provavelmente sofrido um subterrâneo desgaste ao longo dos anos. Um país mais diversificado, plural, e rico foi deixando de ver, nos campos de futebol, sua única fonte de compensação diante dos muitos insucessos do seu projeto econômico e social [...] O massacre, no que teve de brutal e inesquecível, não maculou apenas a mística da camisa verde-amarela; talvez venha a significar também o encerramento de uma época em que país e estádio, povo e torcida, governantes e técnicos, nação e seleção tendem a ser vistos como a mesma coisa [...] Talvez se possa dizer, a partir de agora, que o Brasil é maior que seu futebol – e que tem desafios mais importantes e maiores a vencer (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014, p. A2)

O sentimento de que a derrota teria tido um efeito benéfico – o de mostrar que o futebol não era tão importante – também foi visto após a derrota para os uruguaios em 1950. Araújo Neto publicou da seguinte maneira na Tribuna da Imprensa, em tom de crítica:

Ainda somos crianças em esporte. Ainda não temos uma camisa a defender e honrar. Queremos embrulhar-nos numa bandeira, pretendemos ser guerreiros e não podemos ser desportistas. Quando dissiparmos essas dúvidas, quando envelhecermos melhor, quando o futebol for esporte e não escola e máquina de políticos – teremos muitas copas e lendas a fazer (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1950, p. 14).

Voltando a 2014, palavras como “vexame” e “humilhação” eram frequentemente usadas para se referir à derrota. Costa (2016) enumera que tais reações “são sentimentos típicos de sociedades regidas por códigos hierárquicos em que é importante a demarcação das posições ocupadas pelas identidades sociais” (COSTA, 2016, p. 140). É um conceito que se encaixa na expressão cunhada por DaMatta (1979), que diz “Sabe com quem está falando?”. Rito que, segundo o autor, “implica sempre uma separação radical e autoritária de duas posições sociais real ou teoricamente diferenciadas” (DaMATTA, 1979, p. 181). No futebol, perder uma Copa significa estar atrás numa hierarquia estabelecida dentro de um campo, e possui um significado simbólico muito forte:

O código da honra e da vergonha é um dispositivo fundamental para determinar, reconhecer e manipular certas identidades sociais. Com ele se estabelece a hierarquização de posições, bem como a qualificação, necessárias para alcançá-las. Mas o que isso tem a ver com Copas do Mundo e derrotas em jogos de futebol? [...]. Os campeonatos mundiais são acontecimentos tão importantes quanto as Olimpíadas. Têm projeção internacional fortíssima. E, para os brasileiros, significam a mesma coisa que para os romanos o circo ou para os bizantinos o hipódromo. Ora, as Copas do Mundo reúnem todos os que se classificam como pares para uma disputa cuja finalidade é atualizar uma hierarquia estabelecida nos termos do futebol e através dele (VOGEL, 1982, p. 94)

A derrota no campo esportivo acabou extrapolando para o campo social. É preciso lembrar que, ao contrário de 1950, quando a derrota foi transmitida apenas pelo rádio, e contada pelos jornais no dia seguinte, o Mineiraten⁷⁴ foi visto por bilhões de telespectadores e internautas em tempo real, o que provocou reações mais rápidas do que 64 anos antes. O que só foi possível graças à internet, que permite uma outra relação com o tempo de consumo das notícias. Tubella (2005) expõe que um dos mais importantes fatores para o desenvolvimento da identidade coletiva é, e tem sido, a comunicação: “As novas formas de interação social favorecidas pela Internet obrigam-nos a reconsiderar o significado dos conceitos de comunidade e identidade” (TUBELLA, 2005, p. 280). A autora também chama a atenção para o fato de que tanto “o sentido de si próprio, quer o sentido de pertença, são moldados pelos valores, crenças

⁷⁴Mineirazo ou Mineiraten: termo cunhado para se referir à derrota de 7 x 1 do Brasil para a Alemanha na Copa de 2014.

e padrões de comportamento tradicionalmente transmitidos, mas são também fortemente influenciados pelos materiais simbólicos transmitidos pelos media” (TUBELLA, 2005, p.280).

É importante o conceito da autora de que, enquanto a televisão teria um importante papel na construção de uma identidade coletiva, a internet exerceria uma atuação importante na construção de uma identidade individual, onde se destaca o processo de “redizer”:

A narrativa da identidade pessoal, individual e coletiva, é continuamente modificada no processo de redizer. A questão fundamental aqui é a de saber quem diz, especialmente no caso das coletividades. Se pensarmos que os media são, em parte, os que dizem, entenderemos a importância que assumem no processo da formação do *self* (TUBELLA, 2005, p. 282)

Nesse sentido, a internet quebra a ideia de comunidades baseadas no pertencimento e na territorialidade. A web é um espaço de conexão e de cooperação. Uma das principais manifestações disso são as redes sociais, definidas como “um conjunto de dois elementos: atores e suas conexões” (BARBOZA, 2016, p. 5). Neste caso, variados foram os atores envolvidos na disseminação rápida de conteúdo sobre a derrota brasileira para a Alemanha. “Perplexidade, a indignação, o desespero, e até mesmo o humor, o sarcasmo e a ironia, potencializaram vários conteúdos que ao se transformarem em “virais” – fenômeno em que uma publicação faz sucesso instantâneo” (BARBOZA, 2016, p. 5).

Figura 26 – Alguns dos memes que circularam após o 7 x 1 contra a Alemanha





Fonte: internet.

A internet também proporcionou o aparecimento da expressão “Todo dia um 7 x 1 diferente” que, imediatamente, foi transformada em meme⁷⁵:

Figura 27 – Memes explorando a expressão “Todo dia é um 7 x 1 diferente”



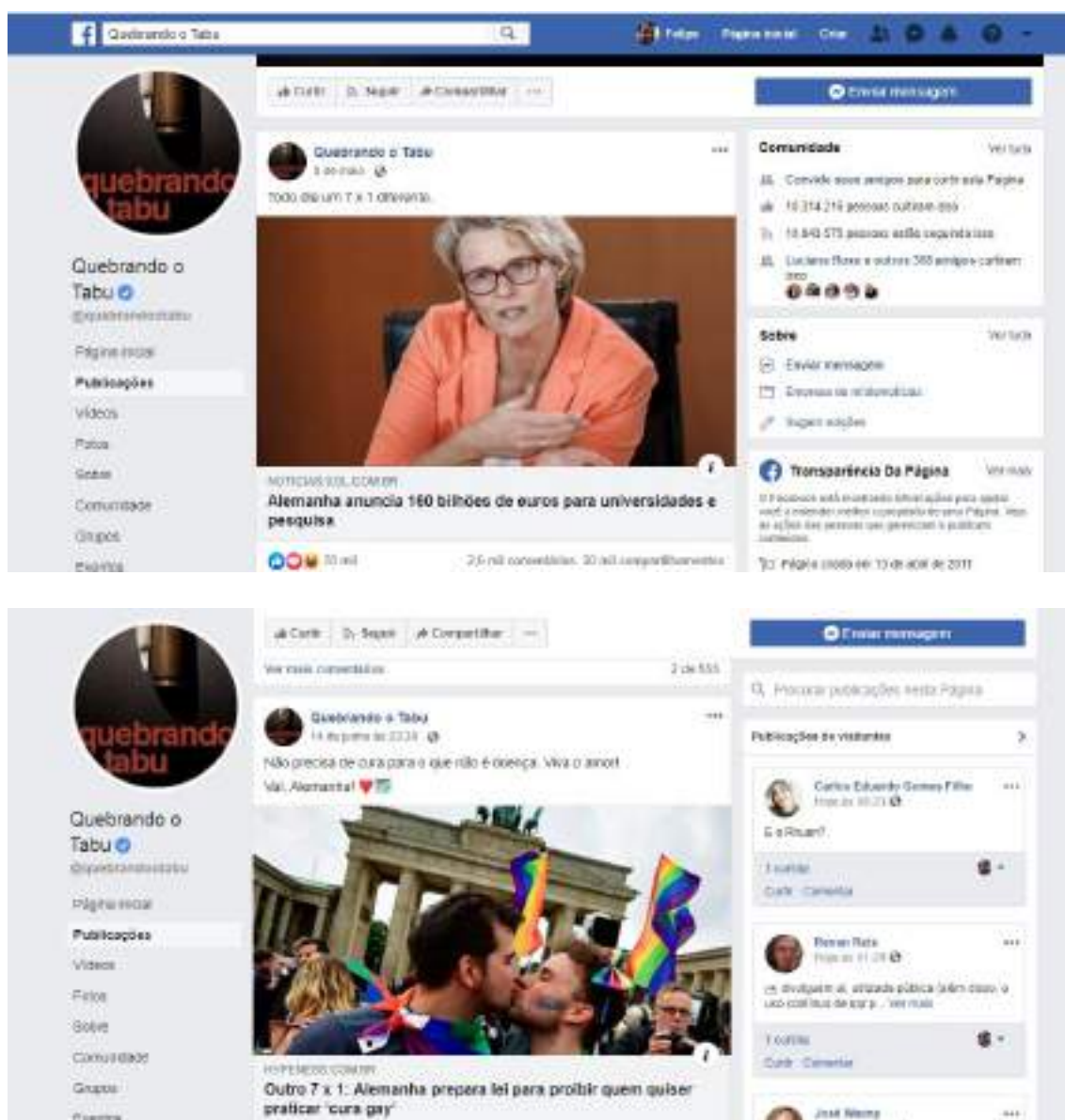
Fonte: internet

Um aspecto que deve ser ressaltado é que a velocidade de distribuição de conteúdos proporcionada pela internet foi importante para que o placar de 7 x 1 fosse transformado em padrão de referência para analisar outras categorias onde o Brasil também perdesse para a Alemanha, tais como saúde e educação. Por exemplo: em 2019, o governo brasileiro anunciou um corte nas verbas destinadas à educação (JORNAL NACIONAL, 2019). O corte foi anunciado no dia 30/04/2019. No dia 8/5/2019, a Alemanha confirmava o aumento dos investimentos em pesquisa (DEUTSCHE WELLE, 2019). A página do Facebook “Quebrando o Tabu” fez a comparação usando a expressão.

⁷⁵Conceito de imagem, vídeos, GIFs e/ou relacionados ao humor, que se espalha via Internet.

Tal exemplo é interessante pois a comparação foi feita cinco anos após o 7 x 1, numa mostra de que o placar do jogo foi, pouco a pouco, se transformando em um parâmetro comparativo para indicar aspectos coletivos e sociais onde o Brasil deixaria a desejar. Cabe, contudo, a lembrança de que a memória brasileira sobre o placar do Mineiraten, segundo Lisboa (2015), ainda está em construção: “A ideia apresentada um dia após o jogo de que o mesmo foi uma vergonha, uma tragédia, uma humilhação e a principal derrota da história da seleção brasileira é a que permanece cristalizada na memória da imprensa” (LISBOA, 2015, p. 14).

Figura 28 – Página do Facebook Quebrando o Tabu



Fonte: página do Facebook Quebrando o Tabu

Essa cristalização pode ser lembrada também de acordo com aspectos sociais e políticos, o que permite, numa análise preliminar, entender que as críticas sociais feitas após o 7 x 1 já vinham sendo construídas desde o início da confirmação da candidatura brasileira. Os preparativos tanto para a Copa das Confederações quanto para a Copa do Mundo foram cercados de protestos contra os gastos elevados e o desdém por pautas como saúde e educação, como visto, por exemplo, na frase do ex-jogador Ronaldo, um dos emabixadores da Copa: “não se faz Copa com hospital” (RONALDO, apud MARQUES, 2011, on-line). A Copa do Mundo foi feita no Brasil em um cenário de muita agitação social. E questiona-se o legado da competição até os dias atuais, especialmente no que diz respeito à construção de arenas que vieram a transformar a relação dos indivíduos com os modos de torcer.

3.5 - O novo modelo de futebol: um campo em disputa

As manifestações de 2013 serviram para subir o tom das críticas em relação ao governo, já que o cenário econômico não era bom. Na economia global, o Brasil ocupa um lugar na periferia do sistema. De acordo com Alves (2016), o projeto neodesenvolvimentista implementado pelos governos Lula e Dilma faliu, ocasionando uma “disputa interclasse da burguesia” (ALVES, 2016, p. 2). Segundo o autor, a falha consistiu em não romper com uma lógica que era prejudicial ao país:

Essa é a contradição visceral da arquitetura geopolítica do lulismo, que, ao mesmo tempo que implementou uma política externa contra-hegemônica ao império neoliberal, com o não-alinhamento à política externa de Washington, articulando-se com forças geopolíticas de combate ao poder do Dólar, ao mesmo tempo, não optou pela desconstrução do Estado neoliberal herdado da era Collor-FHC. Pelo contrário, no plano interno, o lulismo representou a ideologia do reformismo fraco que construiu uma estratégia de conciliação de classe – inclusive com setores fisiológicos da direita brasileira – visando a governabilidade. Despreparado para o mar revolto da profunda crise do capitalismo brasileiro na década de 2010, com a luta de classes assumindo o timão da dinâmica política no País, o lulismo paralisou-se com a implosão da frente política do neodesenvolvimentismo e a rearticulação política da direita senhorial da Casa Grande. O social-liberalismo ingênuo, como diz o ditado popular, “cutucou onça com vara curta” (ALVES, 2016, pp. 3)

No âmbito político, o governo PT se viu preso às demandas de um órgão internacional (Fifa) que é completamente articulado com os interesses de mercado. Acabou fazendo concessões a setores que não estavam identificados com o objetivo de

desenvolver o Brasil, mas sim que buscavam o lucro fácil, não importando, por exemplo, as remoções de populações inteiras de suas casas para a construção das arenas ou mesmo a passagem de vias para metrô ou outras formas de transporte, como os Veículos Leves sobre Trilhos (VLT's). De acordo com o Comitê Popular da Copa, só no Rio de Janeiro foram 22 mil famílias passaram por remoções ou desapropriações entre 2009 e 2015 (CARNEIRO, 2018). As violações de direitos foram denunciadas por movimentos populares que, por sua vez, tinham o objetivo de demonstrar que os altíssimos gastos públicos não estavam trazendo os benefícios prometidos.

A Copa do Mundo também tornou visível uma divisão de classes: a competição não era destinada a todos os brasileiros, mas sim a quem tivesse capital para consumir aquele produto. Nas cercanias das modernas arenas construídas para o torneio, perfierias pobres que estavam alijadas não só de um jogo de futebol, mas de vários aspectos de cidadania que se estendiam para além do esporte.

Quando Charles Wright-Mills se debruçou nos estudos dos “White collar workers”⁷⁶ - trabalhadores que não eram proletários simples, mas que também não eram donos dos meios de produção – o autor já apontava que este estamento (observado na sociedade americana) se via em condições diferenciadas e que apoiariam as elites, desde que pudessem ter alguns dos privilégios do sistema. No Brasil, este setor viria a se constituir no que habitualmente chamamos de classe média. Sobre ela, Souza (2017) acredita numa postura “integrada” deste estamento em relação às elites. Ele entende que, em dados momentos, o conservadorismo da classe média brasileira aparece sem qualquer tipo de preconceito. E que ela é dotada de uma “indignação moral seletiva”. “Minha tese é a de que ela se justifica para cima com o moralismo e para baixo com o populismo” (SOUZA, 2017, p. 167). Já Horta e Valim (2017) observam a questão por outro prisma, segundo o qual a classe média:

Tem diversas origens sociais e diferentes explicações para a chancela moral da desigualdade, proveniente da escravidão somada ao pacto social que tem como um dos atores o próprio Estado. [...] Nossa classe média prefere manter símbolos de superioridade do que receber possibilidades de ascensão econômica. [...] Ela não empreende porque não lhe interessa o risco, mas ela busca financiamentos maiores do que poderia pagar por itens que sejam demonstradores de sua diferenciação (HORTA; VALIM, p. 7-8).

⁷⁶ Termo informal que se refere a um profissional assalariado ou a um profissional ensinado a executar tarefas são administrativas, burocráticas ou de gerenciamento, opondo-se às que são feitas por operários comuns, cujo trabalho requer emprego de mão-de-obra física.

Os autores também apontam que esse comportamento pode ser uma das causas que culminaram com o apoio de alguns setores médios no golpe que derrubou Dilma Rousseff em 2016. A ascensão articulada pelo então vice-presidente Michel Temer encontrou eco pois era um retorno ao conservadorismo:

Temer representa a certeza de uma sociedade desigual, fundamentalmente desigual. Em que cada grupo “sabe o seu espaço”. E, ainda que Temer empobreça o país e diminua os ganhos que eventualmente esta classe média tenha, se ele o fizer de forma desigual será aceito. Se as classes baixas caírem ao limite da fome e não representarem problema para as hierarquias sociais, a classe média se adaptará à nova realidade econômica imposta por Temer (HORTA; VALIM, 2017, p. 7-8).

O sentimento de repulsa da classe média brasileira às tentativas de conquistas de direitos por parte dos setores populares foi percebido nos protestos de junho de 2013 e se concretizou ao mesmo tempo que as manifestações no entorno dos estádios usados na Copa das Confederações, por exemplo. Participar da festa, ou seja, conseguir ingressos para estar nos jogos, era também um sinal de estratificação social que, para algumas camadas sociais, significava mais do que observar os desrespeitos aos direitos humanos que foram executados para que as obras para a competição fossem feitas.

As manifestações populares foram percebidas pelos setores médios conservadores como uma quebra da ordem pública. Sob o ponto de vista ideológico, isso representa, para Chauí (2016), uma ruptura com o “projeto” de aproximação da classe dominante, o que torna essa classe média reacionária. Se o conflito eclode nas ruas, o apoio será para garantir a hegemonia conservadora, pois a noção do que é o bem público acaba ficando vaga:

Cabe ainda particularizar a classe média brasileira, que, além dos traços anteriores, é também determinada pela estrutura autoritária da sociedade brasileira, marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos [...] A classe média não só incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias das relações sociais, como também incorpora e propaga a naturalização e valorização positiva da fragmentação e dispersão socioeconômica, trazidas pela economia neoliberal e defendidas ideologicamente pelo estímulo ao individualismo competitivo agressivo e ao sucesso a qualquer preço por meio da astúcia, para operar com os procedimentos do mercado. (CHAUÍ, 2016, p. 20)

Feitas tendo como meta atingir seu público-alvo, as novas arenas foram feitas dentro de um novo padrão: não eram mais feitas para as massas, mas sim para quem pudesse usufruir daquele espaço como um lugar de consumo. Portanto, qualquer outro

tipo de manifestação está vetada. Mascarenhas (2013) cita as novas territorialidades deste modelo de estádio:

- 1) Limitação de acesso ao recinto, seja pela sensível redução da capacidade dos estádios, seja pelo encarecimento extremo dos ingressos ou, ainda, pelas restrições de portabilidade de inúmeros objetos e adereços, incluindo faixas e cartazes com conteúdo “político”. Em outras palavras, o cidadão está impedido de protestar nos estádios, seja contra a Federação, seja contra a CBF, ou qualquer outra entidade pela qual ele se sinta lesado.
- 2) Limitações severas de comportamento dentro do estádio, pela imposição de normas e vigilância onipresente, através de câmeras filmadoras, num processo de disciplinarização e constrangimento.
- 3) Impedimento de comercialização de determinados produtos, bem como eliminação da presença de vendedores ambulantes, de forma a reduzir ainda mais as possibilidades de geração de renda no âmbito da economia informal. Analisando o avanço da normatização sobre o estádio, podemos recuperar a afirmação de Souza (2008, p.66), segundo a qual este equipamento cumpre o papel de importante substrato espacial material para o exercício do poder. E particularmente dos micropoderes, pela escala envolvida em seu recinto. (MASCARENHAS, 2013, p. 161)

O objetivo passa a ser, então, ao estratificar o uso dos estádios, torná-los lugares de segurança e de previsibilidade do comportamento do público, onde a meta é a satisfação do cliente, como acontece, por exemplo, em um shopping center, onde qualquer movimentação de indivíduos “indesejáveis” é prontamente repelida para fora de um espaço ascético.

É interessante lembrar, contudo, que existe espaço para resistência a esta nova égide do ascetismo e da impessoalidade das arenas. O próprio Mascarenhas (2013) conta um episódio ocorrido no Mineirão⁷⁷, já reformado para a Copa, numa partida entre Cruzeiro e Botafogo, válida pelo Campeonato Brasileiro de 2013.

Muitos torcedores desobedeciam sistematicamente às ordens para sentar. Alguns se sentavam e logo depois que o agente repressor local se distanciava, voltavam a ficar de pé: pequenas táticas de resistência (DE CERTEAU, 1996) e de reencontro com o velho estádio que o projeto de cidade-espetáculo quer destruir. Ao mesmo tempo, todos reclamavam do preço do insosso prato de feijão tropeiro, refeição tradicional do estádio. Soubemos então que, antes da reforma do Mineirão, centenas de carrocinhas ao redor e mesmo dentro dele vendiam o feijão tropeiro em porções generosas, baixo custo e sabor genuíno. E que, somente após muitas reclamações, a iguaria voltou a ser oferecida, pois no Novo Mineirão, o projeto alimentar se restringia às grandes cadeias de fastfood, afinal, um estádio world class não deve se sujeitar à gastronomia popular, nem à informalidade. A pressão dos torcedores vem assim produzindo resultados no rearranjo do estádio: micropoderes em ação. (MASCARENHAS, 2013, p. 162-163)

⁷⁷ Estádio Governador Magalhães Pinto, mais conhecido como Mineirão, é um estádio de futebol localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Mas coube ao Maracanã exercer o contraponto ao que se convencionou chamar de “padrão Fifa”. A obra para a remodelação do estádio foi uma das mais caras entre os palcos reformados. De acordo com o Portal da Copa, foram gastos R\$ 1,05 bilhão, sendo R\$ 400 milhões de financiamento federal via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (BRASIL, 2014). O custo total da obra foi inferior apenas ao estádio Mané Garrincha, em Brasília, que foi orçado em R\$ 1,4 bilhão.

Após a reabertura, o Maracanã mudou de mãos, passando da tutela do estado do Rio de Janeiro para as mãos da iniciativa privada, organizada através do Consórcio Maracanã, capitaneado pela Odebrecht. Tão logo foi anunciado o acordo, o presidente do consórcio, João Borba, procurou estabelecer um novo modo de comportamento na arena, como mostrou O Globo:

Temos de trabalhar com os clubes nesta mudança de hábitos. Bandeirões gigantes, mastros de bambu, torcedores sem camisa, não assistir aos jogos em pé... Fui no último fim de semana às finais do tênis em Wimbledon, e no convite, estava escrito que não é recomendável ir com uma determinada roupa... Quando um inglês lê ‘não recomendável’, entende que não deve usar aquele tipo de roupa (NOGUEIRA, 2013, on-line)

Nota-se, neste depoimento, a presença de um etnocentrismo às avessas, ao considerar que o comportamento considerado civilizado viria de fora, usando, inclusive, um exemplo que não se aplica, já que Wimbledon é um torneio de tênis, um esporte com códigos de conduta diferentes do futebol. Alvito (2006) argumenta que:

As autoridades procuram garantir um futebol higienizado, um produto televisivo não perturbado por quaisquer distúrbios, onde a torcida e suas manifestações mais extremadas aparecem como aquilo que em teoria da comunicação é chamado de ruído. O projeto de transformação do torcedor em consumidor é explícito (ALVITO, p. 471, 2006)

O autor cita como exemplo de um novo padrão de estádio a Arena da Baixada, em Curitiba. O local tem 32 000 espectadores sentados, 68 lojas de conveniência e 60 câmeras de vigilância interna. Os camarotes são alugados por temporada para empresas ou pessoas físicas. Há também um setor VIP com 210 assentos. Em determinados setores da arquibancada, há cadeiras vendidas por temporada com direito à impressão do nome do torcedor no assento. A diretoria do Atlético proibiu a entrada de torcedores com bandeiras, tambores, faixas ou camisas de torcidas organizadas.

Ainda em 2012, antecedendo a reabertura do estádio, o Comitê Popular da Copa no Rio lançou o movimento “O Maraca é Nosso”, contrário à privatização do estádio. Quando a licitação foi feita, ela previa a demolição de todo o entorno do local, incluindo o prédio do Museu do Índio, o Parque Aquático Júlio Delamare, o Estádio de Atletismo Célio de Barros e a Escola Municipal Friedenreich que, possuía, na ocasião, o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) entre as escolas da rede pública do Rio, de acordo com um levantamento feito pelo jornal O Globo (FERREIRA, 2016). No lugar destes equipamentos, seriam erguidos estacionamentos e um shopping center.

No dia 9 de janeiro de 2013, o Célio de Barros amanheceu fechado e os atletas ficaram sem espaço para treinar. O mesmo se aplicou ao Júlio Delamare. O Museu do Índio foi alvo de remoções forçadas com o apoio da Polícia Militar. A privatização acabou sendo feita. Mas o acordo, para Campagnani, Cosentino, e Marinho (2014), foi danoso aos cofres públicos:

A oferta do Consórcio Maracanã, que faz parte além da IMX Venues e Arena S.A (de propriedade de Eike Batista, com 5%), a Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (empresa líder, com 90%) e a AEG Administração de Estádios do Brasil LTDA (também com 5%) foi de R\$ 5,5 milhões anuais em 33 parcelas, totalizando R\$ 181,5 milhões. Além do valor não quitar nem de perto os gastos com as obras de reforma do estádio, de R\$ 1,23 bilhão,8,8 está previsto que o novo gestor tenha um lucro de R\$ 2,5 bilhões ao fim dos 35 anos. Em outras palavras, o poder público não recupera nem 15% do que investiu na reforma do estádio ao fim do contrato de concessão. (CAMPAGNANI; COSENTINO; MARINHO, 2014, p. 51)

Fechados, os equipamentos anexos ao Maracanã estavam parcialmente demolidos, não servindo mais à população. O governo do estado do Rio, na época sob o comando de Sérgio Cabral Filho⁷⁸, autorizou as demolições. Todavia, as pressões populares e o governador foi, pouco a pouco, recuando. Prometeu a reconstrução do Célio de Barros, manteve a escola municipal Friedenreich no lugar onde estava, e admitiu negociar com os indígenas a manutenção do museu. Para Campagnani, Cosentino, e Marinho (2014), o recuo de Cabral indicava que as demolições não eram necessárias:

As demolições na verdade tornariam o Maracanã ainda mais rentável para a concessionária, prejudicando milhares de usuários dos equipamentos públicos. O governo do estado sempre esteve ao lado do projeto das

⁷⁸ Governador do Rio de Janeiro, com mandato de 1º de janeiro de 2007 até 3 de abril de 2014, quando renunciou ao cargo. Devido a escândalos de corrupção, está preso no pavilhão Bangu 8 do Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

empresas, o defendeu veementemente em aparições públicas e para a imprensa, mas após a pressão popular teve que ceder (CAMPAGNANI; COSENTINO; MARINHO, 2014, p. 51)

Figura 29 – Protesto contra o fechamento dos estádios Célio de Barros e Júlio Delamare



Fonte: Globoesporte.com (Foto: Adriano Ishibashi)

O imbróglio envolvendo a privatização do Maracanã pode ser considerado um caso emblemático, já que a resistência em torno da mercantilização foi grande. Muito embora, ela tenha acontecido de uma outra maneira. Por mais que o estádio não tivesse sido transformado em um shopping, a reforma acabou desconfigurando um estádio feito para setores variados da sociedade. A consequência disso é a criação de um mecanismo de exclusão a partir da catraca. O preço dos ingressos se tornou abusivo e os modos de torcer já sofrem algumas alterações. O objetivo agora não é mais o de ser uma casa aberta a todos os torcedores e times do Rio de Janeiro, mas sim um espaço destinado a dar lucro. Vale retomar o discurso feito pelo então presidente do consórcio Maracanã, João Borba:

imaginem um Flamengo x Madureira, numa quarta à noite. O ideal seria que jogassem em outro lugar. Com o jogo sendo noutro estádio, podemos pagar o aluguel do estádio menor, para que o Maracanã seja utilizado num evento

mais rentável —Os clubes não querem perder dinheiro, nem o consórcio. Acabou o amadorismo na administração (O GLOBO, 2013, online)

Um dos “legados” da Copa, os estádios significam hoje muito mais um local de segregação do que de união. Na opinião de Castro (2018), houve uma separação entre torcida e palco de realização das partidas:

Estádios de concreto, desconfortáveis e ultrapassados, foram substituídos pelas arenas desalmadas. A falta de alma não decorre da modernização, mas da forma e do propósito com que se operou a substituição, e do incentivo ao processo de exclusão. O suposto conforto, portanto, não é o problema. A adoção de padrões idealizados, para atender às necessidades efêmeras de um evento irresponsável, deixou marcas (ou cicatrizes) indelévels. A principal delas é o divórcio com as bases das torcidas (CASTRO, 2018, on-line)

É comum nos dias atuais ver os clubes brasileiros cobrando altos preços por ingressos. Ex-presidente do Atlético Mineiro, o político Alexandre Kalil se orgulha de ter levado o time a uma conquista de Libertadores da América. Na decisão, contra o Olimpia, do Paraguai, o torcedor da equipe mineira teve que desembolsar R\$ 250 pelo bilhete. A renda do jogo, que teve público total de 58.620 pessoas, gerou uma renda de aproximadamente R\$ 14 milhões⁷⁹. Ao jornal El País, Kalil deixou bem clara a sua posição: “No mundo inteiro, futebol não é coisa para pobre. Doa a quem doer. Ingresso é caro em todo lugar. Torcida dividida e entrada a preço de banana estragada só existem no Brasil. O Atlético coloca ingresso a 20 reais e não lota o estádio. Futebol não é público, não é forma de ajuda social”⁸⁰ (PIRES, 2017, on-line). Na mesma entrevista, contudo, foi lembrada ao dirigente que ele mesmo havia feito uma promoção de entradas em 2008, quando o Atlético lutava contra o rebaixamento. O bilhete saía a R\$ 5. O argumento dado por Kalil foi o de que “Isso foi em outra época” (KALIL, 2017 apud EL PAIS, 2017, on-line).

A prática é estendida a clubes ainda mais populares como Flamengo e Corinthians. Desde a inauguração da Arena Corinthians, em 2014, as principais organizadas do clube protestam contra o aumento dos preços (CASUCCI, 2018, on-line). O caso do rubro-negro também chama a atenção, por toda a tradição de ser um clube cuja base de torcida está nas classes populares. Contudo, desde que o clube firmou um acerto com o consórcio Maracanã, passou a aumentar o preço dos ingressos. Como

⁷⁹ Ver em: http://www.espn.com.br/noticia/344527_com-mais-de-r-14-milhoes-atletico-mg-x-olimpia-se-torna-a-maior-renda-do-futebol-brasileiro. Acesso em 23/06/2019.

⁸⁰ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/14/deportes/1500068233_300420.html. Acesso em 16/05/19.

consequência, conseguiu aumentar a sua receita de bilheteria, mas viu o perfil do torcedor mudar.

A majoração no preço do ingresso, como fenômeno que impacta a segmentação do estádio de futebol, chegou ao seu ápice, no caso do Flamengo, em 2017, na final da Copa Sulamericana, contra o Independiente, da Argentina. Dos sócios, o clube cobrou entre R\$ 80 e R\$ 245 pela entrada. Para os não-associados, o valor subiu: entre R\$ 240 e R\$ 780. Mesmo assim, a carga de ingressos foi vendida, o que não impediu um tumulto na entrada do Maracanã antes do jogo. Aproximadamente 8.000 torcedores tentaram invadir o estádio (e alguns conseguiram), segundo a polícia, em ação premeditada por torcidas organizadas.

O evento acima pode ser usado como um exemplo de que afastar o consumidor mais pobre dos estádios se constitui em uma forma de violência simbólica. Cabe, assim, a análise feita por De Souza e Júnior (2010), para quem o campo esportivo é permeado por disputas, lutas:

Pela definição legítima da prática esportiva e das funções legítimas das atividades esportivas, lembrando que dessas lutas, que são lutas para impor novos princípios de visão e divisão no campo, resultam estilos de vida distintos, que denotam as estratégias dos agentes como um locus de “escolhas” e “investimentos”, os quais além de diferenciá-los, refletem as condições sociais e objetivas de sua própria produção (DE SOUZA; JÚNIOR, 2010, p.18)

Figura 30 – Cavalaria da PM age em confusão durante o jogo Flamengo x Independiente



Fonte: Acervo O Globo

Pode ser importante levar em conta que os novos palcos feitos para a Copa do Mundo no Brasil vêm, pouco a pouco, mudando a relação entre torcida, time, e as formas de sociabilidade que decorrem desta interação. Não parece haver uma forma definitiva e emergente nesta relação. Mas as reações provocadas pelas transformações das arenas denotam um campo ainda em arranjo, em processo de produção e percepção de sentidos. Ao menos no que concerne ao uso social desses novos equipamentos, considerados como o legado mais importante da Copa de 2014.

CONCLUSÃO

*“Se futebol desse estabilidade a governos,
Mussolini não teria sido morto e dependurado”*
João Saldanha, técnico e comentarista de futebol

Pretendeu-se, nesta dissertação, já no primeiro capítulo, apresentar a forma como alguns atores importantes no cenário do futebol entenderam o ente estatal, principalmente em suas interações com as estruturas de poder em sociedades modernas. Observou-se, neste caso, a hipótese de que o Brasil foi marcado pela rápida disseminação da prática do futebol entre as massas. Contudo, tanto na Copa de 1950 quanto na de 2014, acabou prevalecendo o aspecto hierárquico da sociedade brasileira.

O futebol foi administrado, desde a sua popularização, pelos setores elitistas e conservadores brasileiros. Por sua vez, estes personagens entenderam o ente estatal apenas como um agente facilitador e perpetuador de uma visão de progresso que, por um lado, alijava as massas de participação administrativa, ao mesmo tempo em que permitia o acesso como torcedor, que seria alvo de uma política que teria, no futebol, uma prática civilizatória. O que, por outro lado, atendia o interesse do Estado em divulgar a imagem de um povo capaz de fazer parte de uma ideia de modernidade.

Outra hipótese é a de que a disseminação da prática do futebol não foi dissociada da expansão dos Estados Modernos. Neste caso, observa-se que o manejo do Estado brasileiro foi tentar não interferir ao máximo, com o objetivo de agradar a todos os setores que administravam a modalidade. Observa-se, assim, uma condução a uma modernidade através da centralização desse processo, numa atitude consoante com o papel de um Estado-Nação que assume para si o papel de nomear a realidade dentro de parâmetros desejáveis pelos grupos que o controlam.

Ao mesmo tempo em que caiu no gosto popular acoplado a um projeto de unificação nacional, o futebol foi apropriado pela articulação de interesses ligados aos atores que buscaram se apropriar do ente estatal para fins privados e, conseqüentemente, acabou fazendo do futebol um meio para a manutenção de privilégios. O futebol pode deste modo, ser entendido também como um fenômeno contraditório na modernidade brasileira: ao mesmo tempo em que serviu como mecanismo de integração nacional, o

foi através de uma gerência ligada às elites. À medida que o futebol se popularizou, as elites se afastaram da prática com a profissionalização, mas passaram a comandar a modalidade, pois não viam capacidade administrativa nos setores populares.

Com relação à Copa do Mundo, é possível corroborar a sua relevância para a construção de uma narrativa identitária desde antes da Copa de 1950. Já em 1938, a boa campanha fez com que se gerasse um processo de identificação entre povo e seleção que foi prontamente capitalizada pelo Estado brasileiro. O ambiente ficou ainda mais propício com a confirmação da candidatura brasileira para receber o mundial. No entanto, nem mesmo o clima positivo pela organização do torneio foi capaz de garantir a permanência de Vargas no poder.

Além disso, organizar a Copa do Mundo pode ter sido importante para a construção de um conceito de soberania nacional, onde o Estado se materializa na sociedade através da imposição da vontade de seus agentes. O que inclui o aproveitamento dos momentos de catarse e de união nacionais provocados pelo esporte. A Copa do Mundo era a manifestação concreta da vontade do Estado brasileiro em relação a se posicionar em nível internacional como um país que deixava o período Vargas para trás e ia se tornando urbano. Sob esse ponto de vista, o fracasso na esfera esportiva, apesar de marcante, pode ter sido determinante para a consolidação de uma visão de Estado.

Portanto, a hipótese de que mesmo o fracasso em 1950 não abalou a paixão do brasileiro pelo futebol pode ser observada. O temor de que o trauma fosse tão grande a ponto de o estádio ser esquecido não se concretizou. O que se viu foi a rápida associação entre o Maracanã e os clubes e o local passou a ser o palco das conquistas dos clubes, permitindo uma grande reunião de fãs. A escolha por um clube de coração, por exemplo, pode proporcionar uma sensação de pertencimento, de inclusão, e, por que não, de estabelecimento de vínculos de identidade entre os torcedores de uma mesma agremiação. O que não quer dizer, contudo, que não haja o estabelecimento de laços hierárquicos simbolizados dentro do estádio, entre as torcidas. A rivalidade entre elas, inclusive, acabou alimentada também pelas diferenças sociais.

A derrota de 1950 trouxe também para a discussão um cenário de crise no futebol brasileiro. Fatores como a alta pressão em cima dos jogadores e a expectativa gerada de forma excessiva em um jogo de futebol podem ter servido como explicações

para a derrota, bem como a questão da busca por uma identidade nacional. Em relação às abordagens midiáticas, verificou-se que a preocupação após a derrota foi o enaltecimento do público, que, através de seu comportamento, teria manifestado um elevado grau de civilização. Outra preocupação foi a de consolidar o futebol como um elemento vivo na cultura brasileira.

Com relação às práticas administrativas, elas não mudaram em praticamente nada no Brasil após a Copa de 1950. O que se observou foi a centralização estatal da administração principalmente a partir do estabelecimento do governo militar, em 1964. Houve um conflito interno entre a adoção de práticas amadoras e paternalistas de gestão e a necessidade de criação de novos modelos capazes de dar conta da evolução do futebol. A demanda por modernização foi, pouco a pouco, sendo atendida. Contudo, os sucessivos casos de desorganização, especialmente na realização de torneios internos, como o Campeonato Brasileiro, contribuíram para que as práticas amadoras perdurassem por muito tempo.

Um ambiente amador não seria mais compatível, em tese, com o status que a Fifa conquistou. Outro objetivo desta dissertação foi o de observar como a “entidade máxima do futebol” se converteu em uma organização transnacional cujo único objetivo é maximizar lucros. Ela foi adaptando pouco a pouco a Copa do Mundo para que ela virasse um produto capaz de atender as demandas do capital internacional, invadindo Estados com suas práticas de exceção. Os mundiais já eram organizados em escala capitalista privada desde os anos 70, especialmente pela expansão do marketing esportivo. As entidades privadas se apropriam do capital não só financeiro do futebol, mas, principalmente em relação ao capital simbólico relativo à emoção dos torcedores, com o intuito de fidelizá-los como consumidores. Ao ponto de o evento ter se convertido em ocasiões para o aquecimento da economia dos países-sede, em vários segmentos de mercado, tais como publicidade, obras de infraestrutura, turismo, entre outros.

É neste âmbito que a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil, pode ser analisada. Observou-se, assim, a hipótese de que a entrada do capital transnacional impôs novas regras à administração do futebol. São regras que se são convertidas em dogmas a serem respeitados. Só que, quando são aplicadas em lugares onde práticas amadoras ou tradicionais de gestão ainda prevalecem sobre o que se convencionou chamar de moderno, há um choque. E, neste caso, o Estado é quem perde.

Se na Copa de 1950 era o Estado que buscava valorizar as noções de identidade e nação, atrelando a uma ideia de consolidação de uma soberania nacional, o mesmo não se aplica em 2014. Neste caso, observa-se o oposto: a inversão do conceito de soberania, vista em ações como as que alteraram dispositivos legais para permitir a ação da Fifa em território brasileiro, ainda que implicasse em restrições sociais para trabalhadores e moradores de áreas de risco. Locais que também foram alvo de práticas ilegais das ações ligadas ao capital.

Neste caso, o Estado também sancionou tais ações, podendo-se dizer que se tratou de uma dupla inversão de soberania: tanto para a Fifa quanto para as ações dos capitais nacionais e transnacionais, que conseguiram lucros recordes enquanto a maioria da população se viu alijada, em alguns casos, de direitos básicos.

Desde o Mundial de 2006, realizado na Alemanha, observa-se uma tendência da Fifa em alocar o torneio em economias periféricas ou em países “em desenvolvimento”, casos de África do Sul (2010), Brasil (2014), Rússia (2018) e Catar (2022). Esta estratégia não é feita à toa. A Fifa procura Estados cujas sociedades civis são enfraquecidas o suficiente para não questionarem as rígidas regras impostas por ela e seus parceiros comerciais.

Afirma-se, assim, que o Estado brasileiro deu aval para que a Fifa criasse um ambiente de exceção. Todavia, houve reações. Os abusos cometidos pela entidade e os altos gastos do poder público com as obras de infraestrutura, somados às denúncias de corrupção, levaram as pessoas às ruas em 2013, em manifestações que também tiveram como pano de fundo a luta por pautas sociais de maior importância que a Copa, como saúde, mobilidade urbana e educação.

Ainda assim, o efeito simbólico que a Fifa provoca ao criticar a organização de uma Copa do Mundo é forte. Um eventual fracasso pode significar uma mancha na imagem do país-sede, além de render prejuízos políticos ao governo que ficou responsável pela organização do evento. As duas hipóteses aconteceram no Brasil.

Coube ao Estado brasileiro manchas graves em questões organizacionais, a ponto de o 7 a 1 imposto pela Alemanha no jogo ter se convertido em um parâmetro de comparação social com campos que extrapolaram as quatro linhas, tais como educação, ciência e saúde. A amplitude da derrota e da repercussão política foi potencializada pela internet, causando rejeição ao governo. Um golpe duro para as autoridades, que viram

na Copa do Mundo uma chance de imprimir uma imagem positiva do Brasil. Neste sentido, é interessante lembrar da frase atribuída ao técnico de futebol João Saldanha⁸¹: “Se futebol desse estabilidade a governos, Mussolini não teria sido morto e dependurado”.

Foi interessante notar, naquele momento, que as manifestações de 2013 tiveram o futebol e a realização da Copa do Mundo como instrumento de visibilidade para causas sociais, potencializadas pela velocidade proporcionada pela internet. Contudo, vale a ressalva de que, mesmo com o acirramento do ambiente político após a Copa de 2014, especialmente pelas denúncias de altos gastos públicos e de corrupção, fracasso na organização da competição não é capaz de explicar o impeachment de Dilma Rousseff⁸² de forma isolada.

Poderia até se pensar que a transformação do futebol num produto a ser consumido seria capaz de garantir democracia no acesso das pessoas a este esporte. Todavia, isso não aconteceu. Outro objetivo desta dissertação foi o de verificar como o chamado “legado da Copa” não se concretizou neste sentido, especialmente pelo aparecimento de um novo tipo de estádio. Ao elevar os patamares da organização da Copa do Mundo, por exemplo, a Fifa está completamente inserida no discurso de que o futebol pode ser levado apenas como um produto (e caro) de entretenimento, feito para poucos consumirem *in loco* e muitos através das transmissões televisivas.

A hipótese observada é a de que modernizar o estádio é adequá-lo às novas necessidades do capital, do espetáculo e de seu culto imagético. Chamou a atenção que o discurso acerca dos estádios é uma reprodução do que o pensamento capitalista já vinha adotando em relação às cidades: varrer toda e qualquer forma de desordem social que não seja interessante como público consumidor. Esse processo afeta o comportamento do público na relação com o futebol e com a ida aos estádios. Trata-se de uma nova geografia do controle social e de uma imposição de um novo ordenamento jurídico para os padrões de vigilância dentro e fora da arena.

Entretanto, houve – e há – resistências ao processo de exclusão promovido por quem constrói os novos estádios, com o objetivo de torná-los espaços apolíticos. São

⁸¹ Militante político, jornalista, escritor e treinador de futebol brasileiro.

⁸² O processo iniciou-se com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, se encerrando no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma.

espaços onde grupos sociais se manifestam contrários aos espaços de consumo exclusivo, que segregam aqueles que não podem pagar para ter acesso. Estes grupos sociais se tornam aliados não só de uma opção de lazer, mas também da produção de uma memória que se dá via manifestação coletiva.

De 1950 a 2014, as formas sociais passaram por um intenso processo de mudanças e de estabelecimento de novos sistemas de interdependências. Trazendo esta análise para o futebol, verificou-se que tais sistemas podem não mais enfatizar o pertencimento a uma nação, mas sim a grupos, que se concretizariam socialmente através das relações de consumo. Todavia, não se sabe se a manutenção de uma rede de codependência social pode ser feita somente através do viés capitalista.

É possível, aliás, que os detentores do capital tenham essa noção e, em suas ações, ainda mexam com elementos que são tradicionais no imaginário coletivo, como nacionalidade, identidade cultural, a união em torno de uma bandeira, ou mesmo a sensação de participação coletiva dentro de uma arena. Todas essas relações se constituem em campos possíveis para futuros estudos que levem em conta a importância do futebol como elemento estruturador da realidade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ALVITO, Marcos. **A parte que te cabe neste latifúndio: o futebol brasileiro e a globalização**. *Análise Social*, n. 179, p. 451-474, 2006.

A NOITE, Rio de Janeiro: 24 jun. 1950a.

A NOITE, Rio de Janeiro: 4 jul. 1950b.

A NOITE, Rio de Janeiro: 20 jul. 1950c.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: [Homo Sacer, II, I]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ALMEIDA, Fernando H. Mendes De (org). **Constituições do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

ALVES, Giovanni. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal>. Acesso em: 09 mai. 2016.

ARAÚJO NETO, **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro: 18 jul. 1950.

ARCHETTI, Eduardo. **Masculinidades: fútbol, tango y polo en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2003.

BARBOZA, Filipe. **7x1 foi pouco: As reverberações sobre a maior derrota da seleção brasileira em Copa do Mundo na fanpage Cenas Lamentáveis**. *In: XXI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE. Anais [...]*. Salto: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016.

BARTHOLLO, Tiago Lisboa; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. **Mané Garrincha como síntese da identidade do futebol brasileiro**. *In: HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Futebol, jornalismo e ciências sociais: interações*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

BBC, “Efeito UPP” faz aluguel aumentar mais em favelas do que no restante do Rio, **BBC**, 16 nov. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/11/111116_favelas_aluguel_rp. Acesso em: 16 mai. 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

BEZERRA, Marcos Otávio. Resenha da obra “Sobre o Estado”. **Revista de História**, São Paulo, n. 173, p. 487-495, jul.-dez., 2015.

BOND, Patrick; COTTLE, Eddie. **South Africa's World Cup: A legacy for whom?**. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2011.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**. São Paulo: Centauro, 1979.

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.
- BRASIL. **Lei Nº 12.663, de 5 de junho de 2012**. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm
- BRASIL. O Novo Maracanã. **Portal da Copa**. Site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo Fifa 2014. 2014. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/sedes/riodejaneiro/arena>. Acesso em: 16 mai. 2019.
- BRITO, Juliana Gomes Machado. **Copa pra quem?** Estado de exceção e resistências em torno da Copa do Mundo FIFA 2014. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BROMBERGER, Christian. **El hinchismo como espectáculo total: una puesta en escena codificada y paródica**. EFDeportes, Buenos Aires, n. 36, mai. 2001. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd36/ident.htm>.
- CAMPAGNANI, Mario; COSENTINO, Renato; MARINHO, Glauca. Capítulo Brasil. *In*: PAULA, Marilene de; BARTELT, Dawid Danilo. **Copa para quem e para quê?** Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha. Rio de Janeiro: Heinrich BöllStiftung, 2014.
- CARNEIRO, Júlia Dias. Quatro anos depois, desapropriados da Copa questionam remoções. **UOL**, Copa 2018, 17 jun. 2018. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/copadomundo/2018/noticias/2018/06/17/quatroanos-depois-desapropriados-da-copa-questionam-remocoes.htm>.
- CARRARA, Cibelle. **Usos políticos das copas do mundo de futebol no governo Vargas**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Uberlândia, v. 25, n. 1, 2012.
- CARONE, Edgard. **O estado novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARUTH, Cathy. **Trauma: explorations in memory**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1995.
- CASSUCCI, Bruno. Público cai após aumento de preço dos ingressos, mas Corinthians não vê ligação. **Globo Esporte**, 10 mai. 2018. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/corinthians/noticia/publico-cai-apos-aumento-de-preco-dos-ingressos-mas-corinthians-nao-ve-ligacao.ghtml>. Acesso em: 16 mai. 2019.
- CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de. A elitização do futebol no mundo. **Blog do Juca Kfoury**, 25 abr. 2018. Disponível em: <https://blogdojuca.uol.com.br/2018/04/elitizacao-do-futebol-no-mundo/>. Acesso em: 16 mai. 2019.

CHADE, Jamil. Fifa não vai aceitar mudanças na Lei Geral da Copa. **Estadão**, Esportes, 11 jul. 2013. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-nao-vai-aceitar-mudancas-na-lei-geral-da-copa,1052121>. Acesso em: 11 mai. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. Por Que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHATERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? *In*: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 227-238.

CLUBE 3 de Outubro. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/PaisDosTenentes/Clube3Outubro>. Acesso em: 09 mai. 2019.

CORREIRO DA MANHÃ, 19 set. 1946.

CORREIRO DA MANHÃ, Rio de Janeiro; 18 jul. 1950a.

CORREIRO DA MANHÃ, 19 jul. 1950b.

COSTA, Leda Maria da. **Maracanazo, adeus? Da tragédia de 1950 a vergonha de 2014 nas narrativas da derrota da seleção brasileira na imprensa**. Tríade: comunicação, cultura e mídia. Sorocaba, SP, v. 4, n. 7, p. 126-149, jun. 2016. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2017/02/2472-1-5206-1-10-20160801.pdf>

COSTA, Maurício da Silva Drummond. **Nações em jogo: esporte e propaganda política nos governos de Vargas (1930-1945) e Perón (1946-1955)**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS. Rio de Janeiro, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. São Paulo: DP&A Editora, 2000.

COUTO, Euclides de Freitas. **Da ditadura a ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Rio de Janeiro: EdUff, 2014.

DAMATTA, Roberto. **A bola corre mais que os homens**. Duas Copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Rocco, 1979.

DAMO, Arlei Sander. **Artistas primitivos: os brasileiros na Copa de 38 segundo os jornais franceses**. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais [...]**. São Leopoldo, 2007.

DAMO, Arlei Sander. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DE ALENCAR, Ana Valderez Ayres Neves; RANGEL, Leyla Castello Branco. **Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.

DE PAULA, Marilene. **A Copa Do Mundo De 2014: Legados e Desafios**. Rio de Janeiro: Heinrich BöllStiftung, 2015.

DE SOUZA, Juliano; JÚNIOR, Wanderley Marchi. **Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu**. Movimento (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 293-315, 2010.

DEUTSCHE WELLE. Alemanha anuncia 160 bilhões de euros para universidades e pesquisa. **UOL**, Notícias, 08 mai. 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2019/05/08/alemanha-anuncia-160-bilhoes-de-euros-para-universidades-epesquisa.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=uol&utm_content=geral. Acesso em: 16 jun. 2019.

DUNNING, Eric. **Civilização, Formação do Estado e primeiro desenvolvimento do esporte moderno**. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. Norbert Elias: a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2001.

DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

DRUMOND, Maurício. **Esporte e política no Estado Novo**. In: PEREIRA, Victor Hugo Adler; PONTES JR, Geraldo. (org). **O Velho, O Novo, O Reciclável Estado Novo**. Rio de Janeiro: DeLetras, 2008.

DRUMOND, Maurício. **O início do Campeonato Brasileiro de futebol e a ditadura: apontamentos iniciais**. História(s) do Sport. s/d. Disponível em: <https://historiadosporte.wordpress.com/2014/05/06/o-inicio-do-campeonato-brasileiro-de-futebol-e-a-ditadura-apontamentos-iniciais/>. Acesso em: 24 abr. 2019.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. V.2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert; KAMNITZER, Pierre. **La dynamique de l'Occident**. Paris: Calmann-Lévy, 1975.

FARIA, José Eduardo. **Direitos Humanos e Globalização: notas para uma discussão**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 43-53, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a04.pdf>

FATHEUER, Thomas. **1968 – 1984: da militarização do futebol até a Democracia Corinthiana**. In: DILGER, Gerhard (org). Resistências no país do futebol – a Copa em contexto. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2014.

- FAUSTO, Boris. **A primeira República**. São Paulo: Cebrap, 1972.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2006.
- FERREIRA, Paula. Escola que quase foi demolida teve melhor Ideb da rede pública do Rio. **O Globo**, 08 set. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/escola-que-quase-foi-demolida-teve-melhor-ideb-da-rede-publica-do-rio-20072710>. Acesso em: 16 mai. 2019.
- FIFA. **Stadium Code of Conduct for the 2014 FIFA World Cup Brazil**. Versão 10, 2013.
- FILHO, Juarez Lopes de Carvalho. **Rituais de interação na vida cotidiana: Goffman, leitor de Durkheim**. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 15, n. 34, p. 137-159, 2016.
- FILHO, Mário. Críticas e sugestões. **Jornal dos Sports**, 20 fev. 1949a.
- FILHO, Mário. O mal está feito: uma vitória do football brasileiro serve de pretexto para a maior exaltação bairrista. **Jornal dos Sports**, 12 abr. 1949b.
- FOLHA DE S. PAULO, São Paulo: 09 jul. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. Imago: Rio de Janeiro, 1996.
- GEERTZ, Clifford. **Um jogo absorvente: notas sobre as brigas de galos balinesas**. In: GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora LCT, 1989.
- GERMANI, Gino. **Política e massa**. Trad. João Cláudio Dantas. Belo Horizonte: Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência: Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: Edusp, 2001.
- GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- GLOBO ESPORTE. General explica atuação das Forças Armadas na Copa do Mundo. **Globo Esporte**, 21 fev. 2014a. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/02/general-explica-atuacao-das-forcas-armadas-na-copa-do-mundo.html>. Acesso em: 14 mai. 2019.

GLOBO ESPORTE. Torcedor invade campo durante a final entre Argentina e Alemanha. **Globo Esporte**, 13 jul. 2014b. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/07/torcedor-invade-campo-durante-final-entre-argentina-e-alemanha.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

GUEDES, Simoni Lahud et al. **O Brasil nas Copas do Mundo: tempo “suspense” e história**. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia. Gramado, Associação Brasileira de Antropologia, 2002, 2002.

GUERRA, Luciano Brustolini. **Consectários da extinção do passe no futebol brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 147, 30 nov. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4434>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Antonio Cadernos do Cárcere**. v4. Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. São Paulo: Record, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Tradução de León Schaffer. Paris, França, 1950.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HELAL, Ronaldo; DO CABO, Alvaro. **Copas do Mundo: comunicação e identidade cultural no país do futebol**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

HELAL, Ronaldo; DO CABO, Alvaro. **Futebol e identidade nacional: imprensa uruguaia e realização do mundial de 1930**. Revista Latinoamericana de Ciencias de laComunicación. São Paulo, v. 12, pp. 126-136, 2010.

HELAL, Ronaldo; GORDON, Cesar. **A crise do futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI**. Revista Eco-Pós, v. 5, n. 1, 2002.

HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. **Futebol, jornalismo e ciências sociais: interações**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terrence. **A invenção de tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Fernando; VALIM, Patrícia. **As coisas no seu devido lugar**. São Paulo: Opera Mundi, 2017. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniaio/48301/as-coisas-no-seu-devido-lugar>. Acesso em 09/05/2019.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IANNI, Octavio. **A questão nacional na América Latina**. In: SIMPÓSIO INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA AMÉRICA LATINA, INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS. Anais [...]. Universidade de São Paulo: São Paulo, junho de 1987.

IANNI, Octavio. **Tendências do pensamento brasileiro**. Tempo Social, v. 12, n. 2, p. 55-74, 2000.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 15 abr.1938.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 16 mai. 1947a.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 17 mai.1947b.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 21 nov. 1947c.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 13 mai.1948.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 20 fev. 1949.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 23 jun. 1950a.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 30 jun. 1950b.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 1 jul.1950c.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 2 jul.1950d.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 16 jul.1950e.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 17 jul. 1950f.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro: 18 jul.1950g.

JORNAL NACIONAL. MEC anuncia corte de 30% em repasses para todas as universidades federais. **G1**, Jornal Nacional, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30percent-em-repasses-para-todas-as-universidades-federais.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

LISBOA, Fábio Aguiar. **Do Maracanazo ao Mineiraten: Um estudo sobre as memórias da imprensa sobre o 7 a 1**. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Anais [...]. Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. G. Einaudi, 1978.

MAGALHÃES, Lúvia; CORDEIRO, Janaina. O Poder na torcida: consenso, futebol e ditadura no Brasil (1970) e na Argentina (1978). **Faces de Clio**: Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História–UFJF, Juiz de Fora, v. 2, n. 04, 2016.

MARQUES, Dassler. Ronaldo fala em nome do povo e derrapa: “não se faz Copa com hospital”. **Terra**, Terra na copa, 01 dez. 2011. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/copa-2014/ronaldo-fala-em-nome-do-povo-e-derrapa-nao-se-faz-copa-com-hospital,5cd91d81c499a310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MASCARENHAS, Gilmar. **Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol**. Revista Cidades, v. 10, n. 17, 2013.

MÁXIMO, João. **A história das Copas**. Placar. Ed. 626. s/d.

MELO, Natália Rodrigues de; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira. Para além das reformas. Reflexões sobre o lugar de memória do Maracanã pelo viés da ambiência. **Arquitextos**, São Paulo, ano 17, n. 199.02, dez. 2016. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.199/6344>. Acesso em 17 mar. 2019.

MORRIS, Desmond. **A tribo do futebol**. Publicações Europa-América, 1981.

MOSSE, George. **The crisis of German ideology: Intellectual origins of the Third Reich**. Nova Iorque: Schocken Books, 1981.

MOURA, Gérson. Acordo comercial Brasil-Estados Unidos (1935). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-comercial-brasil-estados-unidos-1935>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MOURA, Gisella de Araújo. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

NAZARETH, Eduardo Fernandes. **Ação e experiência nos esportes coletivos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 30, n. 87, p. 59-78, 2015.

NOGUEIRA, Claudio. Ambiente exige respeito no Novo Maracanã. **O Globo**, 11 jul.2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/ambiente-exige-respeito-no-novo-maracana-9000186>. Acesso em: 16 mai. 2019.

NOGUEIRA, Cláudio. **Vamos todos cantar de coração**. Os 100 anos do futebol do Vascão. Rio de Janeiro: Pébola Editorial, 2017.

O GLOBO. Cartilha da Fifa para turistas estrangeiros causa polêmica. **O Globo**, 22 mar. 2014a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/copa-2014/fcartilha-da-fifa-para-turistas-estrangeiros-causa-polemica-11956639>. Acesso em 02/05/2019.

O GLOBO. Neymar sofre fratura na coluna e está fora da Copa do Mundo. **O Globo**, 04 jul. 2014b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/copa-2014/neymar-sofre-fratura-na-coluna-esta-fora-da-copa-do-mundo-13141437>. Acesso em: 06 jun. 2019.

O GLOBO, Rio de Janeiro: 28 mai. 1934.

O GLOBO, Rio de Janeiro: 16 jun. 1938a.

O GLOBO, Rio de Janeiro: 17 jun. 1938b.

O GLOBO, Rio de Janeiro: 17 jul. 1950.

O GLOBO, Rio de Janeiro: 11 jul. 2013.

O GLOBO, Rio de Janeiro: 09 jul. 2014.

OLIVEIRA, Rafael. Dez anos após o fim da geral, torcedores folclóricos contam como encaram os preços do Maracanã e viram estrelas de filme. **Extra**, 19 abr. 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/esporte/dez-anos-apos-fim-da-geral-torcedores-folcloricos-contam-como-encaram-os-precos-do-maracana-viram-estrelas-de-filme-15917166.html>. Acesso em: 17 mar. 2019.

OLIVEIRA, Rafael. Ingressos para futebol no Brasil são os mais caros do mundo, aponta pesquisa. **Extra**, 24 mar. 2013. Disponível em: <https://extra.globo.com/esporte/ingressos-para-futebol-no-brasil-sao-os-mais-caros-do-mundo-aponta-pesquisa-7927470.html>. Acesso em: 30 abr. 2019.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura e modernidade no Brasil. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 3-12, 2001.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **França 1938, III Copa do Mundo: o rádio brasileiro estava lá**. Universidade de São Paulo, ECA, 2000.

PAULA, Célia Regina do Nascimento de; BRITO, Andrea Sepulveda. **Prescrições econômicas neoliberais e a violação ao direito a um nível adequado de vida: o caso do Estado do Rio de Janeiro**. In: XXXI CONGRESSO ALAS URUGUAY. Anais [...]. Montividéu: 2017. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/3891_celia_regina_nascimento_de_paula.pdf

PENNA, Carla. Investigações psicanalíticas sobre o luto coletivo. **Cadernos de psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 33, p. 9-30, 2015.

PERDIGÃO, Paulo. **Anatomia de uma derrota**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PEREIRA, Camila Augusta Alves. Copa do Mundo 2014: **Consumo, Diversão, Lazer e Código de Conduta nas Arenas FIFA**. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Anais [...]. Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

PIRES, Breiller. Alexandre Kalil: “Futebol não é coisa para pobre”. **El País**, 17 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/14/deportes/1500068233_300420.html. Acesso em: 16 mai. 2019.

PROTESTOS na Copa das Confederações reuniram 864 mil pessoas. **UOL**, Uol Copa, 02 jul. 2013. Disponível em: <https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/02/protestos-na-copadas-confederacoes-reuniram-864-mil-manifestantes.htm>. Acesso em: 02 mai. 2019.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. Boitempo Editorial, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

REBELLO, Auri. STF mantém lei que favorece Fifa: “Nem todos são iguais perante a Lei”. **UOL**, Uol Copa, 07 mai. 2014. Disponível em: <https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/07/stf-mantem-lei-que-favorece-fifa-nem-todos-sao-iguais-perante-a-lei.htm>. Acesso em: 14 mai. 2019.

REGO, José Lins do. **Biografia de uma vitória**. In: FILHO, Mário Rodrigues. Copa do Rio Branco, 32. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1943, p. 7-8.

REGO, José Lins. Jornal dos Sports: 13 mai. 1948.

RODRIGUES, Jorge Luiz. Preços altos e filas marcam primeiro final de semana da Copa das Confederações. **O Globo**, 17 jun. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/copa-das-confederacoes/precos-altos-filas-marcam-primeiro-final-de-semana-da-copa-das-confederacoes-8713144>. Acesso em: 02 mai. 2019.

RSSSF The Rec.Sport.Soccer Statistics Foundation. Seleção Brasileira (Brazilian National Team) 1947-1952. Disponível em: <https://www.rsssfbrasil.com/sel/brazil194752.htm>

FIFA. Finances. s/d <https://www.fifa.com/governance/finances/index.html>.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda Dos. **O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado**. Edições Universitárias Lusófonas, 2009.

SOARES, Antônio Jorge. **História e a invenção de tradições no futebol brasileiro**. In: **A invenção do país do futebol**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à lava-jato**. São Paulo: LEYA, 2017.

SOUZA, Rogério Ferreira de. **Estado Novo: um estado de bem estar às avessas**. In: PEREIRA, Victor Hugo Adler e PONTES JR, Geraldo. (org). **O Velho, O Novo, O Reciclável Estado Novo**. Rio de Janeiro: DeLetras, 2008.

SOUZA, Rogério Ferreira de; GADEA, Carlos A. Memória Coletiva e Social no Brasil Contemporâneo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 05, n. 11, p. 199-218, set.-dez. 2017.

TAVARES, Ana Beatriz Correia; VOTRE, Sebastião Josué. **Estádio do Maracanã 1950-2010 na memória de torcedores**. Movimento: Revista da Escola de Educação Física, v. 20, n. 3, p. 1017-1038, 2014.

TOLEDO, Renata Maria; GRIX, Jonathan; BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede**. Revista de Sociologia e Política, v. 23, n. 56, p. 21-44, 2015.

TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro: 2 jun. 1950a.

TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro: 17 jul. 1950b.

TUBELLA, Imma. **Televisão e Internet na construção da identidade**. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs.). **A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política**. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005.

ÚLTIMA HORA, Rio de Janeiro: 17 jun. 1938.

VAINER, Carlos. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO. Anais [...]. 2011. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf. Acesso em 11/05/2019.

VARGAS, Getúlio. Diário. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VARGAS, Getúlio. et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>.. Acesso em: 12 dez. 2018.

VILAR, Pierre. **Autonomías: Un siglo de lucha. Sobre los fundamentos de las estructuras nacionales**. Historia 16, n. EXTRA, p. 5-16, 1978.

VOGEL, Arno. **O momento feliz, reflexões sobre o futebol e o ethos nacional**. In: DAMATTA, Roberto (org). Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.